

Adilson Tadeu Basquerote
(Organizador)

GEOGRAFIA E SOCIEDADE:

compreendendo as
dinâmicas globais

 **Atena**
Editora

Ano 2023



Adilson Tadeu Basquerote
(Organizador)

GEOGRAFIA E SOCIEDADE:

A black and white photograph of a globe on a stand and a stack of books. The globe is positioned in the upper right corner, showing a map of Africa and surrounding regions. Below it is a stack of three books, with the top one being the most prominent. The background is a dark, textured surface.

compreendendo as
dinâmicas globais

 **Atena**
Editora
Ano 2023

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Ellen Andressa Kubisty

Luiza Alves Batista

Nataly Evilin Gayde

Thamires Camili Gayde

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2023 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2023 Os autores

Copyright da edição © 2023 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora
Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade de Coimbra
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Caroline Mari de Oliveira Galina – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Profª Drª Geuciane Felipe Guerim Fernandes – Universidade Estadual de Londrina
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Jodeyson Islony de Lima Sobrinho – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Profª Drª Juliana Abonizio – Universidade Federal de Mato Grosso
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Kátia Farias Antero – Faculdade Maurício de Nassau
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Marcela Mary José da Silva – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Federal da Bahia /
Universidade de Coimbra

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro

Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Geografia e sociedade: compreendendo as dinâmicas globais

Diagramação: Ellen Addressa Kubisty
Correção: Andria Norman
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Adilson Tadeu Basquerote

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)	
G345	<p>Geografia e sociedade: compreendendo as dinâmicas globais / Organizador Adilson Tadeu Basquerote. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2023.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-258-2001-9 DOI: https://doi.org/10.22533/at.ed.019231912</p> <p>1. Geografia. I. Basquerote, Adilson Tadeu (Organizador). II. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDD 910</p>
Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.







A obra: “**Geografia e sociedade: compreendendo as dinâmicas globais**”, reúne estudos que se debruçam sobre diferentes áreas da Geografia como ciência. Por meio de pesquisas transdisciplinares realizadas em diferentes contextos, revela-se a constituição do espaço geográfico das relações humanas e dos processos de integração promovidos na contemporaneidade.

Entre os temas abordados destacam-se a cultura cinematográfica sob o olhar geográfico, o multiculturalismo, o trabalho, movimentos sociais, a fome, o papel do professor de geografia na formação cidadã do estudante, a ação do garimpo ilegal na Terra Indígena, a geomorfologia e os dobramentos de fundo, entre outros. Tais pesquisas, resultam de esforços de pesquisadores de diferentes regiões e instituições brasileiras e uma proveniente de Yaguajay, Sancti Spiritus, Cuba.

O livro **é composto por** seis capítulos, que entrelaçam pesquisas empíricas e teóricas, que abarcam distintos conceitos da Geografia e de outras áreas do conhecimento. Assim, reflete o cenário de estudos recentes, contextualizados, e com aprofundamento científico para a área que se propõe. Além disso, seus capítulos se configuram com um contributo no entendimento da construção do espaço geográfico, suas nuances e contradições. Além disso, reforça a prerrogativa da Atena Editora, na publicação de obras que vão ao encontro da dinamização científica nas diferentes áreas do conhecimento.

Que a leitura seja convidativa!

Adilson Tadeu Basquerote

CAPÍTULO 1	1
UM OLHAR GEOGRÁFICO SOBRE A EXPRESSÃO DA CULTURA NA CINEMATOGRAFIA E A SUA RELAÇÃO COM O MULTICULTURALISMO	
Thays Zigante Furlan Maria Eduarda Brisot Maria Eduarda Lima Rodrigues	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.0192319121	
CAPÍTULO 2	7
REFLEXÕES SOBRE O PAPEL DO PROFESSOR DE GEOGRAFIA NA FORMAÇÃO CIDADÃ DO ALUNO	
Deysiane Alves de Sousa	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.0192319122	
CAPÍTULO 3	16
TRABALHO, MOVIMENTOS SOCIAIS, FOME E GESTÃO DO TERRITÓRIO BRASILEIRO: ORIGENS, SENTIDO ATUAL E PERSPECTIVAS	
Leonoura Katarina Santos José Henrique Rodrigues Stacciarini	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.0192319123	
CAPÍTULO 4	29
O GARIMPO ILEGAL NA TERRA INDÍGENA RAPOSA SERRA DO SOL EM RORAIMA	
Mara Cristina Maia da Silva Henrique César Lopes Danielle da Silva Trindade Marcos Vieira Araújo	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.0192319124	
CAPÍTULO 5	46
GEOMORFOLOGIA E DOBRAMENTOS DE FUNDO. HOMÓLOGOS ENTRE BRASIL E ÁFRICA DO SUL	
Roberto José Hezer Moreira Vervloet	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.0192319125	
CAPÍTULO 6	72
YAGUAJAY: EL VALLE COSTERO DE LOS INGENIOS: UNA ZONA ARQUEOLÓGICA HISTÓRICA Y UN ATRIBUTO MÁS DE LA RESERVA BUENAVISTA, CUBA	
José Eusebio Chirino Camacho Leonardo Cruz Quiñones Adilson Tadeu Basquerote Eduardo Pimentel Menezes	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.0192319126	
SOBRE O ORGANIZADOR	89
ÍNDICE REMISSIVO	90

UM OLHAR GEOGRÁFICO SOBRE A EXPRESSÃO DA CULTURA NA CINEMATOGRAFIA E A SUA RELAÇÃO COM O MULTICULTURALISMO

Data de submissão: 31/10/2023

Data de aceite: 01/12/2023

Thays Zigante Furlan

Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT
Sinop – Mato Grosso
<http://lattes.cnpq.br/3026139229772036>

Maria Eduarda Brisot

Ensino Médio da Escola Militar Tiradentes
Sinop – Mato Grosso
<https://lattes.cnpq.br/9038275669494064>

Maria Eduarda Lima Rodrigues

Ensino Médio da Escola Militar Tiradentes
Sinop – Mato Grosso
<https://lattes.cnpq.br/3240496835343554>

RESUMO: O objetivo do presente trabalho consiste em realizar um olhar geográfico sobre como a cultura se expressa no cinema, e o que ela resulta na sociedade através da mistura e coexistência de diferentes culturas em todo o mundo. Ressalta-se que toda forma de expressão no cinema é válida, mas esse é um caminho que pode ir além, utilizando a influência midiática do cinema para fazer da arte um verdadeiro veículo de mudança. A cinematografia é uma importante forma de expressão da cultura e pode refletir a diversidade cultural em uma sociedade multicultural, mostrando diversas

perspectivas e aumentando o diálogo intercultural. Para tanto, esse artigo trata-se de uma pesquisa de cunho bibliográfico, da qual, se valeu, principalmente, de artigos científicos para a sua elaboração. A partir da revisão de artigos acadêmicos, entende-se que o cinema, considerando seu alcance global a partir da evolução da comunicação e tecnologia e sua capacidade de influenciar e mobilizar as massas, ajudou a expandir a interculturalidade não apenas por meio de sua representação, mas também por transmitir e reproduzir culturas estrangeiras que se infiltram nos hábitos e costumes do espectador, consciente ou inconscientemente, bem como na sua forma de pensar. Busca-se a partir deste estudo, apresentar possibilidades de futuras pesquisas que possam aprofundar essa temática entre o cinema, a cultura e a Geografia.

PALAVRAS-CHAVE: multiculturalismo; globalização; representação; cinema; interculturalidade.

A GEOGRAPHICAL LOOK AT THE EXPRESSION OF CULTURE IN CINEMATOGRAPHY AND THE ITS RELATIONSHIP WITH MULTICULTURALISM

ABSTRACT: The objective of this work is to take a geographical look at how culture is expressed in cinema, and what it results in society through of the mixing and coexistence of different cultures around the world. It should be noted that every form of expression in cinema is valid, but this is a path that can go further, using the media influence of cinema to make art a true vehicle of change. Cinematography is an important form of expression of culture and can reflect cultural diversity in a society multicultural, showing diverse perspectives and increasing dialogue intercultural. Therefore, this article is a research of a bibliographical, which mainly used scientific articles for its elaboration. From the review of academic articles, it is understood that cinema, considering its global reach based on the evolution of communication and technology and its ability to influence and mobilize the masses, helped expand interculturality not only through its representation, but also for transmitting and reproducing foreign cultures that infiltrate our habits and customs of the spectator, consciously or unconsciously, as well as in your way of thinking. From this study, we seek to present possibilities for future research that could deepen this topic among cinema, culture and geography.

KEYWORDS: multiculturalism; globalization; representation; cinema; interculturality.

INTRODUÇÃO

Sabemos que a Indústria Cultural pode ser representada por vários elementos, como a música, a moda e os filmes, da qual esse último, desempenha um papel importante na transformação da sociedade, pois consegue chamar a atenção para diversos problemas e realidades, possibilitando, assim, a transmissão de valores importantes para a garantia e promoção dos direitos humanos, ou não (MARQUES, 2019).

Num mundo globalizado como o que vivemos hoje, torna-se importante o estudo sobre o cinema, visto que, além dele ser uma forma de expressão cultural, também traz a representação para muitas pessoas por todo o mundo. Através dele, obtemo-nos da realidade observada e interpretada, ou até mesmo do mundo imaginário criado livremente pelos cineastas. A integração de várias culturas intitula-se como “multiculturalismo”, uma vez que busca a integração de várias culturas, e se mostra especialmente evidente para o cinema, no qual existe a apresentação de realidades e histórias de todo o espaço geográfico.

Nesse sentido, pretendemos a partir dessas discussões, a priori, demonstrar como os filmes contribuíram e continuam contribuindo para a cultura à nível mundial.

MATERIAL E MÉTODOS

Este artigo se baseia nos pressupostos da pesquisa bibliográfica, uma vez que, visa refletir, a partir de aportes teóricos, sobre o mundo cinematográfico e a sua correlação com a cultura e a globalização.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A CULTURA E O MULTICULTURALISMO

De acordo com Viana (2021), a cultura, como descrito em sua definição enquanto substantivo, é um compilado de atividades, instituições e padrões sociais ligados à criação e difusão das belas-artes, ciências humanas e afins. Trata-se da representação de um conjunto de tradições, crenças e costumes de um determinado grupo social, da qual é transmitido por meio da comunicação ou imitação para as futuras gerações.

É importante destacar que a cultura também pode ser definida como o comportamento através da aprendizagem social, já que a partir das necessidades humanas, formam-se e criam-se padrões e comportamentos que geram uma certa estrutura e organização social, o que é muito percebido na cultura pop, que é muito associada à cultura de massa, de consumo e mídia (VIANA, 2021).

No que tange a multiculturalidade, trata-se de um fenômeno social que ocorre quando há um conjunto de culturas em contato, sem se misturar e mantendo o patamar (CHALUPE, 2009). Pontua-se que está relacionado à globalização e às sociedades pós-modernas e tem como base a ideia de que não se tem certo ou errado em relação à cultura, considerando que todas devem ser respeitadas na sua essência (CHALUPE, 2009).

O multiculturalismo ocorre em decorrência do crescimento em massa de meios de transporte e tecnologias de comunicação que unem diversas regiões do mundo, não se limitando às fronteiras (LIONÇO, 2013). Um exemplo dessa prática é a chamada “americanização”, termo usado para se referir à hegemonização cultural dos Estados Unidos, posteriormente, à guerra fria com seus ideais, produtos, músicas e filmes. Vale ressaltar que mesmo diante de todo o poder hegemônico dos Estados Unidos, as culturas tradicionais ainda persistem, ao lutar contra essa padronização de costumes, ainda que, em comunidades locais, vê-se a apropriação e transformação da cultura norte-americana.

Por outro ponto de vista, alguns exemplos de multiculturalidade são a coexistência de diversos grupos culturais em um mesmo lugar, o respeito às diferentes religiões, o reconhecimento de músicas de outras culturas sem julgamentos e até a legenda ou dublagem de filmes, séries, documentários e outros.

A IMPORTÂNCIA DO CINEMA PARA A CULTURA MUNDIAL E A SUA INFLUÊNCIA NA SOCIEDADE

Foi em 1895, depois da invenção do cinematógrafo pelos irmãos Lumière que o mundo entrou numa nova era. Segundo o autor Segrave (1977), além do evidente fato de que o cinema é uma fonte de estudos históricos sobre a época em que foi produzido, uma outra relação cultural que se pode dar por meio dele é a identificação. A obra cinematográfica pode funcionar como representação ou interpretação de acontecimentos

ou relatos históricos, estes chamados de filmes históricos. Alguns filmes abordam questões complexas, retratam a realidade de forma crítica e nos fazem refletir acerca de um assunto, muitas vezes de cunho social, como é o caso de Juliana Antunes em *Baronesa* (2017), que mostra a realidade das mulheres marginalizadas. Alguns notarão como a realidade da comunidade difere da sua, e outros poderão se identificar com ela e, possivelmente confrontar, positivamente, a realização do filme, porque é maior do que precisa ser visto e pensado.

Essa reflexão e essa crítica têm um grande poder sobre as pessoas, e é aí que reside a capacidade do filme como ferramenta social, afetando tanto as coisas ao seu redor quanto às realidades distantes. Uma das principais funções do filme é sua capacidade de fazer o público se sentir emocional e reflexivo. Esse é utilizado para abordar questões importantes que envolvem a nossa sociedade e acaba por ser uma ferramenta muito poderosa para chegar às pessoas de uma forma diferente. Esses filmes vão além do entretenimento, ao trazer questões complexas para suas narrativas tentando fazer o público pensar diferente sobre outras realidades.

Este debate começa outra tangente quando chega nos Estados Unidos, já que os filmes hollywoodianos tem uma grande força global, embora muitas fontes tenham discutido o domínio internacional de Hollywood, os fatores que contribuem para isso são frequentemente simplificados ou omitidos (WASKO, 2007). A verdade é que as explicações são muito complexas e envolvem muitos fatores históricos, econômicos, políticos e culturais (WASKO, 2007). Os autores americanos David Croteau e William Hoynes (2007) oferecem a seguinte resposta: “Uma razão pela qual alguns produtos de mídia ocidentais - e especialmente americanos - têm sido tão bem-sucedidos é que esses projetos tendem a ter orçamentos substanciais, resultando em valores de produção muito atraentes e sofisticados.”

Os estudiosos, por outro lado, oferecem uma discussão mais sofisticada do ponto de vista dos estudos culturais, argumentando que os filmes americanos representam uma espécie de “transparência narrativa”. Este argumento foi desenvolvido por Scott Robert Olson onde na sinopse do livro *Hollywood Planet* há o trecho a seguir:

[...] A vantagem competitiva dos Estados Unidos na criação e distribuição global de produtos do gosto popular deve-se a uma mistura exclusiva de condições culturais que conduzem à criação de textos ‘transparentes’ – narrativas cuja polissemia inerente encoraja sua leitura por populações diversas como se fossem nativas (OLSON, 1999).

Esse argumento também é feito por economistas que usam o conceito de desconto cultural, o conceito de que um filme (ou qualquer outro produto) pode não se tornar popular fora de seu próprio país devido a diferenças culturais e de idioma. Portanto, devido ao “apelo universal” dos filmes americanos e ao uso generalizado da língua inglesa, há pouco desconto cultural nos mercados estrangeiros.

A formação cultural da sociedade é extremamente influenciada tanto pelo hábito de assistir a filmes, quanto o hábito de ler obras literárias, filosóficas, dentre outros. Segundo Martins (2007), a forma com que público se relaciona com as narrativas cinematográficas ocasiona a infiltração dessas imagens no seu cotidiano, comportamento e na constituição de suas identidades, seja de forma consciente ou inconsciente.

Desse modo, Martins (2007) aponta o quão relevante é essa passagem de informação por meio da figura de linguagem e como os telespectadores não percebem o modo como são afetados por isso. Conseqüentemente, o potencial das produções audiovisuais é subestimado. A evolução da comunicação e da tecnologia torna possível a propagação de informações no cotidiano através de entretenimento e serviços, que envolve o cinema em um processo discursivo de multiculturalismo que proporciona significações à nossa realidade estimulando uma conexão emocional e práticas de consumo.

Especificamente o cinema contribui, portanto, para a transmissão e reprodução de cultura, considerando o poder de alcance em uma análise contemporânea, promovendo o acesso às culturas estrangeiras a grande parte da população.

Alguns filmes como Terra Estrangeira (1996), de Daniela Thomas e Walter Salles, O Céu de Suely (2006) de Karim Aïnouz e Felizes Juntos (1997), filmado na Argentina pelo chinês Wong Kar-Wai apresentam personagens que transitam entre países e culturas, assim como retratam o modo como as pessoas viajam sem sair do lugar sobretudo com a internet, e como pequenas cidades são redefinidas pelo trânsito de pessoas e culturas.

CONCLUSÕES

Os filmes de maneira geral, são produtos da Indústria Cultural e são capazes de caracterizar a obra de um diretor que utiliza do mesmo para expor sua opinião e visão de mundo (RODRIGUES, 2010). O multiculturalismo representa uma base disciplinar na qual o cinema assenta as bases de sua produção (RIBEIRO, 2021).

Esse fenômeno de pluralismo social, cultural e econômico, que guarda estreita relação com a própria trajetória dos Estudos Culturais, converte-se em um instrumento normativo contra a homogeneização da cultura, promovido pelas mídias, a revolução tecnológica e o monopólio dos meios de comunicação social, tão contestados pelos Estudos Culturais.

Nessa linha, três categorias podem ser aplicadas para a análise do multiculturalismo nos filmes: o contexto multicultural, que apresenta a diversidade cultural manifestada pelos personagens do filme (seja ela por meio de suas origens ou hábitos); a dialética intercultural; e a crítica implícita do diretor como um chamado ao espectador para alertá-lo sobre os fenômenos sociais que afetam o mundo.

Assim, conclui-se que a expressão da cultura no cinema além de ser de extrema importância para a representação daqueles que assistem, também pode servir como forma

de preservá-las por muito mais tempo do que durariam se passadas para a frente de forma oral, por exemplo.

REFERÊNCIAS

CROTEAU, David., HOYNES, William. **Media/Society: Industries, Images, and Audiences**. Estados Unidos: SAGE Publications, 2007.

CHALUPE, H. **Globalização e Cinema: uma breve reflexão sobre a cinematografia nacional**. Revista Universitária do Audiovisual, 2009. Disponível em: . Acesso em: 22 de março de 2023.

LIONÇO, V. **Cineares: Cinema, Cultura e Integração Social, 2013**. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/117438/Cultura%20-%20CINEARES%20CINEMA%2C%20CULTURA%20E%20INTEGRA%C3%87%20%C3%83O%20SOCIAL%20%281%29.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 25 mar. 23

MARQUES, M. R. **O cinema como ferramenta de impacto social**. 2019. Disponível em: . Acesso em: 20 de maio de 2023.

RIBEIRO, C. **Atualidades: Definição e exemplos de multiculturalismo**. 2021. Disponível em: <https://noticiasconcursos.com.br/atualidades-definicao-e-exemplos-de-multiculturalismo/>. > Acesso em: 22 março 2023.

RODRIGUES, C. T. **Cinema como indústria cultural**. 2010. Disponível em: <https://horizontesafins.wordpress.com/2016/10/10/cinema-como-industriacultural/#:~:text=A%20cultura%20popular%20surgiu%20das,maior%20n%C3%BAmero%20poss%C3%ADvel%20de%20consumidores>. Acesso em: 06 abril de 2023.

VIANA, Luciane. **Interação cultural entre o cinema e a cultura de massa**. 2021. Disponível em: <https://consumoliquido.com/2021/06/02/interacaocultural-entre-o-cinema-e-a-cultura-de-massa/> > Acesso em: 06 abril de 2023.

WASKO, J. **Por que Hollywood é global?** 2018. Disponível em: <https://www.cena.ufscar.br/por-que-hollywood-e-global/> > Acesso em: 06 abril de 2023.

REFLEXÕES SOBRE O PAPEL DO PROFESSOR DE GEOGRAFIA NA FORMAÇÃO CIDADÃ DO ALUNO

Data de aceite: 01/12/2023

Deysiane Alves de Sousa

Estudante do curso de especialização em Ensino de Ciências Humanas do Instituto Federal do Ceará - Campus Caucaia, trabalho realizado com base no projeto de pesquisa do curso

RESUMO: O ensino de geografia, pautado apenas na metodologia tradicional, sem a inserção de ferramentas de auxílio, a exemplo de novas tecnologias, ferramentas que se ampliam cada vez mais no contexto técnico-científico-informacional e que fazem parte do dia a dia do aluno, ou a formação de um ambiente escolar que estimulem a participação do discente. O que se tem esquecido é que a geografia tem em seu fundamento a construção de um cidadão crítico, tornando assim os que a estudam terem uma compreensão de mundo em variadas escalas espaciais e seus problemas ambientais e sociais. Embora no discurso da grande maioria dos professores de geografia exista o consenso quanto à importância da mesma e de seu ensino para a formação da cidadania discente, ainda é possível detectar práticas equivocadas de contradição, persistindo a propagação

de posturas tradicionais. Contribuir para a formação do cidadão é um dos objetivos da Educação Básica. A Geografia, como um componente curricular da Educação Básica, contribui para esta formação. Desta forma, esse trabalho tem como objetivo apresentar algumas reflexões sobre a importância do professor de geografia trabalhar a formação cidadã dentro do ambiente escolar com seus alunos. Esse texto se desenvolveu através de levantamento bibliográfico e de autores como Santos (2007) e Cavalcante (2012) entre outros que contribuem com as temáticas de cidadania e ensino de geografia, respectivamente. Por meio desse texto percebemos a necessidade de se desenvolverem mais trabalhos e pesquisas que tratem da geografia e da formação cidadã, pois ainda é pouco diante da sua importância.

PALAVRAS-CHAVE: Professor de geografia, Cidadania, Formação cidadã.

INTRODUÇÃO

O ensino de geografia, pautado apenas na metodologia tradicional, sem a inserção de ferramentas de auxílio, a exemplo de novas tecnologias, ferramentas

que se ampliam cada vez mais no contexto técnico-científico-informacional e que fazem parte do dia a dia do aluno, ou a formação de um ambiente escolar que estimulem a participação do discente, sejam através de debates, dinâmicas e uma infinidade de outras metodologias, torna a sala de aula pouco propícia para a atuação ativa do aluno (PONTUSCHKA; PAGANELLI; CACETE, 2009), contribuindo assim, a visão do professor como o centro do processo de ensino-aprendizagem e dando uma atribuição de caráter decorativo ao ensino da disciplina da Geografia. Tendo essa modalidade de ensino os livros didáticos como principal fonte de referência, onde na maioria das vezes os assuntos estão bastante distantes da realidade dos estudantes, o que dificulta a aprendizagem.

O que se tem esquecido é que a geografia tem em seu fundamento a construção de um cidadão crítico, tornando assim os que a estudam terem uma compreensão de mundo em variadas escalas espaciais e seus problemas ambientais e sociais. Embora no discurso da grande maioria dos professores de geografia exista o consenso quanto à importância da mesma e de seu ensino para a formação da cidadania discente, ainda é possível detectar práticas evitadas de contradição, persistindo a propagação de posturas tradicionais (TORRES; SILVA, 2013).

De acordo com Castrogiovanni (1998), uma educação voltada para a cidadania é necessária, pois é pela educação que as comunidades expressam sua cultura e também terão capacidade de defendê-la quando outros valores forem tomados como certos e universais. O ensino de geografia está diretamente ligado à formação da cidadania, quando ele contribui para um conhecimento organizado e estruturado, e que leva a prática da cidadania nos tempos atuais com sua vivência e hábitos da sociedade urbana. Por isso, o ensino da geografia urbana possui uma função fundamental para propor uma ligação entre a realidade dos alunos e as aulas de geografia. Essa ligação está conectada com a evolução social e com sua prática de habitar a cidade, temos mais estudantes vivendo nas áreas urbanas do que nas rurais, daí a importância dessa disciplina e do tema urbano nas aulas de geografia.

Desta forma, esse trabalho tem como objetivo apresentar algumas reflexões sobre a importância do professor de geografia trabalhar a formação cidadã dentro do ambiente escolar com seus alunos. Aqui pretendi apresentar as iniciais reflexões sobre o objeto de estudo desenvolvido no projeto de pesquisa da especialização em Ensino de Ciências Humanas, onde o objetivo desse projeto é analisar o papel do ensino de geografia urbana na formação cidadã dos alunos do ensino fundamental II da rede pública de ensino da cidade de Fortaleza- CE.

RELAÇÃO DA GEOGRAFIA COM A CIDADANIA

Para trabalhar a relação da geografia com a cidadania, primeiro temos que definir o seu significado. A cidadania sendo uma construção histórica, resultante das disputas

e das experiências da sociedade, seu processo de construção. Por isso, a cidadania que conhecemos hoje é resultado de lutas e revoluções sendo “a expressão concreta do exercício da democracia” (PINSKY, 2012, p. 10).

Uma definição de cidadania bastante aceita é o “de que ser cidadão significa fazer parte de um todo maior, modernamente identificado a uma nação ou comunidade política específica, e ter direitos garantidos pelo Estado, com o qual temos também deveres” (BOTELHO; SCHWARCZ, 2012, p. 11). Para Reis (2000), a cidadania é, então, uma qualidade conferida a todos os indivíduos que lhes concede diversos direitos e deveres. Temos também o conceito de cidadania apresentado por Carvalho (2012), que a considera como a existência de direitos civis, políticos e sociais. Esses direitos, em conjunto, constituem um ideal de cidadania, sendo a todos asseguradas a liberdade e a participação em condições de igualdade efetivas. Mas sabemos que em uma sociedade de classes marcada por desigualdades, este ideal de cidadania poderá não ser alcançado, mas é esse o parâmetro de qualidade de cidadania.

Na Constituição Federal de 1988, os três direitos – civis, sociais e políticos- são apresentados, conforme o quadro abaixo:

Direitos Civis	À vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade
Direitos Sociais	Educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, transporte, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância, assistência aos desamparados
Direitos Políticos	Voto direto e secreto

Fonte: Brasil (1998).

No entanto, nem o consumidor nem o eleitor são cidadãos, na acepção de Santos (2014). “O cidadão é multidimensional. Cada dimensão se articula com as demais na procura de um sentido para a vida. Isso é o que dele faz o indivíduo em busca do futuro” (SANTOS, 2014, p. 56), capaz de quebrar a opressão do consumo.

Para Benevides (1994, p. 5), uma educação para a cidadania ativa “se processa na prática” e isso só se realiza em uma escola democrática no acesso ao conhecimento e à participação nos processos de escolha e decisão.

Uma vez que a Geografia interliga várias temáticas com os conceitos de sustentabilidade, sociedade, cultura, ciência, tecnologia, entre outros, assume-se como uma das disciplinas que melhor pode potencializar e facilitar a formação geral de jovens enquanto cidadãos (GOMES, 2008).

A Geografia possui uma grande importância na formação do ser humano como cidadão, uma vez que seu objeto de estudo é o espaço geográfico. Este se compõe da política, cultura, sociedade e do físico. Sendo ao mesmo tempo, abstrato e concreto. Sendo assim, o espaço geográfico pode não apenas ser visto como também trabalhado como lugar de vivência, dessa forma aproximando a realidade do próprio aluno da disciplina.

Damiani (1999) acredita existir grande relação entre o espaço e a cidadania, por ser no espaço que acontecem as relações. Para ele, um cidadão deve participar de todos os acontecimentos, possuindo um conhecimento já que ele não é meramente um objeto em si, mas um sujeito com suas dinâmicas e acessível a futuras mudanças.

Para Callai (2005) uma das maneiras de ler o mundo é através da leitura do lugar. Sendo o lugar um espaço vivido. Estudando o lugar como forma de compreensão do mundo se torna uma possibilidade de exercício da cidadania, pois ao conhecer o lugar onde vivemos e analisamos o que nele está acontecendo temos condições para entender do local ao global.

Para se ter um direcionamento melhor, a Tabela 1 abaixo mostra que grande parte das escolas no país estão situadas em áreas urbanas, estando a maior parte delas sob administração do poder público Estadual e Municipal, os quais segundo a Lei de diretrizes e bases da educação nacional¹, devem buscar “formas de colaboração na oferta do ensino fundamental, assegurando a distribuição proporcional das responsabilidades, de acordo com a população a ser atendida e os recursos financeiros disponíveis em cada uma dessas esferas do Poder Público” (BRASIL, 2017, p. 13). O número representativo de escolas em áreas urbanas fortalece a concepção da importância que o estudo do espaço urbano no âmbito da geografia possui, na formação cidadã dos estudantes.

Localização da Escola	Dependência Administrativa				Total por Localização
	Privada	Pública			
		Federal	Estadual	Municipal	
Urbana	40.396	604	24.636	59.492	125.128
Rural	650	94	5.252	48.407	54.403
Total por Dependência Administrativa	41.046	698	29.888	107.899	179.531

Tabela 1 - Nº de escolas por dependência Administrativa, segundo Localização

Fonte: Deed/INEP (2020) com base nos Dados do Censo da Educação Básica e Censo Escolar. Adaptado pelo autor.

Com base nessa informação, podemos relacionar a cidadania com a cidade e assim a cidade como local de formação da cidadania dos estudantes. Cavalcanti (2012) nos apresenta uma hipótese de uma cidadania ativa e participativa que possa atuar conscientemente na construção e reconstrução coletiva de ambientes urbanos, a relevância de democratizar o espaço urbano está na possibilidade dos sujeitos aproveitarem da cidade, lutando e colaborando com sua administração. Cavalcanti (2012) ainda acrescenta,

Reafirmar o direito à cidade é uma maneira de contraposição à organização dominante da sociedade atual, que quer se autodenominar “globalizada”,

¹ Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, edição atualizada até março de 2017

ressaltando uma tendência de homogeneização de seus espaços. A defesa do direito à cidade para todos os seus habitantes, parte do entendimento de que a produção de seu espaço é feita com a participação desses habitantes, obedecendo a suas particularidades e diferenças. [...] A luta pelo direito à cidade, aos seus lugares, ao consumo mais autônomo e consciente de seus lugares e objetos, ao ambiente, é, assim, um exercício de cidadania. (CAVALCANTI, 2012, p. 83).

Para a autora, cidadão está relacionado à ideia de indivíduo que exerce seu direito a ter direitos, de forma ativa e democrática, que por sua vez significa exercer seu direito de, inclusive, criar novos direitos e ampliar os outros (CAVALCANTI, 2012, p. 85).

Portanto, para o entendimento da cidadania, é de suma importância ter domínio das categorias de análise da Geografia. Dominar os conceitos de espaço geográfico, natureza, paisagem, território, região. Cidade, lugar e outros é indispensável, sendo que estes estão interligados com a cidadania.

A formação da cidadania não é um assunto atual, tão pouco a importância que é dada à educação formal. Nesse sentido, à educação atribuem-se o papel de formação e desenvolvimento da consciência crítica e política dos seus educandos. A Geografia também é de suma importância nesta discussão, devido o seu objeto de estudo, o espaço geográfico, ser resultado da produção da sociedade em seu curso histórico, o que vincula a disciplina geográfica à ideia de cidadania.

O professor de geografia e seu papel na formação cidadã dos alunos

Ensinar Geografia é uma prática política que requer ao educador uma reflexão em sua práxis, considerando as condições de trabalho no processo de ensino e aprendizado. Para fazermos uma reflexão sobre o ensino de Geografia e a cidadania é preciso que conheçamos as representações sociais de seus professores, logo, como veem a cidadania e como encaram essa questão diante de suas práticas pedagógicas e de suas rotinas diárias como educadores e como cidadãos.

A formação da cidadania inicia-se com a formação profissional inicial daqueles que mediam o conhecimento (SANTOS et al., 2013), assim como, faz-se completamente indispensável que haja comprometimento por parte dos profissionais em formação. Nesta condição, Mendonça (2013, p. 21) afirma que “trabalhar com educação implica acreditar em um projeto que enxergue as carências sociais e, ao mesmo tempo, proponha um futuro melhor para a maioria da população.” Construir a cidadania é algo difícil de ser realizado, visto que a escola é um ambiente bastante diversificado e que a cada dia deve enfrentar preconceitos e ideologias dominantes, mas que podem ser superadas com muito trabalho, por parte do conjunto de professores (PONTUSCHKA, 2000).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) nos apresenta que em todas as unidades são destacados aspectos relacionados ao exercício da cidadania, como também

à aplicação dos conhecimentos que a disciplina dispõe perante situações e adversidade do dia a dia.

De acordo com a BNCC, nas series do ensino fundamental anos finais, é esperado que o aluno tenha a compreensão dos processos que dão origem as desigualdades sociais, e que ele possua responsabilidade de transformar a realidade, com base na democracia, solidariedade e justiça. Possibilitando ao aluno se tornar um agente social concreto do presente. “Quanto mais um cidadão conhece os elementos físico-naturais e sua apropriação e produção, mais pode ser protagonista autônomo de melhores condições de vida” (BRASIL, 2018, p. 365). Sabendo disso, a escola tem seu papel na construção da cidadania, ainda assim, é necessário que se tenha investimento na área teórica e prática para se entender melhor o seu papel, um caminho seria o próprio ensino de geografia (CAVALCANTI, 2012).

Se caso, levamos o conteúdo tal qual aprendemos, sem adapta-lo, reestruturá-lo e produzi-lo de acordo com a faixa etária, classe social e cultural, certamente o trabalho do professor será em vão. O professor precisa levar em consideração todos os pontos que envolvem a educação, permitindo a compreensão do espaço geográfico dentro de um processo que passe por diferentes escalas de análise interdisciplinar, viabilizando aos estudantes a vivência de um método de trabalho que possa ser usado em situações diversificadas, adquirido autonomia no processo de produção do conhecimento (PONTUSCHKA, 2000).

É importante que o professor tenha ciência de que, nas classes iniciais, este não terá de desempenhar o papel de formação de geógrafos (VESENTINI, 1999), mas sim de indivíduos capazes de enxergar a realidade em que vive. A partir disso, acredita-se que o aluno passará a desenvolver o conceito de espaço geográfico e assim chegue, posteriormente, à situação de cidadão.

Formar o aluno cidadão não significa domesticá-lo, instruindo-o a cumprir seus deveres e a elencar os seus direitos. É necessário ir além, é necessário formar a criticidade do aluno sujeito, capaz de fazer uma análise da realidade que o cerca, dos lugares da experiência, não só reduzindo a experiência aos lugares e tempos próximos, como também correlacionando a aos outros espaços-tempos (BORGES, 2001, p. 86).

O professor de geografia, por seu caráter questionador do espaço construído pelas diferentes sociedades, tem um papel fundamental no auxílio ao aluno para a compreensão e o questionamento. É nesse sentido que o professor de geografia deve ter compromisso como cidadão e profissional para possibilitar que seus alunos se tornem atores de seu próprio aprendizado, analisando o espaço de acordo com o movimento da sociedade.

O estudo desta disciplina possibilita que os jovens olhem para o mundo de uma nova maneira, refletindo sobre o impacto que os seus comportamentos e decisões possam vir a ter no meio ambiente, tanto a nível ambiental como a nível de relações sociais. Uma

vez que serão os jovens que, futuramente, terão um papel ativo na nossa sociedade, é importante que tenham capacidade de avaliar oportunidades e soluções, de mobilizar recursos e de construir ideias inovadoras, para que possam ajudar a combater os problemas da atualidade, principalmente a nível ambiental, visto que muitos dos problemas deste género são criados pela ação humana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Notou-se nos trabalhos estudados para esse texto que mesmo que a formação cidadã esteja em documentos educacionais como a BNCC, ressaltando que o professor tem seu papel nesse conteúdo que faz parte da formação dos alunos brasileiros, e aqui queremos tratar do professor em específico de geografia, que através dos diversos assuntos que a disciplina trabalha, a cidadania está presente. Por isso, a necessidade de se desenvolverem mais trabalhos e pesquisas que tratem da geografia e da formação cidadã, pois ainda é pouco diante da sua importância.

Contribuir para a formação do cidadão é um dos objetivos da Educação Básica. A Geografia, como um componente curricular da Educação Básica, contribui para esta formação. Temos que ter em mente como educadores que os estudantes percebem aquilo que conhecem. Portanto, é necessário ensinar a olhar o espaço em uma visão de cidadania, resultado de construção social e fruto de interesses, cuja configuração dar-se-á de acordo com a visão dominante.

Mesmo que o discurso da grande maioria dos professores de geografia exista o consenso quanto à importância da mesma e de seu ensino para a formação da cidadania dos alunos, ainda é possível detectar práticas cheias de contradição, persistindo a propagação de posturas tradicionais, desestimulando a aprendizagem por apoiarem-se em memorização de conteúdos.

Por isso, é necessário que o professor veja e reveja suas práticas pedagógicas na intenção de pensar se elas são adequadas com a realidade vivenciada pelo aluno e suas atitudes como cidadão.

REFERÊNCIAS

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **Cidadania e democracia**. Lua Nova. São Paulo, n.33, ago. 1994.

BORGES, Vilmar José. **Mapeando a Geografia Escolar**: identidades, saberes práticas. 2001. 130f. Dissertação (mestrado) - Programa de Mestrado em Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2001. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/14090/1/vilmaar.pdf>. Acesso em: 1 de jul. de 2021.

BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). **Cidadania, um projeto em construção**: minorias, justiça e direitos. São Paulo: Claro Enigma, 2012. Disponível em: <https://www.companhiadasletras.com.br/trechos/35024.pdf>. Acesso em: 10 de jul. de 2021.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Básica 2020**: notas estatísticas. Brasília, DF: INEP, 2021. Disponível em: http://inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYsGMAMkW1/document/id/6993024. Acesso em: 1 de ago. de 2021.

_____. LDB: **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. 58 p. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnncnqgjpcglclefndmkaj/viewer.html?pdfurl=https%3A%2F%2Fwww2.senado.leg.br%2Fbdsf%2Fbitstream%2Fhandle%2Fid%2F529732%2Flei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf&clen=468714&chunk=true. Acesso em: 1 de ago. de 2021

_____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

CALLAI, H. C. Aprendendo a ler o mundo: a Geografia nos anos iniciais do ensino fundamental. **Caderno Cedes**, Campinas, v. 25, n. 66, p. 227-247, maio/ago. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/7mpTx9mbrLG6Dd3FQhFqZYH/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 9 de jul. de 2021.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 15. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. Disponível em: <https://necad.paginas.ufsc.br/files/2012/07/CARVALHO-Jos%C3%A9-Murilo-de.-Cidadania-no-Brasil1.pdf>. Acesso em: 5 de jul. de 2021.

CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos. **A Geografia em sala de aula**: práticas e reflexões. (Org.) et al., Porto Alegre: AGB, 1998.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **A geografia escolar e a cidade**: ensaios sobre o ensino de geografia para a vida urbana cotidiana. 3ª. ed. São Paulo: Papyrus, 2012.

DAMIANI, A. L. A Geografia e a construção da cidadania. In: CARLOS, A. F. A. **A Geografia na sala de aula**. SP: Contexto, 1999.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. Sobre territórios, escalas e responsabilidade. In: HEIDRICH, Álvaro Luiz; COSTA, Benhur Pinós da; PIRES, Cláudia Luisa Zeferino; UEDA, Vanda (Org.). **A emergência da multiterritorialidade**: a ressignificação da relação do humano com o espaço. Canoas: Ed. ULBRA; Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008.

MENDONÇA, Sandra. **A geografia e a formação de seus professores**: o processo formativo dos professores para a educação básica. Florianópolis: UFSC, 2013, Tese (Doutorado), Programa de Pós Graduação de Geografia, Centro de Fisolofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/107258>. Acesso em: 1 de jul. de 2021.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **História da cidadania**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

PONTUSCHKA, Nídia Nacib. Geografia, representações sociais e escola pública. **Terra Livre**, São Paulo, nº15, p. 145-154, 2000.

PONTUSCHKA, N.; PAGANELLI, T.; CACETE, N.; **Para ensinar e aprender Geografia**. São Paulo: Cortez, 2009.

REIS, João. Cidadania na escola: desafio e compromisso. **Inforgéo**, Lisboa, 2000. Edições Colibri, p. 105-116. Disponível em: https://www.instituto-camoes.pt/images/stories/tecnicas_comunicacao_em_portugues/Cidadania/Cidadania%20-%20Cidadania%20Na%20Escola%20-%20Desafio%20e%20Compromisso.pdf. Acesso em: 15 de jul. de 2021.

SANTOS, Lucas dos et al. PCN - o ensino da geografia no ensino médio – Brasil. In: **Anais...** do Encontro de Geógrafos de América Latina, 2013. v. 14, p. 1 - 9. CD-ROM.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 7. ed. 2. reimpr. São Paulo: Edusp, 2014.

TORRES, Eloiza Cristiane; SILVA, Maria de Lourdes Cruz da. As contribuições do ensino de geografia na construção da cidadania. In: PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. **Os Desafios da Escola Pública Paranaense na Perspectiva do Professor PDE, 2013**. Curitiba: SEED/PR., 2016. V.1. (Cadernos PDE). Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2013/2013_uel_geo_artigo_maria_de_lourdes_cruz_da_silva.pdf. Acesso em: 10 de jul. de 2021.

VESENTINI, José Willian. Educação e ensino da Geografia: instrumentos de dominação e/ou de libertação. In: CARLOS, Ana F. A. (Org.). **A Geografia na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1999.

TRABALHO, MOVIMENTOS SOCIAIS, FOME E GESTÃO DO TERRITÓRIO BRASILEIRO: ORIGENS, SENTIDO ATUAL E PERSPECTIVAS

Data de submissão: 09/11/2023

Data de aceite: 01/12/2023

Leonoura Katarina Santos

Doutoranda do Curso de Geografia da
Universidade Federal de Uberlândia - UFU
Universidade Federal de Uberlândia
Uberlândia - Minas Gerais
<http://lattes.cnpq.br/1159596630124732>

José Henrique Rodrigues Stacciarini

Doutor do Curso de Geografia da
Universidade Federal Federal - UFCat
Universidade Federal de Catalão
Catalão – Goiás
<http://lattes.cnpq.br/5680478193722989>

sociais a fome é uma das mais perversas, ela assola milhares de pessoas que vivem em estado de subnutrição e fome extrema, que encaram os pratos vazios como um convite a morte. A exploração do trabalho aumentou a riqueza dos donos dos meios de produção, os movimentos sociais buscam a valorização do trabalho, as movimentações sociais deslocaram as populações, e a gestão do território é feita em maior parte pelo pacto da elite.

PALAVRAS-CHAVE: Miséria Social, Gestão do território, Transição demográfica.

RESUMO: Este trabalho é resultado de uma análise sobre a miséria social brasileira, movimentos sociais, transição demográfica, e gestão do território em escala nacional e regional - Brasil/Goiás. O objetivo é ressaltar como tais abordagens ocorrem na produção espaço elencando a fome como questão política e a importância de movimentos sociais para o surgimento de ações cidadãs como a Ação da Cidadania Contra a Fome, a configuração da população atual como produto das transições ocorridas no século XX. A metodologia se realizou em pesquisa qualitativa e bibliográfica. Os resultados apontam que dentre todas a misérias

WORK, SOCIAL MOVEMENTS, HUNGER AND MANAGEMENT OF THE BRAZILIAN TERRITORY: ORIGINS, CURRENT MEANING AND PERSPECTIVES

ABSTRACT: This work is the result of an analysis of the Brazilian social misery, social movements, demographic transition, and territory management on a national and regional scale - Brazil/Goiás. The objective is to highlight how such approaches occur in space production listing hunger as a political issue and the importance of social movements for the emergence of citizen actions such as Citizenship Action Against Hunger, the configuration of the current

population as a product of the transitions occurred in the twentieth century. The methodology was carried out in qualitative and bibliographical research. The results show that among all social miseries hunger is one of the most perverse, it plagues thousands of people living in a state of malnutrition and extreme hunger, who see empty dishes as an invitation to death. Thus, the exploitation of labor has increased the wealth of the owners of the means of production, social movements seek the appreciation of labor, social movements have displaced populations, and the management of the territory is mostly done by the pact of the elite.

KEYWORDS: Social Misery, Territory Management, Demographic Transition.

INTRODUÇÃO

O flagelo da fome, leva as pessoas o sofrimento, moléstias, a morte e a migrarem como discorre Neto (1979, p.71) em seu poema *Morte e Vida Severina*, ao retratar a vida dos sertanejos nordestinos “*que é a morte de que se morre de velhice antes dos trinta*”. Na Idade Média por exemplo ocorreram em torno de 300 epidemias de fome, e mesmo com toda mudança socioespacial após a Guerra Fria e concomitante a isto o mundo tecnológico, pessoas perecem e morrem de fome todos os dias. Porém, a FAO (2017) infere que no mundo se produz cerca de 2,5 bilhões de toneladas de grãos, que seria o suficiente para ofertar segurança alimentar ao contingente populacional mundial atual, e por qual motivo ainda temos fome?

Josué de Castro que evidenciou a situação da miséria social no Brasil, faz o ensaio da fome no Brasil, traçando um perfil epidemiológico nutricional, dividindo o Brasil em cinco diferentes áreas alimentares, denunciando as mazelas em prol da má distribuição de renda, rompendo com a ideia de que a fome se restringe ao aumento população x produção de alimentos. Portanto a fome se configura como uma questão econômica, social, política, ambiental e de saúde pública. Josué de Castro com a publicação de suas obras, torna-se referência para que posteriormente se inicie movimentos em prol do combate à miséria no país.

O Movimento pela Ética na Política, passa a ser substituído pela Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida, ou seja, uma ação cidadã plural e neutra. Em 1993 o IPEA conclui o Mapa da Fome, denunciando o escandaloso número de 32 milhões de brasileiros em estado de fome absoluta. A emergência da fome no Brasil é amenizada depois de vários esforços e políticas públicas instauradas principalmente no governo do PT (2003-2016).

OBJETIVOS

O objetivo deste artigo visa ressaltar como tais abordagens ocorrem na produção espaço elencando a fome como questão política e a importância de movimentos sociais para o surgimento de ações cidadãs como a Ação da Cidadania Contra a Fome e as questões socioambientais nas terras cerradeiras.

METODOLOGIA

A metodologia da pesquisa ocorreu por meio de pesquisa qualitativa e bibliográfica pautada na análise de livros, teses, revistas, dissertações e artigos de jornais. Embasada em autores como: Arrais (2021), Alves (2002), Castro (1984), Chaveiro (2017), Smith (1998), Stacciarini (2002; 2009; 2013; 2017) e dentre outros.

TRABALHO, MOVIMENTOS SOCIAIS, FOME, TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO BRASILEIRO/GOIANO: ORIGENS, SENTIDO ATUAL E PERSPECTIVAS

Segundo a FAO, em torno de 900 milhões de pessoas dormem com fome todos os dias como produto dessa desigualdade socioespacial, que se produz e reproduz cotidianamente no espaço geográfico, causando assim uma fome generalizada. “As possibilidades de estar em insegurança alimentar são maiores para as mulheres do que para os homens em cada continente, sendo que a maior brecha está na América Latina” (s/a, s/d). A isto Castro acrescenta:

Na realidade, a fome coletiva é um fenômeno social bem mais generalizado. É um fenômeno geograficamente universal, não havendo nenhum continente que escape à sua ação nefasta. Toda a terra dos homens tem sido também até hoje terra da fome. Mesmo nosso continente, chamado o da abundância simbolizado até hoje nas lendas do Eldorado, sofre intensamente o flagelo da fome. E, se os estragos desse flagelo na América não são tão dramáticos como sempre foram no Extremo Oriente, nem tão espetaculares como se apresentaram nos últimos anos na Europa, nem por isso são menos trágicos, visto que, entre nós, esses estragos se fazem sentir mais sordidamente, minando a nossa riqueza humana numa persistente ação destruidora, geração após geração. (CASTRO, 1984, pág. 48).

Dito isto, se faz necessário refletir: Qual o papel dos geógrafos para uma sociedade igualitária, que se insere em um sistema tão predatório? Há democracia na miséria? Afinal a democracia e a cidadania se entrelaçam, como podemos falar de democracia em um mundo onde considerável parte da população vive em insegurança alimentar? Stacciarini citando Betinho acrescenta:

Para Betinho “Miséria e Democracia são incompatíveis”, pois onde há miséria não há possibilidade de existir democracia e, ao contrário, para se falar que uma sociedade é democrática é preciso, antes, que haja a erradicação da miséria. Jamais será verdadeiramente democrática uma sociedade que assiste passivamente a existência de membros de sua população passando fome, vivendo sem condições de trabalhar, de morar e sem as mínimas possibilidades de uma Educação de Boa Qualidade. (STACCIARINI, 2002, pág. 28).

Desde os primórdios da civilização a busca por alimento é vital e move as ações humanas como as atividades de caça e coleta, pois, é a necessidade mais básica para a manutenção a vida, sem a nutrição física do corpo o homem em sua existência de

sobrevivência nada pode fazer, sem locomoção básica nutrida pelos alimentos as demais atividades tronam-se obsoletas. De acordo com Stacciarini (2002) a falta de alimentos em outrora faziam com que os homens primordiais devorassem os seus rivais depois de árduas batalhas (Antropofagia). E conseqüentemente devido à falta de insumos avançados a esta época as epidemias assolavam tais povos, e por meio da seleção natural os que sobreviviam perpetuam as espécies, a isto acrescenta-se também a baixa expectativa de vida.

Entretanto, como um emaranhado de pontos negativos que advém do capitalismo e conseqüentemente da revolução industrial, se têm uma maior transformação da primeira natureza em segunda natureza e um desenrolar de uma crise ambiental mundial, e um desenvolvimento desigual da malha urbana que segundo Lefebvre (2001) advém da industrialização, o êxodo rural, e principalmente uma grande produção de mercadorias cuja a classe trabalhadora que vende sua mão obra para produzi-las, não pode comprá-las. Assim, como coloca Smith (1988, pág. 22) “no capitalismo a apropriação da natureza e sua transformação nos meios de produção ocorre, em princípio, em o homem modifica as formas das matérias naturais, de modo a torná-las úteis para ele”.

A isto tudo atribuímos o fenômeno da fome na modernidade, e as disparidades de fome e desperdício, pois em países desenvolvidos como os EUA o desperdício pode chegar até 40% dos alimentos adquiridos, enquanto considerável parte da população mundial perece de fome, nos fazendo indagar onde está a cidadania? E no que tange ao Brasil, esse cenário também é presente e está intrínseco ao nosso passado colonial, perdurando até os dias atuais, onde os latifundiários concentram boa parte das terras e riquezas, e os menos abastados vivendo com muito pouco, a maioria das vezes apenas com o suficiente para sobreviver e não viver. Conseqüentemente, formaram-se movimentos sociais de luta para o embate da opressão a classe dominante.

Dentre os estudiosos que se preocupavam com a fome no Brasil destaca-se Josué de Castro autor de *Geografia da fome* que elaborou estudos com tal temática traçando um perfil epidemiológico nutricional, dividindo o Brasil em cinco diferentes áreas alimentares na década de 1960. Década qual o Brasil perece ainda mais na questão da fome, principalmente com a instalação do Regime Militar que atendia a classe burguesa nacional e internacional com grande influência dos EUA (AQUINO et. al. 1985).

Após o golpe os conflitos as lutas no campo s também se intensificaram, e muitas aconteciam de forma isolada, porém mesmo nesse tempo o sindicalismo rural conseguiu se reestruturar a partir de sua confederação. As greves nesse período também se intensificaram pela retomada dos direitos trabalhistas conquistados antes do golpe, principalmente na Zona da Mata pernambucana, onde mundo trabalhadores foram coagidos e expulsos das terras (MEDEIROS, 1989).

As eleições diretas para presidente só ocorrem depois de quase três décadas após o golpe militar, concedendo a Fernando Collor o cargo presidencial, nesse período muitos

geógrafos traçaram discursos em prol da cidadania e democracia, com tudo a luta por um país onde todos possam vivenciar o direito à cidadania continua ao limiar do terceiro milênio, mudanças significativas ocorrem no mundo na década de 1990 (Stacciarini, 2002), e o avanço tecnológico, político e econômico no mundo configurando novas nuances socioespaciais.

O Brasil tem sua estrutura agrária baseada na relação colônia e metrópole, com a expressiva exploração da mão de obra indígena e escrava, a partir do capitalismo comercial promulgado pelos primeiros Estados Nacionais – Portugal e Espanha, no bojo da transição do sistema feudal para o capitalista (STACCIARINI, 2002). Primordialmente com as terras distribuídas entre as Capitanias Hereditária, e logo as Sesmarias com os primeiros vilarejos fixados nas áreas litorâneas, predominância do poder europeu, forte monocultura de cana-de-açúcar para o lucro da metrópole, e pequenas policulturas apenas a subsistência dos escravos.

A saber, os processos desenvolvimento do modelo capitalista de produção no Brasil, é um dos principais fatores que deve ser levado em conta para o estudo da agricultura em nosso país. “A compreensão desses processos é fundamental para o entendimento da agricultura brasileira, pois eles provocam movimento de concentração da população no país” (OLIVEIRA, 2009, pág. 467). Esse modo de produção capitalista tem como causalidade a migração para zonas urbanas do país, entretanto contraditoriamente produz também, relações camponesas de produção. “No campo, esse processo de desenvolvimento capitalista está igualmente marcado pela industrialização da agricultura” (OLIVEIRA, 2009 pág. 468).

Com escasseamento dos metais preciosos no século XVIII, começa-se o avanço da pecuária na Caatinga, Cerrado e Pampas. A localização geográfica, a falta de atração econômica para os colonos que se instalaram no Brasil, a partir do século XVI, e a precariedade dos meios de transporte e comunicação justificam o estabelecimento da estrutura fundiária de larga escala, a esses fatores, estão as leis que regem a posse da terra, como o regime sesmaria e, posteriormente, a lei de terras.

Assim, com a Lei de Terras (a terra torna-se mercadoria) e a abolição da escravidão tem-se o modelo exploratório com nova roupagem, inicia-se o ciclo do café acarretando em movimentos migratórios com os imigrantes europeus (embranquecimento da população) para se trabalhar nas lavouras. Agora o trabalho assalariado caracteriza as relações capitalista de produção, porém os latifundiários visam também apenas a exploração dos trabalhadores, assim temos os arranjos do espaço agrário brasileiro.

Na Era Vargas - Estado Novo (1930-1945), tem-se o desenvolvimento da indústria de base (após as guerras e crise de 1929, vê-se a necessidade do desenvolvimento industrial anteriormente cessado pela metrópole) tal governo é ligado as classes urbanas, com isso a partir de 1930 tem-se o desenvolvimento industrial do Centro-Sul consequentemente sua mais elevada urbanização. Vargas, inicia a política de ocupação dos vazios demográficos,

assim, como denota Pádua (2007, pág. 626), a “Marcha para o Oeste” – lema inaugurado em 1930 – tratava da concreta ocupação do Planalto Central, buscando ocupar áreas vazias do território e, ao mesmo tempo, articular meios de transporte, visando a abertura de escoadouros para a produção nacional”.

Medeiros (1989) aponta que entre 1945-1964 houve uma brusca mudança na economia do país, ou seja, houve um avanço na industrialização e urbanização, o que não aconteceu com a agricultura havendo um descompasso entre agricultura e indústria, ocasionando então em uma pressão para modernizar o setor agrícola, pelas forças políticas do país.

Posteriormente com Juscelino Kubitschek (1956-1961) e o plano de metas, se abre a indústria para o capital estrangeiro, com a intensificação dos fluxos migratórios para as cidades a partir do êxodo rural, ultrapassando em 1970 a população urbana a rural, acentuando um desenvolvimento com uma desigual estrutura social, elevando as mazelas sociais. Assim, a partir de 1950 como coloca Santos (1999) a revolução urbana brasileira acentua a densidade demográfica no Centro – Sul do país.

Nessa conjectura de expansão da mancha urbana brasileira, se tem como já explanado anteriormente o Regime Militar a favor da elite e posteriormente o governo Collor com o escancarado governo neoliberal e as privatizações que seguem posteriormente com FHC, nesse período uma considerável parte da população perece em meio a corrupção e fome. Stacciarini elucida:

Nessa conjuntura elitista, os governos civis pós 1985 se deparam com consequências sociais cumulativas de “cinco séculos de latifúndio”, de perpetuação da miséria, da permanência da corrupção e de poucas “políticas públicas” direcionadas para os expropriados (José de Souza Martins), os expropriados (Paul Singer), os desterritorizados (Ruy Moreira). Numa relação de interdependência, soma-se ao longo processo da concentração da terra brasileira (“o pecado inicial da miséria brasileira”, no entender de Herbert de Souza!), a crise econômica brasileira dos “longos e perdidos anos da década de 1980”. Em verdade, este é o período que o Brasil paga Bilhões de juros da dívida externa e continua devendo bilhões. O governo do primeiro Presidente eleito diretamente pela população, sem 25 anos sem eleições diretas, começa anunciando metas privatizantes de interesse do capital “neoliberal” (“globalização”) e termina bem antes do previsto com uma onda de corrupção generalizada que é escancarada publicamente o que leva Collor a ser substituído pelo Vice-Presidente Itamar Franco. Por sua vez, a era FHC (dois governos do Presidente Fernando Henrique Cardoso) consegue realizar algumas “reformas neoliberais” pensadas pelo Governo Collor, entre as quais a privatização de empresas estatais com grande reconhecimento social e a permissão para a intensa dimensão de negócios privatizados nas áreas da educação e saúde. Assim, como os demais governos brasileiros, FHC não consegue implantar efetivas “políticas públicas” amplas para os setores dos pequenos proprietários de terra e dos sem-terras do país, bem como para outras “classes” de “pobres” brasileiros, tanto das áreas rurais como das áreas urbanas. (STACCIARINI, 2009, pág. 10).

Com base na discussão acima voltamos a corrupção generalizada do governo Collor e as mudanças que ocorrem no início dos anos 1990 por todo mundo trazendo rearranjos socioespaciais diversos e desiguais que caminham também com as desigualdades geradas no mundo globalizado pós Guerra Fria, já citados também anteriormente. E com isso emerge um novo discurso mundial pautado na Ética e Humanidade. Assim, quando falamos do governo Collor, remontamos a propaganda neoliberal, privatizações das grandes estatais e as demissões em massas acarretadas por estas ações, contudo antes disto, Collor promulga um plano fracassado de contenção a inflação, confiscando a poupança dos brasileiros.

Com um movimento popular de militantes, figuras políticas, universitários, sindicalistas e dentre outros, nasce o movimento pelo Impeachment de Collor. Em 09 de maio de 1992 ocorre a vigília da Ética e Política no Senado Federal com cerca de 980 pessoas, com entidades como a OAB e CNBB, no evento é verbalizado o Manifesto pela Ética na Política (STACCIARINI, 2002). O manifesto tem grandes impactos propiciando inúmeras vigílias cívicas a exemplo da USP e manifestações a favor do Impeachment, as mídias como a Rede Globo que apoiaram o presidente (Bem como o Impeachment de Dilma Roussef em 2016), acabaram também por noticiar as manifestações, “em 29 de dezembro de 1992, durante sessão do senado Federal de julgamento do Impeachment — certo da derrota, Collor renuncia à Presidência”. (STACCIARINI, 2002, pág.62).

O Movimento de Ética na Política continua a ganhar força mesmo após a renúncia de Collor, sendo seu substituto Itamar Franco a abrir as portas do Palácio do Planalto a tal movimento e também o novo presidente recebe apoio do Partido dos Trabalhadores, o movimento pela Ética na Política em seguida é substituído pela Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida. Segundo Stacciarini (2002) em uma reunião com Itamar Franco, Lula presidente do PT, sugere o sociólogo militante Herbert Souza (Betinho) para ficar à frente da proposta de Ação Combate à Fome, figura a qual também esteve à frente do movimento de Impeachment de Fernando Collor de Mello.

Neste período (1993) o IPEA (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas) conclui e Mapa da Fome e divulga que 32 milhões de brasileiros se encontram em estado de fome absoluta, evidenciando as condições de vidas dos menos abastados vítimas da égide do capital envolta em uma política corrupta, emergindo as elucidações de Josué de Castro. Sendo o Nordeste a região destacada no Mapa da Fome com maior número de indigentes com o número mais expressivo no Estado da Bahia, e logo em seguida no Ceará, como também a Região Sudeste com um alto números de indigentes no Estado de Minas Gerais.

Segundo Gohn (1997:95 apud. Stacciarini pág. 71) o indigente: “Trata-se de um indivíduo, ou um grupo familiar, subnutrido, excluído do processo de desenvolvimento socioeconômico do país, morador das favelas, palhoças, cortiços, conjuntos populares específicos”. Vale-se destacar que nesse período pós Revolução Verde, a fome que assola os brasileiros não remete a produção de alimentos, visto que a modernização do campo

propõe uma alta produtividade, e sim das disparidades socioeconômicas e a falta de assistência pública para os que estão assolados com o flagelo da fome.

Com base nisto a Ação da Cidadania Contra a Fome se configurou de caráter emergencial, sendo está uma Ação Cidadã, ou seja, sem envolvimento religioso ou partidário, sendo a principal coisa a ser combatida a fome e a miséria. Como embate a estão questão foram criados comitês para combater o suplício da fome, assim em 08 de março de 1993 é instituída a *Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida*, com caráter plural, descentralizado e neutro (STACCIARINI, 2002). Procurando levar aos indigentes estratégias diversas para sua nutrição como: sopões, padarias comunitárias, shows beneficentes, criação de empregos, hortas comunitárias e doação de alimentos, pois como dizia Betinho: “Quem tem fome tem pressa”.

URBANIZAÇÃO DO CERRADO E OS PROBLEMAS SOCIOAMBIENTAIS

Para iniciar-se o debate sobre a ocupação do Cerrado uma retrospectiva é necessária, em primeiro lugar salienta-se que é um dos biomas mais importantes do Brasil, e como elucida chaveiro (2010) tem três capitais planejadas em seu território com duas metrópoles planejadas Goiânia (1940) e Brasília (1950), e a terceira capital essa espontânea, Palmas. Assim explana-se no que tange a ocupação antrópica do Cerrado, em segundo é necessário compreender aspectos pré-históricos, o marco dessa ocupação advém de uma intensa movimentação dos povos, nômades com hábitos caçadores e coletadores, após o surgimento de povos horticultores, povo ceramistas, como salienta Ferreira (2003). Pós-1500, a região do Planalto Central esteve ocupada por povos seminômades, com características caçadoras/horticultoras, e grande grupo linguístico Jê. Contudo, apenas no século XVI, os bandeirantes tornaram a Brasil Central como rota de exploração com o objetivo de capturar grupos indígenas para mão de obra escrava na região costeira do país.

Entretanto, a ocupação de povoamento é registrada no século XVIII, após as descobertas de ouro nas regiões dos atuais estados de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, não apenas a exploração de ouro, mas também exploração de outros minerais, o que caracterizou como uma região extrativista e mais recente a expansão da fronteira agrícola. No que se diz a respeito do território Goiano, não poderia ser distinto, pois, a primeira fase começou com sua incorporação ao chamado sistema colonial, com a migração da população mineira e nordestina, após a decadência da mineração, o estabelecimento de uma infraestrutura de transporte e as mudanças políticas.

Juntamente com a construção de duas capitais a integração da região de Goiás ao trânsito rodoviário tem-se os programas e projetos de intervenção de ação direta na região, e a partir de 1970 de forma intensa a expansão agrícola no Cerrado, concomitantemente com as relações sociais de trabalho, e as consequências dessa expansão como a degradação ambiental por todo Cerrado em prol de um modelo agroexportador e a produção de

commodities. É notório que o desenvolvimento do meio rural por meio da modernização da agricultura no Cerrado, conseqüentemente torna-se parte da história de uso e ocupação antrópica no Brasil. Contudo, o acentuado nível de concentração da propriedade da terra e da renda cria uma discrepância que gera conflitos e problemáticas, pois, os resultados desse processo foram ainda mais agravantes para os pequenos produtores estruturados no trabalho familiar. A isso Chaveiro acrescenta:

A terra ferida, a água contaminada, a população distribuída desigualmente, a renda fraturada, a economia diferenciada nas regiões, o sujeito desenraizado são características que demonstram um contraste: pelo critério das cifras e dos índices de produtividade, o território cerradoeiro é um dos mais promissores economicamente no país. Isso exige que se pense o modelo de desenvolvimento que o dinamiza e que igualmente destrói sua biodiversidade. Ou então, que o proclama por meio de imagens que ressaltam a sua importância vital, mas o abate na forma de usá-lo. Em síntese: quanto mais o Cerrado se afirma enquanto território, mais é destruído enquanto Bioma. (CHAVEIRO, 2010, pág. 27).

Com a implementação das políticas de modernização agrícola, é possibilitado a integração do território nacional, a agricultura do Cerrado, no qual torna-se pioneiro em produção e tecnologias de desenvolvimento agrícola com destaque para Goiás, passando por transformações significativas, com o objetivo principal de estreitar as relações entre o setor agrícola e o setor urbano-industrial, faz com que ocorra uma urbanização acelerada, principalmente a partir de 1970 com a valorização dos chapadões que passam a ser cultivados com as tecnologias de tal modernização.

Os dados do IBGE sugerem que a região Centro--Oeste, identificada como a "região do pau torto", possui um índice de urbanização maior que a do país. Percebe-se também que, entre as unidades federativas, Goiás é a que apresenta maior índice de urbanização, confirmando o ritmo acelerado. E ao apreciar a distribuição dos municípios por classes de população, verifica-se uma profunda concentração demográfica. É evidente que a urbanização acelerada gerou uma rede urbana concentrada e desigual. Esse desenho não se detém apenas nas formas, no tamanho e nas relações das cidades e suas interações, mas em seus conteúdos. E implica fortemente nos desafios da gestão de suas cidades. A tendência é os grandes centros urbanos atraírem mais população e, portanto, aumentar as desigualdades; e as pequenas cidades perderem população, transformando-se em forças de retração. (CHAVEIRO, 2010, pág. 29).

Chaveiro (2010) expõe então algumas conseqüenciais de tal urbanização acelerada do Cerrado, como os problemas sociais e ambientais que advêm do aumento do aumento da mancha urbana nos grandes centros urbanos, como: violência, desemprego, falta de políticas públicas, transportes incipientes, a isto ele vai chamar de espaços indomáveis. Em contrapartida as pequenas cidades que passam a ser polarizadas e perdem sua vitalidade social e econômica como conseqüência do saldo migratório negativo, tornam-se espaços deprimidos (CHAVEIRO, 2010).

Assim, há de considerar vários fatores dinâmicos para o planejamento das cidades cerradeiras. Essa urbanização acelerada requer a construção de obras sem o planejamento adequado, que acarreta inúmeros impactos ambientais como a remoção das matas ciliares e a retilinização dos rios, como no caso de Catalão (GO) que teve a retilinização de um dos principais cursos d'água que cortam a cidade, e como consequências enchentes diversas nos períodos de cheias, deixando as avenidas centrais alagadas, pois, a canalização não suporta o volume das precipitações inundando a Avenida *Raulina* Paschoal.

Visto que a dinâmica parte considerável das cidades no Cerrado se relacionam com o agronegócio, fica evidente, como o processo de modernização fortemente implementada sobretudo pelo sistema capitalista na segunda metade do século XX até os dias atuais, modificou a dinâmica de produção e destruição do bioma Cerrado, pois como aponta o MapaBiomias o desmatamento no Cerrado em 2019 foi de 408,6 mil hectares, tendo desde sua ocupação a perda de mais de 50% de sua vegetação, o que nesse ritmo gerara uma grande crise hídrica no Brasil quando o Cerrado for extinto pelo agronegócio. A isto, soma-se a urbanização acelerada como citada acima que condiciona as cidades em espaços deprimidos e indomáveis.

A crise hídrica também pode ser somada em escalas variadas pelo intenso uso do solo urbano associado ao desmatamento, pois os reservatórios de Goiás em determinados períodos principalmente nas estiagens ficam em estado crítico, Monteiro em 2014 já alertava que os tão importantes reservatórios de Goiás tem suas águas reduzidas e a demanda por energia só aumenta, podendo acarreta inúmeros impactos negativos em um futuro não tão distante. Lima (2014) complementa a informação alertando para a demora do ciclo chuvoso no Estado de Goiás, tendo o Rio Meia Ponte responsável por 52% de Goiana e Aparecida de Goiânia as duas maiores cidades do Estado, sua capacidade saturada.

Por sua vez, Freitas (2014) diz que as vazões extremamente reduzidas que vem passando os rios goianos nos períodos de estiagem, ocorrem mesmo em épocas do ano as quais não se tem grandes vazões. Além das massas de ar quente, outros pontos a se destacar para ocorrência de tais vazões são primordialmente o desmatamento e o uso inadequado do solo, somados a grande quantidade de água utilizada pelo agronegócio.

A ocupação antrópica da região do bioma Cerrado, é um reflexo das políticas públicas, que por grande parte do tempo não se atentou as problemáticas ambientais, negligenciando a qualidade do uso do solo, a busca da produtividade excessiva a cada colheita, marcada pela contaminação, poluição, desmatamentos, e descasos ambientais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A emergência da fome é amenizada depois de vários esforços e políticas públicas instauradas principalmente no governo do PT (2003-2016) para o combate a fome a miséria, com o presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2011). Em seu discurso de

posse, segundo Sampaio (2010), elegeu o combate à fome e a miséria como prioridade de sua gestão, criando no mesmo ano o programa Bolsa Família com três objetivos distintos: alívio imediato a fome (inserido no Fome Zero), rompimento da pobreza e a promoção a cidadania. Assim, pode-se citar entre os programas de combate a fome do governo do PT: o Fome Zero, Bolsa Família e os Restaurantes populares.

Em relação a ocupação e urbanização das terras cerradeiras, estas ocorrem juntamente, com a história de Goiás marcada pela violência em busca de mão de obra indígena, as explorações de minerais, e logo com a expansão de grandes fazendas para a pecuária de grande porte, com baixo uso econômico da terra que se desdobrava no estado. Devido a vastidão de solo, tornou-se um meio de produção relativamente barato, mas a “construção” do solo, como a “limpeza” das propriedades, a correção e fertilização das safras, exigia considerável investimento de capital que ocorre na década de 1970 com a revolução verde.

O Mapa da Fome de 1993 apresentou o contingente de 32 milhões de pessoas vivendo em estado de fome absoluta. Hoje o Brasil maior economia da América Latina, e com um PIB expoente mente significativo caminha retorno ao Mapa, segundo o Ecodebate (2021, s;p) “atualmente cerca de 32 milhões de pessoas não tem acesso ao alimento, esse processo é resultado da desigualdade de renda e desigualdade social”. Essa situação se agravou com a pandemia do novo coronavírus e o despreparo das instâncias governamentais. Assim, fome que assola os brasileiros não remete a produção de alimentos, visto que a modernização do campo propõe uma alta produtividade, e sim das disparidades socioeconômicas e a falta de assistência pública para os que estão submetidos com o flagelo da fome.

REFERÊNCIAS

ALVES, J. E. D. **A polêmica Malthus versus Condorcet reavaliada à luz da transição demográfica.** Textos para Discussão. Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Rio de Janeiro, v. 4, p. 1-56, 2002. Disponível em: <http://www.ence.ibge.gov.br/publicacoes/textos_para_discussao/default.asp> Acesso: 22/04/2020.

ARRAIS, Tadeu Alencar. A Fome Severina. **O Popular.** Goiânia, 24 mar. 2021. Página 03.

BRASIL PODE ACABAR COM A POBREZA EM 2016. **O Popular/ IBGE/ IPEA.** Goiânia/Brasília, 13 de janeiro de 2010. p.13.

CARLOS, Ana Fani Alessandri Carlos; SPOSITO, Marcelo Lopes de Souza e Maria Encarnação Beltrão. “Da “Organização” À “Produção” Do Espaço No Movimento do Pensamento Geográfico”. In: **A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO.** São Paulo: Contexto, 2013.

CASTRO J. **Geografia da fome (o dilema brasileiro: pão ou aço).** 10a Ed. Rio de Janeiro: Antares Achiamé; 1984.

CHAVEIRO, E. F. A URBANIZAÇÃO DO CERRADO: ESPAÇOS INDOMÁVEIS, ESPAÇOS DEPRIMIDOS. **Revista UFG**, [S. l.], v. 12, n. 9, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/48318>. Acesso em: 23 abr. 2021.

CNN. Número de pessoas com fome aumenta durante a pandemia, alerta ONU. **CNN**, 26.set.2020. Disponível em: < <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/2021/04/01/inflacao-e-pandemia-podem-empurrar-brasil-de-volta-ao-mapa-da-fome>> Acesso: 22/04/2020.

EMBRAPA. Artigo - Alimentos para o mundo. **EMBRAPA**, 15.10.2019. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/47327924/artigo---alimentos-para-o-mundo> Acesso: 23/04/2021.

IBGE. **População taxas de fecundidade**. 2021. Disponível em: <<https://brasilensintese.ibge.gov.br/populacao/taxas-de-fecundidade-total.html>> Acesso: 22/04/2020.

IBGE revela explosão das cidades em 60 anos. **O Popular**. Goiânia, 26 de maio de 2007.

FAO. Após três anos a fome mundial ainda não diminuiu e a obesidade continua crescendo – informa a ONU. **FAO**, 2019. Disponível em: < <http://www.fao.org/news/story/pt/item/1201994/icode/> > Acesso: 20/04/2020.

FAO. Representante da FAO Brasil apresenta cenário da demanda por alimentos. **FAO**, 28.07.2017. Disponível em:< <http://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/en/c/901168/> >. Acesso: 23/04/2021.

FERREIRA, Idelvone Mendes. **O afogar das Veredas: uma análise comparativa espacial e temporal das Veredas do Chapadão de Catalão (GO)**. 2003. 242 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2003.

FREITAS, D. Seca drástica deixa rios em situação crítica. . **O Popular**. Goiânia, 19 de outubro de 2014. p.13.

GRIBEL, Álvaro. Zilda Arns: Orgulho e Dor. **O Popular**. Goiânia, 14 de janeiro 2010. p.13.

GUANDALIMI, Giuliano. **Com que Asas o País vai voar?** Sem local, sem ano. p. 48 a 54.

LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

MANEIRO, V. et al. Bolsa Milionários. **O Popular**. Goiânia, 8 de agosto 2010. p.17.

MAPBIOMAS. **Relatório Anual do Desmatamento no Brasil 2019** – São Paulo, SP – MapBiomias, 2020, 49 páginas. Disponível em: <http://alerta.mapbiomas.org>. Acesso em:13 maio. 2021.

MATOS, P. F. Agronegócio no Sudeste Goiano e as disputas pelo uso do território. **Acta Geográfica** (UFRR), v. 1, p. 153-165, 2013.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro FASE,1989.

MONTEIRO, L; LIMA, C. Mais demanda menos água. **O Popular**. Goiânia, 12 de novembro de 2014. p.14.

NETO, João Cabral de Melo Neto. **Morte e vida Severina**. Rio de Janeiro: Olympio, 1979. p. 71.

NETO, Caitano. A fome no Brasil é um problema antigo que está cada vez mais presente. **ECODEBATE**, 2016. Disponível em: < <https://www.ecodebate.com.br/2020/10/06/a-fome-no-brasil-e-um-problema-antigo-que-esta-cada-vez-mais-presente/> >. Acesso: 23/04/2021.

OLIVEIRA, Marconi. **Os 70 anos de “A Geografia da Fome”**. Recife, 2016. Disponível em: < <https://www.brasildefato.com.br/2016/07/15/os-70-anos-de-a-geografia-da-fome> > Acesso: 23/04/2021.

PADUA, Andreia A. Silva de. A sobrevivência da marcha para o Oeste. In: **Estudos**, Goiânia, v. 34, n. 7/8, p. 623-643, jul./ago. 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Agricultura Brasileira Transformações Recentes. In: ROSS, Jurandyr L. Sanches. **Geografia do Brasil**. 6.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009. (p.469-534).

SAMPAIO, Arlete. Dignidade Humana. **O Popular**. Goiânia, 10 de novembro de 2009. p.08.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. (Re)Distribuição da população, economia e geografia do consumo e dos níveis de vida. In: _____. (org.). **O Brasil: território e sociedade no início do Século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001. páginas 199 -214.

SMITH, N. **Desenvolvimento Desigual: natureza, capital e a produção do espaço**. Trad. Eduardo de Almeida Navarro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

STACCIARINI, J. H. R. Espaço e política: percursos da pluralidade política e ética no território dos anos pós 1990 - as origens da ação da cidadania contra a fome, a miséria e pela vida. In: _____. (org.). **Pluralidade, publicização e multiplicação do fazer político: a ação da cidadania contra a fome, a miséria e pela vida no território brasileiro (1992-1997)**. 2002. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia – FCT, UNESP. São Paulo. p. 199 - 214.

_____, J. H. R. Introdução. In: _____. (org.). **Pluralidade, publicização e multiplicação do fazer político: a ação da cidadania contra a fome, a miséria e pela vida no território brasileiro (1992-1997)**. 2002. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia – FCT, UNESP. São Paulo. p. 27 - 50. Disponível em: < <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/102972> > Acesso: 20/04/2020.

_____, J. H. R. Dos deslocamentos de população do Brasil do século XVI à expressão espacial da miséria da população rural e urbana no limiar do terceiro milênio. Anais In: XI SIMPURB, 2009, Brasília, v. 1. p.1-20.

_____, J. H. R. ; MARÇAL, P.S.R. As enchentes na Raulina, o Setor Ipanema, Ciclovias e a Nova Gestão Ambiental. **Diário de Catalão**. Catalão, 27 de fevereiro de 2013.

_____, J. H. R. (2017). Governo Lula: e as iniciativas sociais plurais da ação da cidadania contra a fome?. **avista UFG**, [S. l.], v. 5, n. 1, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/49245>. Acesso em: 23 abr. 2021.

O GARIMPO ILEGAL NA TERRA INDÍGENA RAPOSA SERRA DO SOL EM RORAIMA

Data de aceite: 01/12/2023

Mara Cristina Maia da Silva

Doutora em Desenvolvimento Territorial
e Meio Ambiente - Universidade de
Araraquara

Henrique César Lopes

Mestre em Ensino de Ciências –
Universidade Estadual de Roraima-UERR

Danielle da Silva Trindade

Mestra em Sociedade e Fronteira –
Universidade Federal de Roraima - UFRR

Marcos Vieira Araújo

Especialização em Informática na
Educação - Universidade Federal de
Roraima - UFRR

RESUMO: Essa pesquisa nasceu de um estudo sistemático sobre os índios de Roraima, sua vida, seus costumes, sua interação amistosa com os não índios, de um lado, e o garimpo ilegal, predatório e vilão da natureza, de outro lado como consequência das suas atividades extrativas irregulares desenvolvidas na terra indígena Raposa Serra do Sol, com o beneplácito das autoridades estaduais e federais. O objetivo do artigo é mostrar as características ancestrais desse grupo

étnico mais conhecido de Roraima com suas respectivas localizações, população, meio de vida, costumes e tradições, entre outros aspectos da sua organização social. Por último, mas não menos importante, apresenta-se uma resenha crítica quanto aos impactos sócio-étnico-cultural e econômico sofridos pelos indígenas de Roraima através das invasões devastadoras de garimpeiros em seus territórios, principalmente na terra indígena Yanomami.

PALAVRAS – CHAVE: Índios de Roraima. Cultura. Conflitos. Yanomamis.

ABSTRACT: This research was born out of a systematic study of the Indigenous peoples of Roraima, including their life, their customs, and their friendly interaction with non-Indigenous people, and, on the other hand, the illegal and predatory mining activity damaging nature as a consequence of the irregular extractive activities developed in the Raposa Serra do Sol Indigenous land with the acquiescence of state and federal authorities. The aim of this paper is to show the ancestral characteristics of the best-known indigenous ethnic group in Roraima with their respective locations, population, way of life, customs, and traditions, among other aspects of their social organization.

Finally, we present a critical review of the social, ethnical, cultural, and economic impacts suffered by the Indigenous people of Roraima as a result of miners' devastating invasions on their territories, especially on the Indigenous lands of the Yanomami.

KEYWORDS: Mining. Indigenous land. Yanomami. Conflicts.

NAÇÕES INDÍGENAS E SUA DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL NO ESTADO DE RORAIMA

É fundamental ressaltar a importância dos indígenas na cultura roraimense. Embora ofuscado por um conjunto de preconceitos e de estereótipos, o indígena vem contribuindo muito na cultura e na economia local. Ao contrário das controvérsias midiáticas e outras, os indígenas se interagem com a população não indígena e com as diversas culturas existentes em Roraima, porém priorizam seus costumes, crenças e valoriza o bem estar das comunidades.

Ao se fazer um recorte sobre os indígenas que vivem na zona urbana dos municípios roraimenses, cabe delimitar e compreender o conceito de território e de espaço. Segundo Raffestin (1993, p. 143) espaço e território não são termos correspondentes. O território (conceito sócio-econômico-cultural e, portanto, político) se forma a partir do espaço (conceito físico e geográfico, estático, por conseguinte), é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço concreto ou abstrato (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço”.

Corroborando, Souza (1995, p. 108) afirma que “[...]o território encena a materialidade que constitui o fundamento mais imediato de sustento econômico e de identificação cultural de um grupo”. A dinâmica territorial indígena de Roraima dos “aldeados e “desaldeados” constitui a sua territorialidade em diversos espaços do Estado e mais fortemente da sua Capital Boa Vista.

O território neste contexto não é entendido apenas como uma porção geográfica, mas como espaço produzido nas relações dos sujeitos entre si, com sua organização social, mas sobretudo a cultura do lugar. Segundo Santos (1997, n.p.) “o território é resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço, intermediados pelos objetos, naturais e artificiais”. A presença de indígenas no espaço urbano é algo bastante evidente, principalmente na cidade de Boa Vista - Capital. A interação dos indígenas com o ambiente urbano tem sido uma constante.

De acordo com dados do Censo Demográfico realizado em 2010 pelo Instituto de Geografia e estatística (IBGE) a capital roraimense possui 60.722 pessoas que se identificam como indígenas, ocupando a 5ª posição no ranking dos municípios com maior incidência de população indígena no Estado (IBGE, 2010).

Os índios que moram nas cidades não escondem sua origem indigenista pelo contrário, reforçam sua identidade étnica indígena pelo seu sentimento de pertencimento e

de defesa do seu grupo étnico. Tratando-se de etnias diferenciadas a identidade étnica está geralmente associada à coletividade, seja por grupos de identidade comum ou oposição. Corroborando com relação identidade heterogênea, Bourdieu (1989, p. 125) afirma que “[...] a conquista ou reconquista de uma entidade, mas a reapropriação coletiva deste poder sobre os princípios de construção e de avaliação de sua própria identidade [...]”.

Faz-se necessário refletir sobre a questão do “desaldeamento” dos indígenas, pois o fato dos indígenas residirem em áreas urbanas, não significa ruptura com seu povo, com sua etnia, uma vez que os mesmos mantêm contato com as respectivas comunidades étnicas das quais pertencem. De acordo com Silva (2009, p. 20) “as migrações ocorrem por um conjunto de razões, que combinam dificuldades no local de origem e expectativas em relação ao local de destino”. Reforçando a autora afirma “[...] o fluxo migratório dos indígenas para as cidades, está mediado por valores e normas peculiares da situação do contato destes com a sociedade envolvente”.

A pobreza e o preconceito sofrido marcam a condição da maioria dos indígenas que vivem nas cidades de Roraima, principalmente na capital- Boa Vista. As famílias dos indígenas geralmente se unem em comunidades nos bairros periféricos. A ancestralidade e referências dos indígenas sofrem preconceitos de diversas ordens, a ponto de muitos indígenas negarem a origem e suas referências culturais, o que comprometerá, com o passar dos anos, a sua unidade cultural.

Segundo Silva (2009, p. 56): “o contingente de indígenas, está, cada vez mais, presentes na população das cidades, que somados as populações já carentes, trazem consequências como o desemprego, falta de planejamento quanto ao desenvolvimento e inchaço nas periferias”. O número de indígenas na área urbana de Boa Vista – RR vem aumentando devido o fluxo de imigrantes provenientes das etnias indígenas do lado venezuelano.

De acordo com o CIMI por causa da superlotação dos abrigos indígenas um elevado número de imigrantes indígenas passaram a viver convivendo com a vulnerabilidade. Como é o caso de indígenas da etnia de Warao e E’ñepá em Boa Vista. CIMI (2019)¹ “Eles relatam que além de sofrerem com a falta de vagas no abrigo, de remédios e de comida, são alvo de humilhações constantes por serem imigrantes indígenas”. “[...] a cidade é um ambiente hostil para eles, pois perdem muito de sua identidade, mas tentam sobreviver [...]”. O texto da declaração dos Direitos Humanos (DUDH) afirma sobre a igualdade de todos os seres humanos em “dignidade e direito”.

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU, 2008) os indígenas têm o direito “a todos os valores humanos reconhecidos pelo direito internacional”. “Os povos indígenas possuem direitos coletivos que são indispensáveis para a sua existência, bem-estar e desenvolvimento integral dos povos”.

1 Fonte: <<https://cimi.org.br/2019/02/imigrantes-em-roraima-indigenas-warao-sem-abrigo/>> Acesso: Junho de 2021.

A imagem abaixo mostra Indígenas da Venezuela pertencente a tribo Warao vivendo debaixo de um pé de cajueiro em praça pública de Boa Vista – RR. Logo abaixo observa-se a imagem de uma família de indígenas também da tribo Warao sem abrigo vivendo em plena praça pública na cidade de Boa Vista- RR. O processo de migração de indígenas venezuelanos e roraimense para as cidades, principalmente para Boa Vista- Capital tem sido uma constante devido a situação de penúria com afirma Instituto socioambiental (ISA)² conforme matéria publicada:

A situação de penúria também corre em outras comunidades indígenas de Roraima. Os índios reclamam da falta de apoio do governo estadual e municipal que, segundo eles, não fazem a manutenção das estradas, nem constroem ou reformam escolas e postos de saúde, principalmente nas aldeias mais distantes dos centros urbanos (ISA. s.d.)



Figura 01- Imigrantes Indígena – Boa Vista/RR

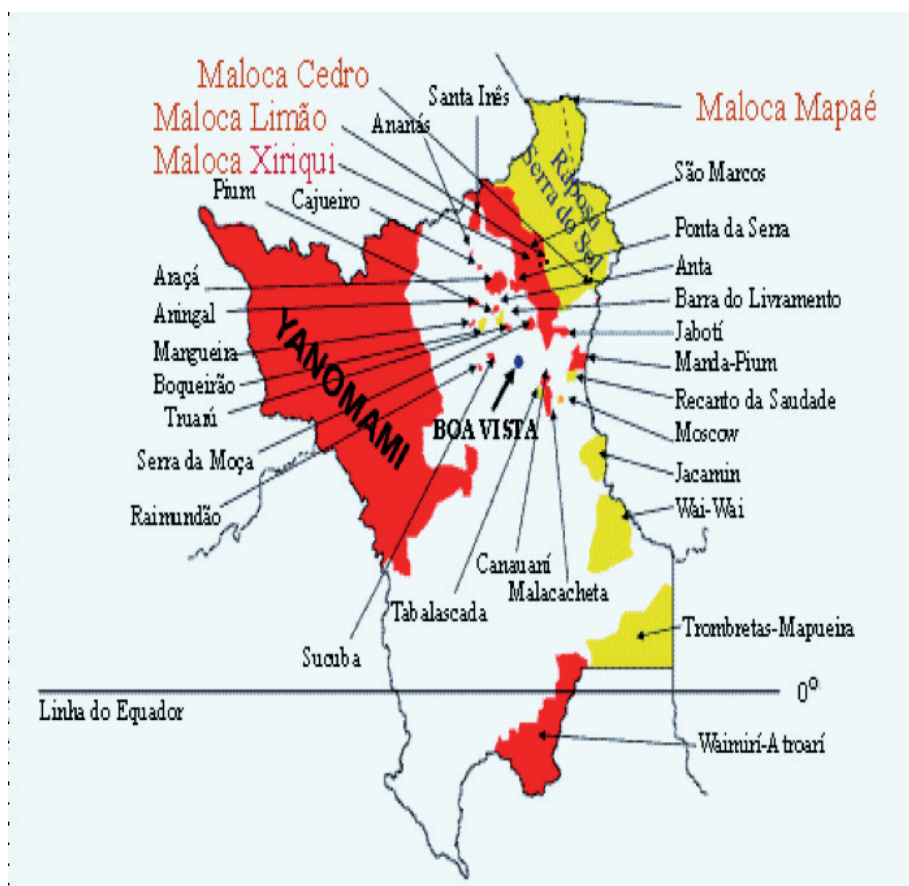
Foto Disponível em < Jaime C. Patias. <https://cimi.org.br/2019/02/imigrantes-em-roraima-indigenas-warao-sem-abrigo/> > Acesso: Maio de 2021.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e estatística (IBGE- 2019)³, Roraima tem o segundo maior número de localidades indígenas do Brasil. Segundo estudo

2 Fonte: <<https://terrasindigenas.org.br/es/noticia/132544>> Acesso: Junho de 2021.

3 Fonte Disponível em: <<https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2020/04/24/igbe-registra-mais-de-580-localidades-indigenas-em-roraima.ghtml>> Acesso: Maio de 2021.

do IBGE das 7.103 localidades indígenas do Brasil 587 estão em Roraima. Segundo matéria da Folha de Boa Vista (2016)⁴ “Roraima é o Estado brasileiro que tem o maior número de indígenas em terras demarcadas com 83,2%.



Mapa 01 - Roraima é o Estado que concentra a maior população indígena vivendo em terras demarcadas

Fonte: <<https://folhabv.com.br/noticia/CIDADES/Capital/83-2--dos-indigenas-vivem-em-Roraima--diz-IBGE/17782>> Acesso: Maio de 202

De modo geral o estado de Roraima tem uma população indígena de aproximadamente 49.637 pessoas, divididos em: Yanomami, Ingaricó, Macuxi, Patamona, Taurepang, Waimi-Atroari, Wai-Wai e Wapixana. A maior concentração⁵ indígena fica na localidade de Uiramutã, ocupada por parte das TIs como 88,1% da população indígena, o município de Normandia com 56,9%, ocupa a segunda posição do ranking, seguida de Pacaraima com

4 Folha de Boa Vista. Matéria publicada no dia 01/07/2016. Fonte disponível em: <<https://folhabv.com.br/noticia/CIDADES/Capital/83-2--dos-indigenas-vivem-em-Roraima--diz-IBGE/17782>> Acesso: Maio de 2021.

5 Fonte Disponível em:<<http://www.hutukara.org/index.php/noticias/476- proporcionalmente-roraima-tem-a-maior-populacao-indigena-do-pais>> Acesso: Abril de 2021

55,4% e Amajari com 53,8%. São faladas diversas línguas indígenas: Macuxi, Wapixana, Yanomami, wai-wai, Taurepang, Ingarikó, Ye'kuana, Patamona, Waimiri-Atroari, Sanuma entre outras.

1.1. Comunidades indígenas mais conhecidas de Roraima com suas respectivas localizações, população, meio de vida, aculturação, etc.

1.1.2. Taurepangue – Com uma população total do lado brasileiro de 792 pessoas, é um povo indígena que habita na fronteira Brasil-Venezuela, sendo que a maioria vive no lado venezuelano e os demais nas terras indígenas São Marcos e Raposa Serra do Sol. Suas atividades produtivas são basicamente a agricultura, pecuária e artesanato. A base da religião dos Taurepangues é a crença mitológica e seres espirituais. O Kanaimé é uma figura mitológica de grande importância para esses povos. De acordo com estudos de Koch Grunberge (2005, p. 70) “Kanaimé é “[...] o vingador da morte, que persegue o inimigo ano a fio até matar traiçoeiramente. Quase toda morte é atribuída ao Kanaimé. Existe uma crença muito forte nesse povo com relação aos seus heróis e um deles é a figura mitológica de Macunaíma ou como se pronuncia em Roraima, Macunaima que significa “grande mal”.

Entre os Taurepang e os Macuxi, verifica-se um padrão de estabelecimento altamente disperso com aldeias geralmente ocupando as margens dos cursos d'água secundários. Entre elas, o deslocamento dos grupos é intenso e o conhecimento relativo ao território é altamente sofisticado, não havendo qualquer acidente geográfico que não receba um nome, entre igarapés e formações rochosas. Se autoproclama como adeptos da religião adventista do 7º dia. O sábado é dedicado exclusivamente para a realização de cultos.

Os Taurepang têm como atividade econômica a caça, a agricultura de subsistência, a coleta de frutos. Quanto à pesca é uma atividade pouco utilizada, uma vez que esses povos vivem nas cabeceiras dos cursos d'água que deságuam nos rios Surumu e Parimé, região onde se localizam as nascentes desses rios, onde estão disponíveis apenas peixes pequenos e piabas.

Moreira (2013)⁶ ressalta:

[...] outra atividade é a caça e a pesca, atividades que os pais ensinam para seus filhos. Para que os filhos sejam bons caçadores, pescadores, alguns repasses de tradicional se preservam e se mantêm até os dias atuais. Colher alguns frutos da mata e não derrubar a planta, pois que ela servirá de alimento para outros no ano seguinte como: bacaba, açaí, buriti, taperebá, são os conhecimentos sobre coleta. Essas crianças, desde muito cedo, aprendem a lidar com os perigos e o labor da vida diária. Assim, os pais apresentam os conhecimentos aos filhos, ensinando com a realidade do local (MOREIRA, 2013, p. 79).

6 MOREIRA, Manduca Alice Jane. O impacto sociocultural da identidade Taurepang na comunidade Sorocaima I. (Dissertação de Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia), UFAM, Manaus, 2013. <<https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/4224/2/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Jane%20Alice%20Manduca>

O professor indígena da comunidade Taurepang, Aurélio Alves Gonçalves, criou uma minigramática da língua indígena Taurepang como o objetivo de fortalecer a língua materna. De acordo com matéria publicada na G1 (10/06/2014) foram impressos 5000 exemplares da obra e distribuídos nas bibliotecas que trabalham no fortalecimento da língua indígena, como exemplo: Universidade federal de Roraima, Universidade Estadual de Roraima e demais instituições e órgãos voltados a temática indígena⁷. Segundo a fala do professor Gonçalves ao G1 a preocupação é com a possível extinção da língua Taurepang. A minigramática ajuda na valorização da língua “o que muitos estão deixando esquecida”.

Patamona ou Ingarikó – Com uma população total de 5.628 pessoas, habitam entre a tríplice fronteira, Brasil-Venezuela-Guiana, principalmente na Terra Indígena Raposa Serra do Sol. De acordo com a Folha de Boa Vista (29/03/2016) o povo Ingarikó se reuniu numa 1ª conferência para debater sobre técnicas de produção artesanais, religião e crença e novas tecnologias não indígenas na comunidade indígena Manalai – TIs Raposa Serra do Sol.



Figura 02 – 1ª Conferência do povo Ingarikó – 2016 - RR

Fotos de Marcelo Rodrigues (29/03/2016). Disponível em: <https://folhabv.com.br/noticia/VARIEDADES/Cultura/Povo-Ingariko-discute-artesanato--religiao-e-novas-tecnologias/15093> Acesso: Junho de 2021

As figuras acima mostram a participação do povo Ingarikó na sua 1ª conferência. De acordo com a Folha de Boa Vista (2016) houve a participação de mais de mil indígenas nas discussões das temáticas da conferência citadas acima, “compartilhando cultura, métodos e costumes”.

Nota-se que o povo Ingarikó, principalmente da TI Raposa Serra do Sol vem desenvolvendo atividades ligadas ao ecoturismo na área do Monte Roraima do lado brasileiro (região de fronteira Brasil-Venezuela), além de oferecer aos turistas conhecer as lendas, as histórias, bebidas, além da culinária dos indígenas.

⁷ Fonte: Disponível em: <http://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2014/06/livro-de-gramatica-na-lingua-indigena-taurepang-e-lancado-em-roraima.html> Acesso: Maio de 2021.

A agricultura é a atividade que mais ocupa os Patamona ou Ingarikó e sua “economia política das aldeias Ingariké também movida por mutirões, isto é, pela reciprocidade manifesta mediante a participação no mutirão promovido por outrem (abrir roças, embarrear uma casa e plantar manivas são mais comuns). Eles tendem a ser animados e seguidos de confraternizações promovidas pelos anfitriões, que oferecem aos convidados comida e também bebida fermentada em abundância”. Sua principal bebida é o caxiri feita a base de mandioca e é bastante embriagante.

O povo Pantamona é conhecido também por ter o costume em comer diversos tipos de insetos e morar em casas enormes abrigando um número grande de parentela que varia entre 10 a 20 pessoas ou mais. Quanto à parentela do povo Pantamona, Riviére, (2001, p. 57) vem corroborar ressaltando que “o padrão ideal é de primos cruzados, bem como a residência uxorilocal⁸, como uma decidida preferência pela endogamia no interior da aldeia”.

1.1.4. Macuxi – Com uma população total de 30 mil pessoas, habitam regiões adjacentes ao Monte Roraima ao norte do Estado. O território Macuxi estende-se aos blocos territoriais: TI Raposa Serra do Sol, a TI São Marcos e em pequenas áreas no extremo noroeste de Roraima, nos vales dos rios Uraricoera, Amajari e Cauamé. Sua organização social se constitui por parentelas numa aldeia de forma aleatória e em pequenas casas, ou seja, em residência uxorilocal, assim como a comunidade Patamona: após o casamento o casal passa a morar na casa da noiva. Muitos dos povos Macuxi vivem no perímetro urbano nos mais diversos meios e espaços das cidades roraimense, principalmente em Boa Vista – Capital. De acordo com Santilli (1997):

Os Macuxi [...] foram compungidos a submeter-se à força às regras impiedosa da propriedade privada, e da acumulação de riquezas às expensas da expropriação de suas terras. Ainda assim, conseguiram preservar sua língua, seus costumes, sua organização social própria e, sobretudo, a liberdade e autonomia pessoal como valores fundamentais de sua sociedade (SANTILLI, 1997, p. 63).

Kong Grunberg (2006, p. 126) afirma que para os Macuxi. “o Monte Roraima é o berço da Humanidade”. “[...] aqui o herói de sua tribo, Macunaima, viveu com seus irmãos. Aqui com suas loucuras e cobiça, ele derrubou a árvore do mundo que dava todos os tipos de frutos bons. A copa caiu para o norte [...]”. Segundo a lenda Macuxi, Macuima é um espírito mal, ele derrubou a árvore da vida. Ele é muito mal.

As narrativas são bastante antagônicas com relação a mitologia sobre Macunaima, pois diferentemente dos evangélicos macuxi, os ancãos acreditam que Macunaima criou a humanidade e os diferentes povos que vivem em Roraima. De acordo com a matéria do G1 de 06 de maio de 2016 “Os índios da etnia Macuxi aguardam a segunda maior chuva do inverno para produzir um hábito milenar: comer arari, uma lagarta da maniva. O inseto é

⁸ Segundo Dicionário da Língua Portuguesa uxorilocal é relativo ao modo de residência de um novo casal em que os cônjuges habitam na casa ou na povoação da mulher

ingrediente único de um prato exótico saboreado por dezenas de gerações de índios. Mas a iguaria tem época para ser apreciada: as lagartas aparecem só em um período do ano, após as chuvas entre abril e maio⁹.

Percebe-se que entre os povos indígenas roraimense há uma grande diversidade cultural e também linguística. Trata-se da etnia mais populosa da nação indígena com aproximadamente 30 mil pessoas (macuxis) no Estado de Roraima segundo censo do IBGE 2010.

Os Macuxis cultivam a mandioca, milho, banana, melancia, ananás. É praticada a agricultura de coivara para a derrubada da mata, a queima da área de plantio. As mulheres têm a função de manter as roças limpas e fazer a colheita, além dos trabalhos domésticos e o artesanato. A alimentação também é a base de produtos derivados da mandioca, como farinha d'água, beiju, tapioca, além de outros alimentos como a batata doce, banana, abóbora, etc.

Quanto a religião, encontram-se presentes na comunidade Macuxi a religião católica e algumas denominações evangélicas. Não existe pajé na comunidade, porém existem benzedeiras, parteiras e rezadores.

Quanto a arte de produzir panelas de barro é artesanal e feitas por mulheres indígenas das Tis Raposa Serra do Sol. São peças feitas por encomendas ou para feira de exposição em Boa Vista –RR.

1.1.5. Waimiri-Atroari –Aproximadamente duas mil pessoas. Vale ressaltar que durante a construção da BR-174 em 1970, os índios foram reduzidos em 350 pessoas, após a morte de mais de 2,5 mil deles, em função das consequências da construção da BR-174, que liga Manaus a Boa Vista, e das violências praticadas pelo governo militar para dobrar sua resistência à obra, naquele período. Encontram-se ao norte do estado do Amazonas e ao Sul do Estado de Roraima. Os Waimiri-Atroari se autodenomina de Kinja (gente verdadeira) e falam pouco a língua Portuguesa.

As aldeias estão localizadas perto de rios e igarapés, sendo que cada aldeia tem sua autonomia política, econômica e o poder descentralizado. Observa-se que as casas dos Waimiri-Atroari são ocupadas por grupos de parentescos que segundo Silva (2009, p.50), são considerados “como uma comunidade que vive sobre o mesmo teto, liderada por um “dono de casa” (mídyapîrem)”. Com a morte do “dono de casa”, a família residente na casa queima a antiga casa e escolhe um lugar diferente para construir outra moradia.

“Segundo a mitologia dos Waimiri-Atroari, antigamente todos os seres mitológicos e animais que habitavam a Terra eram gente e viviam no meio do povo Kinja (autodenominação Waimiri-Atroari). Um dia “choveu” muita pedra e todos pensaram que o mundo iria acabar, no entanto havia uma casa caju esteio central era de piria (pau d’arco), madeira que aguentou as pancadas das pedras. Na maloca moravam várias famílias e a partir delas surgiram os ascendentes dos atuais Waimiri-Atroari¹⁰.”

9 G1 RR 06 de maio de 2016. Disponível em: < <http://g1.globo.com/rr/roraima> > Acesso: Maio de 2021.

10 Povos Indígenas no Brasil. Disponível em: < https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Waimiri_Atroari > Acesso: Maio

“As atividades econômicas estão baseadas na caça, pesca, coleta de frutos silvestres e na agricultura. As caçadas são realizadas por homens e podem ser feitas no período noturno e diurno. As pescarias são atividades permitidas a ambos os sexos e é comum todas famílias sair para pescar. Outra atividade que conta com a participação de toda família é a coleta de frutos silvestres. Na agricultura percebe-se maior separação de trabalho, cabendo aos homens o desmatamento, a queimada e a limpeza. O plantio e a colheita são coletivos e todas as famílias participam dessa atividade dividindo coletivamente a sua produção, sendo a coleta uma atividade feminino”¹¹. A divisão das tarefas é de acordo com a idade, sexo e estado civil. As tarefas aumentam com a idade e diminui na velhice.

Outra atividade é a confecção de artefatos e são os homens que produzem os objetos para o artesanato feito por mulheres e as cestarias feitas pelos os homens que por sua vez ensinam o ofício aos jovens.

1.1.6. Wai Wai – Sua população encontra-se dispersos no estado de Roraima fixando mais ao sudeste do estado na fronteira com a Guiana.

A organização sociopolítica dos indígenas da etnia Waiwai está conectada com as relações de parentesco.

“Os Waiwai vivem da pesca, caça, coleta, agricultura e artesanato. Também como fonte de renda contam com benefícios do governo (aposentadorias, Bolsa família), a venda de artesanato, e salários enquanto professores indígenas e Agentes Indígena de Saúde (AIS)”¹². Em sua maioria a etnia Waiwai é formada por comunidade evangélica da Igreja Presbiteriana do Brasil.

Quanto a religião dos Waiwai o Instituto Sociocultural (ISA) (2006)¹³ mostra a integração dessa etnia no mundo da Organização Missionária (MEVA) e na Missão Cristã Evangélica do Brasil (MICEB):

Desde sua instalação entre os Waiwai no início dos anos 1950, os missionários introduziram o ensino da escrita como forma de cumprir meta de catequese. Consideram este meio privilegiado para difundir a Bíblia, que eles traduziram na íntegra (o Novo e o Velho testamento). Em 2001, A UFM International (Pennsylvania/EUA) publica-a em colaboração com MEVA (Boa Vista/RR) sob o título “Kaan Karitan – A Bíblia Sagrada na língua Uaiwai”, que brilha com letras douradas em cada exemplar de capa dura negra, com mais de 600 páginas (em uma primeira tiragem de 4.000 cópias) (ISA, 2006).

“Howard (2002, p. 51) afirma que “os Waiwai tem buscado não apenas serem subordinados ao contato, mas em certo sentido eles tem buscado submeter este contato a seu próprio controle, buscando assimilar seus poderes e canalizá-los para seus próprios fins, de certa forma buscando canalizar a vitalidade de sua sociedade” Eles passaram por várias transformações com a implementação de escolas, a construção da BR 210, demarcação do seu território, etc. É um povo organizado na luta pelos seus direitos.

de 2021.

11 Ibidem n.p.

12 Extraído de: Comissão Pró Índio de São Paulo < <https://cpisp.org.br/quilombolas-em-oriximina/indios-e-quilombolas/povos-indigenas/waiwai/> Acesso: Maio de 2021.

13 Fonte: < <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Waiwai> > Acesso: Junho de 2021.

Além da língua predominante da família linguística Karib as comunidades Waiwai falam outras línguas da família linguística Arawak (Mawayana, Wapixana). De acordo com matéria divulgada da revista: “Povos Indígenas no Brasil” – ISA (2006):

[...] Desde a chegada dos irmãos Hawkins, missionários-linguistas norte-americanos da Unevangelized Fields Mission (UFM), aprenderam a língua Waiwai, publicaram artigos analisando a sua estrutura e desenvolveram uma ortografia para ensinar aos Waiwai (e aos outros povos que a eles se juntaram) a ler e escrever.¹⁴

Segundo “Povos Indígenas no Brasil” – ISA (2006): “Os professores da etnia Waiwai dos estados de Roraima e Pará ensinam a língua indígena em algumas comunidades, porém faltam materiais escritos”.

Alguns indígenas com formação no Magistério procuram fortalecer a aprendizagem da língua indígena em algumas comunidades. São pouco os indígenas Waiwai que falam a Língua Portuguesa. Os que conseguem falar um pouco, aprendem mais com as visitas as cidades do que nas escolas. Segundo Howard (2002, p. 51) “os Waiwai tem buscado não apenas serem subordinados ao contato, mas em certo sentido eles têm buscado submeter este contato a seu próprio controle, buscando assimilar seus poderes e canalizá-los para seus próprios fins, de certa forma, buscando aumentar a vitalidade de sua sociedade”.

A atividade econômica dos Waiwai encontra-se na extração da Castanha do Pará e na produção da cultura da banana. A castanha do Pará é exportada para vários estados do Brasil por intermédio de revendedores, como os empresários. A banana é vendida nas feiras livres das cidades roraimense, como também exportadas para Manaus – AM. De acordo com matéria da revista Instituto socioambiental (2019)¹⁵ “o povo WaiWai publica Cartilha sobre manejo da Castanha do Pará”, maior fonte de renda da comunidade. Continuando, a revista mostra que na escola Estadual Indígena WaiWai, os alunos recebem orientações sobre a cartilha. “Eles recebem uma licença de 15 dias das escolas, observam o trabalho nos castanhais, muitos deles localizados a horas de barco distante das aldeias, e aprendem tudo sobre o manejo”.

Segundo a fala do professor Ricardo em entrevista para a referida revista o manejo da castanha já era explicado em sala de aula, mesmo antes da Cartilha. “Com a publicação, elas aprendem mais. Os pais sempre levam os filhos para os castanhais. Eles conversam, escutam. Por isso, é importante para a gente ensinar sobre a castanha também”. De acordo com a revista Instituto socioambiental, Roraima negociou em 2018, 100 toneladas de castanha do Pará com a empresa de pães Wickbold. O preço lata de 10 quilos chegou a R\$ 44, 76% acima dos R\$ praticados por atravessadores na região à época.

14 Extraído de revista Povos Indígenas no Brasil.

Disponível em <<https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Waiwai>> Acesso: Maio de 2021.

15 Fonte disponível em: <<https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/para-inspirar-nova-geracao-povo-wai-wai-publica-cartilha-sobre-manejo-da-castanha>> Acesso: maio de 2021.

É uma população indígena que além de viver das atividades com a castanha do Pará, o cultivo da banana e o artesanato, também praticam a agricultura, a pesca e a caça de animais para o sustento alimentício da comunidade. A agricultura é de subsistência e representa mais ou menos 50% de suas atividades econômicas. As roças são preparadas a partir de derrubadas, queima (coivara) e limpeza para o plantio. Embora a agricultura seja para subsistências dos Waiwai, quando tem excedente de produtos, estes são vendidos nas cidades próximas. De modo geral pode-se dizer que os povos Waiwai tem uma prática econômica integrada ao mercado local e ao mercado de outros estados devido a comercialização da castanha.

Com relação ao artesanato, o trabalho nas comunidades Waiwai é dividido. As mulheres são hábeis em adornos de sementes de plantas, de miçangas e penas coloridas. Os homens são hábeis em fazer cestas com desenhos de animais e de figuras geométricas. A produção do artesanato é para vender no comércio de Boa Vista ou de outras cidades da região. O artesanato para os Waiwai tem muita importância e uma forte característica para a sua cultura.

1.1.7. Wapixana – Os Wapixanas formam uma população total de aproximadamente 13 mil pessoas, distribuídos na fronteira entre Brasil e Guiana e na região conhecida como serra da Lua e Surumu e Amajari na porção norte/nordeste de Roraima. Segundo Migliazza (1980, n.p.), o termo “Wapisshana” é utilizado para se referir ao falante de ambos os dialetos.

Assim como a etnia Macuxi, os povos Wapixana tem na sua organização social a figura do tuxaua como maior autoridade da comunidade e que é assessorado por um “capataz” e colaboradores como os professores, agentes de saúde, conselheiros, entre outros, sendo todos escolhidos através de reuniões comunitárias ocorridas no malocão das outras etnias.

Na política sócio-econômica dessa etnia se caracteriza com a participação da comunidade na agricultura onde é conhecido como Ajuri (sistema que constitui na ajuda mútua entre famílias quando se pretende abrir um a roça). A família convida os parentes mais próximos para contribuir nos trabalhos mais pesados. A ajuri abrange os trabalhos iniciais de derrubada (retirada das árvores de maior porte), broca (retirada de árvores secundárias e cipós) e a queima do material vegetal.

1.1.8. Ye'kwana - Os Ye'kuana estão distribuídos no estado do Amazonas, Sul da Venezuela e em Roraima ao longo dos rios Caura, Paragua, orinoco e Uraricoera no noroeste de Roraima, no município de Amajari e Alto Alegre. Na Venezuela a população Ye'kuana é aproximadamente 4.800 e no estado de Roraima em torno de 430 indígenas. Andrade (2018) no seu artigo intitulado : unidade e diferença : os Ye'kwana e suas relações com a fronteira binacional, a autora afirma que :

[...] no Brasil, são quatro aldeias Ye'kuana situada na porção noroeste de Roraima, na terra indígena Yanomami, três dela ao longo do Rio Auris

(Tajãdedatonnha, conhecida pelos não indígenas como Pedra Branca ; Fuduwaadunnha, conhecida como Auris e Kudaatannha, conhecida como Tucuxim\0 e uma situada ao longo do Rio Uraricoera (Waichannha, conhecida como Waikás) (ANDRADE, 2018, p. 57).

A etnia Ye'kuana vive na fronteira entre Brasil e Venezuela e são conhecidos como excelentes fabricantes e usuários de canoas. Vale ressaltar que o povo Ye'kuana tem um grande respeito pelas pessoas mais velhas da aldeia os quais são consultados para decisões da coletividade. Existe na tribo o círculo anciãos, cujos membros são chefes de família, como também há o círculo de jovens subordinados aos anciãos formados por homens sejam casados ou solteiros.

Os indígenas Ye'kuana vivem da agricultura, caça, peça e da coleta de frutos silvestres. Quanto a sua alimentação diária, eles buscam se alimentar de beiju (um tipo de tapioca feita da farinha de mandioca), de sopa feita do peixe com bastante pimenta, além das frutas, farinha grossa de mandioca, etc. De acordo com Andrade (2013) no artigo: Alteridade (in)corporadas : notas sobre a chefia Ye'kuana, a firma que entre entre 2005 e 2006, período em que viveu em Auris, terra dos Ye'kwana,

O então chefe político da aldeia encontrava-se com saúde bastante debilitada e aventava a possibilidade de transmitir, ainda em vida, o cargo de sucessor. Circulavam nos bastidores dois prováveis nomes para assumir o lugar de chefia. Ambos os candidatos eram homens na casa dos 40 anos, casados e chefes de seu grupo doméstico, composto por filhos solteiros e filhas casadas com seus cônjuges e filhos, como esperado em uma residência considerada « madura » em termos de desenvolvimento de Alteridades (in)corporadas seu ciclo doméstico, além de outros afins e consaguíneos « agregados ». O que desejo destacar é que ambos possuíam capital social e político que os colocava em condições de disputar a chefia de aldeia : chefiavam suas seções residenciais, conformadas por uma ampla parentela, e haviam atingido plenamente, portanto, o status de homem maduro (ANDRADE, 2013, p. 59-60).

Deve-se destacar que organização política do Ye'kuanos valoriza bastante a coletividade, sendo que a aldeia é administrada por um chefe denominado de tuxaua. A cooperação dos habitantes da aldeia é marca registrada no meio desse povo, pois para realizar atividades econômicas ou outras, levam as pessoas a se organizarem em mutirão para auxiliar na atividade. Vale ressaltar a existência da divisão de tarefas entre homens e mulheres. As mulheres por exemplo costumam cuidar das roças no plantio, conservação e colheita, enquanto que os homens cuidam do preparo da terra para o plantio, como derrubadas de árvores, coivara, entre outros, além da caça e da pesca.

1.1.9. Yanomami – “Seu território situa-se em ambos os lados da fronteira Brasil-Venezuela, com aproximadamente uma área de 192.000 mil quilômetros. São povos indígenas relativamente isolados. De acordo com o Censo indígena 2010 a população Yanomami é de aproximadamente 15.414 pessoas.

Segundo a Comissão Pró- Yanomami (CCPY):

Nas décadas de 1979 e 1980, os projetos de desenvolvimento do Estado começaram a submeter os Yanomami a formas de contato maciço com a fronteira econômica regional em expansão, principalmente no oeste de Roraima: estradas, projetos de colonização, fazendas, serrarias, canteiros de obras e primeiros garimpos. Esses contatos provocaram um choque epidemiológico de grande magnitude, causando altas perdas demográfica, uma degradação sanitária generalizada em algumas áreas, graves fenômenos de desestruturação social [...] [...] As duas principais formas de contato inicialmente conhecidas pelos Yanomami, primeiro, com a fronteira extrativista e, depois, com a fronteira missionária, coexistiram até o início dos anos 70 como uma associação dominante no seu território (CCPY, 2021).¹⁶

Os Yanomami são os indígenas mais vulneráveis devido as invasões e ataques criminosos constantes de garimpeiros, embora sejam territórios que possuem proteção ambiental e mineral das legislações específicas. Não esquecendo, porém que os mesmos sofrem com doenças e desnutrição das crianças.

De acordo com a revista *Survival*¹⁷ (Movimento Global pelos Direitos dos Povos Indígenas) faz uma matéria sobre Davi Kopenawa, Líder e Xamã Yanomami. Segundo a referida revista:

Davi tem sido fundamental no processo de aproximar as diversas e distantes comunidades Yanomami. Em 2004, ele fundou a Hutukara, uma associação que defende os direitos do povo Yanomami e desenvolve projetos de proteção da terra, educação e saúde. Atualmente ele é presidente dessa organização. Diz a revista: [...] "a coragem, o espírito combativo e a tenacidade de Davi aparecem em seu nome Yanomami 'Kopenawa' que em sua língua significa vespa. O nome veio a ele durante um sonho xamânico quando os espíritos-vespa apareceram diante dele. Este foi o momento em que Davi começou a lutar contra a invasão da terra Yanomami por garimpeiros ilegais nos anos de 1980". Este episódio ficou conhecido como a "corrida do ouro" dizimou grande parte da população Yanomami (SURVIVAL, 2016).

A garimpagem ilegal em TI Yanomami, implica na destruição da natureza, além de causar muitos danos à saúde dos Yanomami e provocar a escassez de alimentos. Os conflitos provocados pela invasão de garimpeiros em terras yanomami provocam enormes danos ambientais. Entre eles o desmatamento, abertura de verdadeiras crateras na terra, como também os prejuízos provocados pelo uso do mercúrio na garimpagem causando danos irreversíveis aos rios, ao solo, além de prejudicar a saúde humana. De acordo com Queiroz (2016):¹⁸

O combate ao garimpo ilegal é um dos pontos de reivindicação das organizações de defesa dos direitos indígenas e está inserido no debate que versa sobre mineração. O garimpo ilegal em TIs é posto por essas organizações

16 Fonte: <http://proyanomami.org.br/v0904/index.asp?pag=htm&url=http://www.proyanomami.org.br/base_ini.htm#6> Acesso: Junho 2021.

17 Fonte: <<https://www.survivalbrasil.org/davibiografia>> Acesso: Junho de 2021.

18 (Dissertação de Mestrado em Sociedade e Fronteiras). UFRR, Boa Vista, 2016. Disponível em: <file:///C:/Users/USUARIO1/Downloads/dissertao%20de%20mestrado%20-%20francisco%20robson%20bessa%20queiroz.pdf > Acesso: Junho de 2021.

como um dos exemplos dos malefícios socioambientais principalmente para as comunidades indígenas. Em Roraima, os povos indígenas conhecem com bastante efeitos da exploração mineral em seus territórios (QUEIROZ, 2016, p. 68)

A garimpagem em terras yanomami em Roraima cresceu cerca de 30% no ano de 2020 e no primeiro trimestre de 2021, de acordo matéria da G1-RR.¹⁹ Enfim, “o garimpo ilegal” é um dos principais fatores pela devastação de 2.400 hectares na maior área indígena do Brasil”. (GI-RR, 25.03.2021). Atualmente os índios Yanomami convivem com a malária, covid-19, desnutrição das crianças, ataques violência física, sexual e cultural de garimpeiros ilegais, posto que é defeso o exercício da atividade extrativa em terras indígenas, sem a competente anuência do Congresso Nacional, conforme estabelece o artigo 231 da Constituição Federal e o abandono do poder público.

De acordo com matéria publicada da G1(10.05.2021)²⁰ Dário Kopenawa, vice presidente da Hutukara afirma fala o seguinte: “atualmente há um surto de malária na região, o que implica em outras doenças, como a desnutrição” [...] “o combate a malária está prejudicado por falta de profissionais de saúde. “[...] o governo não está preocupado com os problemas que enfrentamos.

A organização familiar se dar mediante grande casa ou aldeia composta de moradores num emaranhado laços consanguíneos, uma vez que seus membros casam-se com parente, entre primos e primas, por exemplo. Embora autônomas as famílias Yanomami “mantêm uma rede de relações de troca matrimonial, cerimonial e econômica” como afirma a revista socioambiental.²¹ De acordo com Barazal (2001) os yanomami se classificam como, [...] “comunidades de sangue, porque tomam a família como base de toda sua organização social, promovendo as formações familiares, as linhagens e os clãs, segundo a lógica de parentesco”.



Figura 03 - Casa grande ou Aldeia Yanomami - RR

Foto de 2016. Fonte: < <https://survivalbrasil.org/ultimas-noticias/11504> >Acesso: Junho de 2021.

19 Fonte: < <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2021/03/25/garimpo-ilegal-avanca-30percent-na-terra-yanomami-em-um-ano-aponta-relatorio.ghtml> > Acesso: Junho de 2021.

20 Fonte: <<https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2021/05/10/missionario-divulga-foto-de-crianca-yanomami-debilidade-em-rede-para-expor-falta-de-assistencia-a-indigenas-aldeias-abandonadas.ghtml>> Acesso: Junho de 2021.

21 Fonte: <<https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Yanomami>> Acesso: Junho de 2021.

O povo Yanomami alimenta-se da pesca, caça e de produtos cultivados nas roças, além do mel selvagem do qual colhem 15 diferentes tipos. Assim como em outras etnias, as mulheres são responsáveis no cultivo das roças e também em colher mariscos e larvas que compõem os alimentos dos Yanomami. Assim como a colheita do mel, o artesanato também é uma atividade que faz parte da economia dessa etnia. A produção de vários artigos artesanais, principalmente a de cestaria contribuem na economia dos yanomami. São produtos comercializados com o apoio da Hutukara Associação Yanomami.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através das análises feitas, observa-se, portanto, que a identidade étnico-cultural dos indígenas roraimense está razoavelmente preservada, embora eles tenham incorporado alguns traços da cultura branca. O relatório sobre violência contra os povos indígenas do Brasil do CIMI (2019)²² ressalta que “[...] os territórios físicos que os povos indígenas ocupam se constituem em espaços simbólicos de identidade, produção e reprodução cultural. Eles não são, portanto, algo exterior à identidade, mas inerente a ela [...]”.

Enfim, em breve síntese histórica, pode-se afirmar que os indígenas de Roraima são constantemente violentados pelo garimpo ilegal, sofrendo vários tipos de agressões físicas e morais, em total desrespeito aos seus direitos constitucionais. A atividade garimpeira ilegal em terras Indígenas aumentou muito, causando sucessivos conflitos entre indígenas e garimpeiros. Os conflitos decorrentes da invasão de garimpeiros em TIs Yanomami predominam na atualidade, pois o cenário é de constantes ameaças e de conflitos armados contra o povo indígena e especialmente os yanomami. Cabe ao poder público, em todos os seus níveis, principalmente aos agentes federais ligados à ANM, à FUNAI, ao IBAMA e à Polícia Federal fiscalizar o uso ilegal das terras indígenas por não índios e exercer à implementação de políticas públicas voltadas à proteção da pessoa do índio, assim como ao seu patrimônio étnico-cultural. É Preciso eliminar os impactos negativos da mineração nos territórios indígenas com a finalidade de proteger o ser humano violado e a natureza comprometida. O benefício econômico não pode se sobrepor à dignidade da pessoa humana.

REFERÊNCIA

ANDRADE, Karenina Vieira. «**Unidade e diferença: os Ye'kwana e suas relações com a fronteira binacional**» Anuário Antropológico, Brasília, UnB, 2018. Disponível: <file:///C:/Users/USUARIO1/Downloads/aa-3170.pdf> Acesso: Junho de 2021.

BARAZAL, Neusa Romero. Yanomami **Um povo em luta pelos direitos**. São Paulo, editora USP, 2001.

²² **Fonte:** < <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2020/10/relatorio-violencia-contra-os-povos-indigenas-brasil-2019-cimi.pdf> > Acesso: Junho de 2021.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução Fernando Tomaz. Lisboa: Difel, 1989.

HERRMANN, Lucila. *Organização Social dos Valpidiana do Território de Rio Branco*. Tese de Mestrado, São Paulo: Escola de Sociologia e Política, 1946.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *Políticas Culturais e Povos Indígenas, ????*

(Dissertação de Mestrado em Sociedade e Fronteiras). UFRR, Boa Vista, 2016. Disponível:

KOCH-GRÜNBERG, Theodor. **Walzenaufnahmen aus brasilien 1911-1913**. Berl in: Berlin ner Phonogramm-Archi v, 2006.

MOREIRA, Manduca Alice Jane. **O impacto sociocultural da identidade Taurepang na comunidade Sorocaima I**. (Dissertação de Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia), UFAM, Manaus, 2013

RAFFESTIN, J. C. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SANTILLI, Paulo. **Ocupação territorial Macuxi: aspectos históricos e políticos**. In: BARBOSA, R. I.; FERREIRA, E.J.G. Castellón, E.G. (orgs). *Homem, Ambiente e Ecologia no Estado de Roraima*. Manaus, INPA.1997.

SANTOS, Milton. **Metamorfose do espaço habitado**. 5. Ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de Conceitos Históricos**. 2. ed. 2 reimpressão. São Paulo: Contexto, 2009.

GEOMORFOLOGIA E DOBRAMENTOS DE FUNDO. HOMÓLOGOS ENTRE BRASIL E ÁFRICA DO SUL

Data de submissão: 16/10/2023

Data de aceite: 01/12/2023

Roberto José Hezer Moreira Vervloet

Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – IEMA
Vitória, Espírito Santo.

<http://lattes.cnpq.br/7092270850313289>

RESUMO: O artigo procura evidenciar a associação de compartimentos geomorfológicos condicionados por sistemas de dobramentos em duas regiões distintas geograficamente, mas com similaridades no que diz respeito à evolução geomórfica da paisagem: o Planalto Atlântico Capixaba, no Brasil, e o Planalto do Karoo, na África do Sul. Comparando a compartimentação morfológica desses dois planaltos é demonstrado como eles estão associados a sistemas de cinturões de dobras que condicionam a evolução de seus terrenos, controlando a evolução fluvial dos Knickpoints e a incisão da drenagem. Deste modo, discute também as zonas de seccionamento fluvial e de como as dobras condicionam de forma litoestrutural a evolução hidrogeomórfica da paisagem, com mecanismos que são muito similares no processo de evolução, mesmo estando em áreas distintas. As características da

compartimentação geomorfológica e os níveis altimétricos do relevo, controlados pelos elementos presentes nas dobras e falhas, também serão apresentados, possibilitando formular uma interpretação geomórfica condizente com a relação relevo – litoestrutura.

PALAVRAS-CHAVE: relevo, tectônica, drenagem, dobras e falhas.

GEOMORPHOLOGY AND FOLDING BELTS. COUNTERPARTS BETWEEN BRAZIL AND SOUTH AFRICA

ABSTRACT: The paper seeks to highlight the association of geomorphological compartments conditioned by folding systems in two geographically distinct regions, but with similarities with regard to the geomorphic evolution of the landscape: the Planalto Atlântico Capixaba, in Brazil, and the Planalto do Karoo, in South Africa. Comparing the morphological compartmentalization of these two plateaus shows how they are associated with fold belt systems that condition the evolution of their terrain, controlling the fluvial evolution of the Knickpoints and the drainage incision. In this way, it also discusses the river sectioning zones and how the folds lithostructurally

condition the hydrogeomorphic evolution of the landscape, with mechanisms that are very similar in the evolution process, even though they are in different areas. The characteristics of the geomorphological compartmentation and the altimetric levels of the landforms, controlled by the elements present in the folds and faults, will also be presented, making it possible to formulate a geomorphic interpretation consistent with the landforms – lithostructure relationship.

KEYWORDS: landforms, tectonics, drainage, folds and faults.

INTRODUÇÃO

Cinturões de dobramentos são porções da crosta terrestre caracterizados por grandes eixos de dobras de escala continental, subcontinental e local atingindo estruturas do embasamento dos continentes e de conjuntos de rochas regionais. São, dessa forma, os principais elementos que respondem pelas características de sistemas orogênicos instalados nas bordas de terrenos cratônicos (CONDIE, 1982; HASUY; SENA COSTA, 1990; OLSEN, 1995; FRISCH; MESCHEDÉ; BLAKEY, 2011; KEAREY; KLEPEIS; VINE, 2014; VERVLOET, 2015).

Sobre terrenos em que o relevo é sustentado por litoestruturas situadas em cinturões de dobras, a evolução geomórfica da paisagem ocorre de forma muito peculiar, com mecanismos específicos em que a compartimentação e a organização tectônica das rochas precisam ser especialmente consideradas (ALMEIDA, 1964; AB'SÁBER, 1964; AB'SÁBER, 2001; VERVLOET, 2009; 2013; 2014; 2021). Os relevos aí resultantes são de configuração muito característica, com paisagens portadoras de uma cenicidade que responde por um modelado dotado de marcantes silhuetas na geometria que caracteriza esses terrenos.

Seja em zonas de clima úmido, semiárido ou subúmido, a especificidade dos mecanismos que respondem pela evolução dos relevos presentes em cinturões de dobras, vai estar fortemente relacionada ao condicionamento litoestrutural e litotectônico das estruturas rochosas que sustentam esses relevos (KING, 1962; HACK, 1973; SUMMERFIELD, 2013; KEAREY; KLEPEIS; VINE, 2014).

Neste sentido é perfeitamente possível comparar e estudar relevos em cinturões de dobras presentes em zonas de climas distintos e condições geológico-geomorfológicas de continentes separados, identificando os mecanismos de atuação comum nessa evolução geomórfica.

É a partir deste contexto que este artigo procura apresentar estudo de comparação entre compartimentos geomórfico-estruturais na porção meridional da África do Sul, denominado de Planalto do karoo, e fachada atlântica do Brasil, no Planalto Atlântico Capixaba, associando processos geomorfológicos comuns a estes compartimentos.

Essas duas regiões possuem cinturões de dobras de fundo que condicionam a evolução de compartimentos regionais de relevo, sendo de suma importância investigar os processos geomórficos relacionados à associação entre relevo e organização

litoestrutural presente na supra superfície. Especificamente, serão evidenciados como as dobras condicionam litoestruturalmente a evolução hidrogeomórfica dos terrenos, com mecanismos muito similares no processo de evolução, mesmo estando em áreas distintas. As características da compartimentação geomorfológica e os níveis altimétricos do relevo, controlados pelos elementos presentes nas dobras e falhas, também serão apresentados, possibilitando uma interpretação geomórfica condizente com a relação relevo – litoestrutural.

LOCALIZAÇÃO, CLIMA E CARACTERÍSTICAS GERAIS DOS DOIS PLANALTOS EM ESTUDO

As duas regiões em estudo possuem as seguintes localizações: Região Serrana do Espírito Santo, sendo aqui denominada de Planalto Atlântico Capixaba, ocupando a porção central deste Estado e sua margem leste, estando situada entre as coordenadas geográficas 20°24'0" de Latitude Sul e 40°48'0" de Longitude Oeste (localização na fig.01). A outra região é o Planalto do karoo e o Cinturão de Dobras Cape (CDC), localizada na Província de Western Cape, na África do Sul, nas coordenadas 33°0'0" de Latitude Sul e 23°0'0" de Longitude Leste (localização na fig. 05).

Em termos climáticos, segundo Grab e Knight (2015, p. 06), grande parte da África do Sul, em especial o Planalto do Karoo, apresenta clima tropical sazonal, com chuvas de verão de novembro a março (temperatura média de 20° a 22° graus) e estação seca de maio a setembro (temperatura média de 10° a 12° graus). Os verões são quentes e úmidos, ao longo da costa leste e sul, e secos e muito quentes nas regiões oeste e norte. As chuvas estão principalmente associadas aos sistemas tropicais-temperados e fluxos de ar tropical de leste sobre o interior. Um sistema de alta pressão domina o interior durante o inverno (junho a agosto), resultando em condições frias e secas. A média de chuva na costa sul é de 250 a 500 mm por ano, e na porção interior no Planalto do karoo é de 100 a 250 mm. Portanto, clima semiárido.

Já o Planalto Atlântico Capixaba, de acordo com Vervloet (2015, p. 42), vai apresentar precipitações com significativos gradientes, sendo de 1.100 mm na região litorânea e 1.800 mm na parte interior, no topo do planalto. Os verões também são quentes e úmidos, com invernos mais secos. Os principais sistemas meteorológicos atuantes são os Sistemas de Circulação de Sul (FPA – Frente Polar Atlântica), atuantes nos meses de outubro a março; Sistemas de Circulação de W, atuantes nos meses de novembro a janeiro, mas de efeito secundário e Sistemas de Circulação de E, atuando nos meses de maio a junho, associadas a anticiclones, constituindo pseudofrentes. A temperatura varia conforme o clima tropical sazonal, tendo uma média mensal de 28° nos meses de dezembro a fevereiro e 22° de junho a agosto.

As duas regiões possuem importante relevância econômica para seus respectivos países, tanto para a África do Sul quanto para o Estado do Espírito Santo. Pois, tanto a

provincia de Western Cape (Planalto do Karoo) quanto o Planalto Atlântico Capixaba, a atividade econômica predominante é a agricultura e pecuária. No caso da África do Sul, em Western Cape ocorrem as principais vinícolas para produção de vinho e pecuária sul-africana, sendo uma das poucas regiões desse país onde é permitida a pecuária extensiva, inclusive devido às questões de relevo e clima. Há forte atividade turística crescente, principalmente em Cape Town. No caso do Espírito Santo, a região do Planalto Atlântico possui forte tradição na produção de hortaliças, café e avicultura, além da crescente atividade agroturística nos últimos anos. É nessa região que se encontra um dos principais polos de produção de carne de aves do Brasil.

METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS TÉCNICOS.

O processo investigativo desta pesquisa baseou-se no método da associação e indeterminação geomorfológica de Leopold e Langbein (1970), acompanhado de procedimentos técnicos de cartografia geomorfológica, geológica, tectônica, construção de perfis geológicos e dados de trabalhos de campo.

Este método consiste em um tipo de lógica científica, baseada numa construção argumentativa de raciocínio, a partir da associação de diferentes fatos geomórficos cartografados e compilados. Para se conduzir a linha de raciocínio e os argumentos associados realizou-se compilação de informações sobre os fatos geomórficos investigados, através de procedimentos técnicos de cartografia geomorfológica, geológica, tectônica e dados de trabalhos de campo.

Desta forma, foram realizados os seguintes procedimentos técnico-operacionais:

- 1 – Cartografia litológica e tectônica das duas regiões, elaborando mapas de unidades litológicas e tectônicas, compilando informações sobre a organização litoestrutural e litotectônica das estruturas (principais falhas, sistemas de dobras e lineamentos estruturais);
- 2 – Análise geomorfológica das duas regiões por meio da cartografia geomorfológica com mapas de províncias geomorfológicas, conforme metodologia de Grab e Knight (2015), onde foi possível obter informações sobre a compartimentação morfológica, grupos de macroformas de relevo, feições geomórficas lineares e feições fluviais em escala adequada;
- 3 – Elaboração de perfis topográficos e geológicos conforme procedimento de Nadalin e Nadalin (2016), associando características litoestruturais e litotectônicas, elementos de dobras e sistemas de falhas no controle dos grupos de formas e redes de drenagem em evolução, distribuídos ao longo das duas regiões e
- 4 – Trabalhos de campo, onde procurou-se corrigir e fazer controle dos fatos geomórficos cartografados e averiguar *in loco* os possíveis elementos litoestruturais e litotectônicos que atuam condicionando os grupos de formas de relevo e as respectivas redes de drenagem.

Para tal foram utilizados imagens de satélite SRTM, com resolução espacial de 30 metros, do site da NASA; imagens MDT (Modelo Digital de Terreno) do Instituto

Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Espírito Santo - IEMA, ano de 2015, com resolução espacial de 2 metros; fotografias aéreas com resolução espacial de 0,50 centímetros também do IEMA, ano de 2015 e imagens de satélite ALOS – PALSAR, com resolução espacial de 30 metros. Técnicas de interpretação geológica de fotografias aéreas e imagens de satélite, conforme Nadalin e Nadalin (2016), além de estereoscopia também foram utilizadas.

Ao longo deste processo investigativo as informações geomórficas, litoestruturais e litotectônicas foram cartografadas e compiladas com o objetivo de se fazer a associação de fatos e processos geomorfológicos, descobrindo quais os fatores estruturais e morfológicos que atuam na evolução da drenagem, resultando na síntese conclusiva sobre os mecanismos atuantes na evolução fluvial da paisagem e os processos comuns existentes.

RESULTADOS

Geologia e tectônica da porção meridional da África do Sul

A tectônica responsável pela organização das estruturas litológicas e tectônicas dobradas nessa porção da África do Sul é complexa, porém, consensualmente associada à aglutinação do supercontinente Gondwana sul e eventos tectônicos posteriores (JOHNSON et al. 2009; TANKARD et al. 2009; FINDLEY III, 2016).

Os processos responsáveis por essa aglutinação tiveram origem no Cambriano-Ordoviciano (começando há cerca de 510 milhões de anos e terminando há cerca de 350-330 milhões de anos) estendendo-se até o final do Jurássico, quando se iniciou a formação do Atlântico Sul (CLOETINGH et al. 1992; HÄLBICH et al. 1993). Neste sentido, o Cinturão de Dobras Cape, (CDC) seria um cinturão dobrado orogênico, gerado em colisão oblíqua de terrenos empilhados, com lascas de cavalgamento e falhas inversas de massas continentais que se chocaram do final do Paleozóico ao início do Cretáceo.

Segundo Tankard et al. (2009) e Johnson et al. (2009), durante a chamada Orogenia Saldaniana, no final do Cambriano, um espesso pacote de sedimentos foi depositado numa bacia oceânica derivada da separação de dois blocos continentais: o bloco da África ao norte, pertencente a placa Africana e o Platô das Malvinas ao sul, inserido na placa oceânica do Paleo-Pacífico. Ambos eram divergentes e responderam pela formação dessa bacia oceânica (proto-oceano), formada ao sul de Gondwana (local da região em estudo).

Nesta bacia foi depositado esse espesso pacote de sedimentos, de cerca de 8 km de espessura (TANKARD, et al. 2009), que responde pelas rochas sedimentares do Supergrupo Cape, distribuídas por todos os quadrantes meridionais da África do Sul, como podemos ver no mapa de unidades litológicas (fig. 01).

O Supergrupo Cape, formando por argilitos, arenitos e quartzitos da unidade Table Mountain e Bokkeveld (TANKARD, et al. 1982; VILJOEN; REILMOND, 1999) preencheu grande parte desta bacia oceânica, sendo que o seu fechamento, no final do Carbonífero,

a 330 milhões de anos, resultou no desenvolvimento de uma zona de subducção, ao longo da margem sul de Gondwana, e o deslocamento do Platô das Malvinas de volta à África, durante o Carbonífero e o início do Permiano (FINDLAY III, 2016).

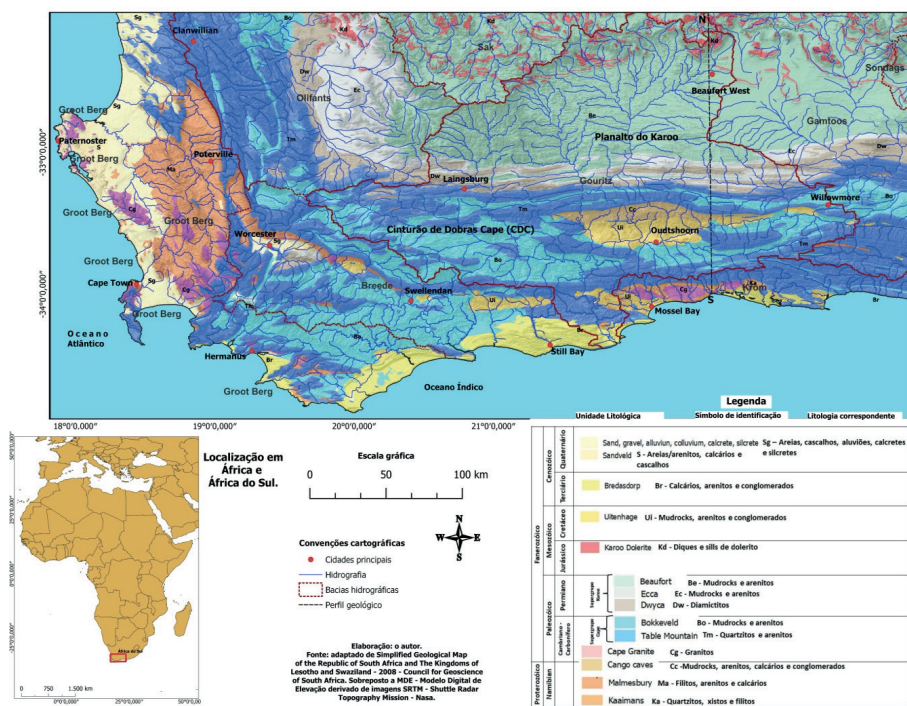


Fig. (01). Mapa de unidades litológicas e de localização da região em estudo. Elaboração: o autor.

Após o fechamento dessa grande bacia, instala-se uma tectônica de compressão de componente cisalhante que responde pela gênese de um sistema de dobramento sobre as rochas do Supergrupo Cape (PATON; UNDERHILL, 2004). Forma-se uma série de dobras e falhas paralelas, correndo principalmente de leste a oeste (com uma pequena seção de norte a sul e oeste, devido à colisão com a Patagônia que se move para leste). A contínua subducção da placa Paleo-Pacífica sob o Planalto das Malvinas e a resultante colisão deste último com a África Austral, levantou uma cordilheira de imensas proporções ao sul da antiga bacia, sendo que os quartzitos dobrados desse supergrupo sustentavam essa imponente cordilheira leste-oeste erodida posteriormente (MARÉ, et al., 2014; BORDY; HEAD; RUNDS, 2016).

O peso das rochas do Supergrupo Cape fez com que a crosta continental da África austral entrasse em processo de subsidência, formando um sistema retroarco *foreland*, no qual as rochas do Supergrupo Karoo foram depositadas, formadas por arenitos, diamictitos e argilitos. Eventualmente, grande parte do Supergrupo Cape ficou enterrada

sob esses depósitos do Supergrupo Karoo, vindo a aflorar no final do Jurássico Superior, após longo processo erosivo de exumação (KOUNOV, et al. 2007). Um hiato proeminente representando o intervalo de 330–302 milhões de anos separa o Supergrupo Cape do Supergrupo Karoo do Permiano ao Jurássico Inferior.

Portanto, o desenvolvimento do CDC é convencionalmente datado do intervalo 278–230 milhões de anos por Newton et al. (2009). Todavia, Tankard et al. (2009) sugerem que a iniciação é melhor representada por um hiato dentro da unidade Beaufort do Supergrupo Karoo, em cerca de 250 milhões de anos, com tectonismo estendendo-se até o final do Triássico.

Resumidamente esta porção da África do Sul é formada por rochas do Proterozóico compostas por quartzitos, xistos e filitos da Unidade kaaimans; filitos, arenitos e calcários da unidade Malmesbury; argilitos, arenitos, calcários e conglomerados da Unidade Cango Caves; rochas do Cambriano-Carbonífero, granitos Cape, quartzitos, argilitos e arenitos do Supergrupo Cape; do Permiano, argilitos, diamictitos e arenitos do Supergrupo karoo; do Jurássico, diques e sills de dolerito karoo; do Cretáceo, argilitos, arenitos e conglomerados do Uitenhage; do Terciário, calcários, arenitos e conglomerados do Bredasdorp e sedimentos Quaternários por areias, arenitos, calcários, silcretes e cascalhos (COUNCIL FOR GEOSCIENCE, 2008).

Em termos tectônicos o grande destaque são as dobras e falhas inversas do CDC, dispostos no sentido leste-oeste, com forte inflexão para norte na região de Worcester, mapa da fig. (02), notadas de forma muito visível em imagens de satélite.

As dobras e falhas ocorrem na forma de um verdadeiro sistema, parecendo terem continuidade por debaixo dos sedimentos que sustentam o Planalto do Karoo. Fato que levou Both (2002; 2011) a defender a hipótese de que as falhas inversas dessa região se formaram previamente, durante e após o dobramento. Segundo este autor a orientação do plano axial no sentido E-SO e a predominante vergência para norte indicaria que elas foram formadas por um evento de compressão N-NE, durante a orogenia Cape, sendo dobras profundas que atingiram todas as camadas da pretérita bacia, como demonstra os estudos sísmicos de Bräuer et. al. (2007).

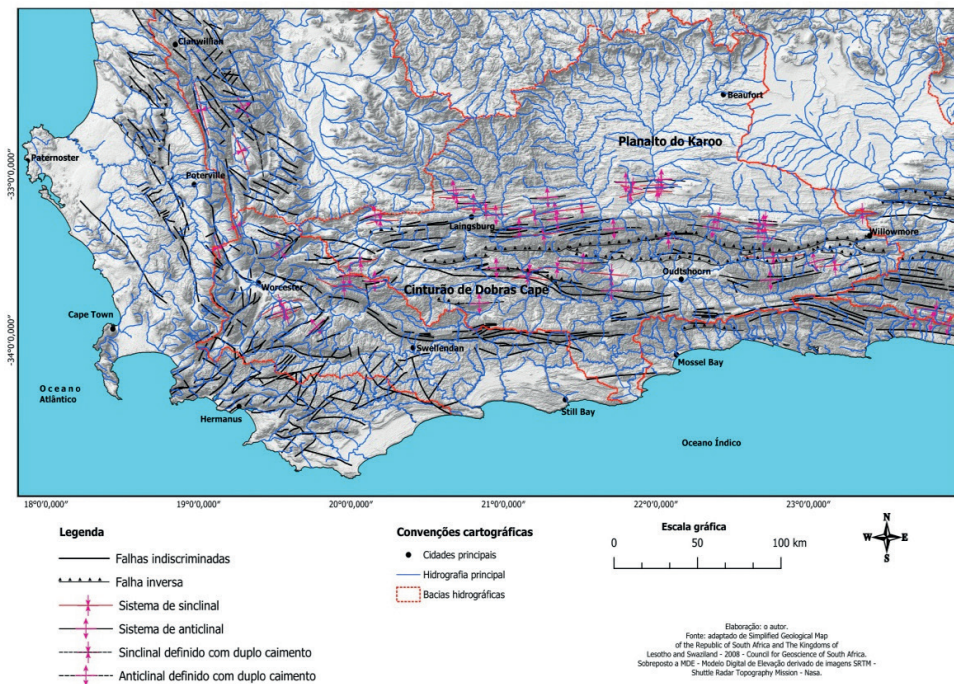


Fig. (02). Mapa tectônico da porção meridional da África do Sul. Elaboração: o autor.

Fagereng (2012) e Killick (2016) chamam atenção sobre a relação entre as falhas e as dobras na sua disposição espacial, embora com peculiaridades relacionadas a fatores que governaram essa distribuição, estando fortemente dependentes da competência das camadas, condições de pressão dos fluidos, taxa de deformação e relativa viscosidade.

Pelo mapa tectônico da fig. (02) nota-se que tanto as dobras quanto as falhas indiscriminadas e inversas ocorrem de forma sistêmica, condicionando fortemente o alinhamento do relevo e a dinâmica de dissecação da drenagem. Fato que será tratado adiante.

Dobras de fundo e compartimentação geomorfológica da África do Sul meridional

O relevo da porção meridional da África do Sul apresenta características distintas que possibilitam uma compartimentação peculiar. Trata-se de planaltos escalonados, com altitudes de 200 a 300 metros na parte costeira, seguidos por planaltos intermontanos de 300 e 400 metros de altitude, situados entre o Cinturão de Dobras Cape (CDC) e serras alinhadas desse sistema. Pela fig. (03) nota-se o Planalto do karoo, posicionado entre 600 e 900 metros de altitude, embutido entre este cinturão de dobras e a Grande Escarpa, acima de 1.000 metros, com variações que ocorrem devido aos sistemas de drenagem que o dissecam na direção N-S (KING, 1951).

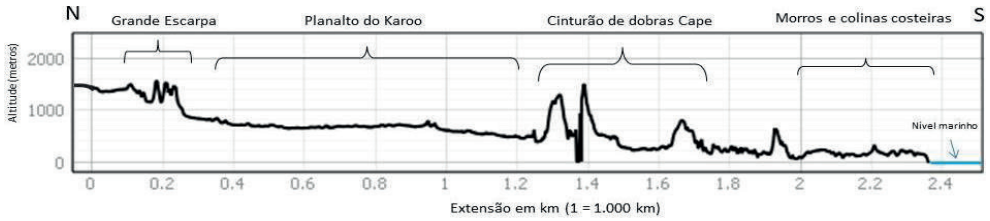


Fig. (03). Perfil topográfico N-S da porção meridional da África do Sul. Para localização vide fig. (04).
Elaboração: o autor.

Essa configuração de compartimentos geomorfológicos de escala macro é a grande característica dessa porção da África do Sul, muito bem visualizada nas imagens de satélite. Autores como Ollier e Marker (1985) descrevem as principais feições da África austral como um planalto delimitado pela Grande Escarpa e feições erosivas recentes situadas entre a costa e as escarpas do CDC.

Do mesmo modo, pesquisadores como King (1967, 1972) e Patridge e Maud (1987), historicamente, sempre enfatizaram a natureza escalonada desses planaltos, e a presença de superfícies planas em diferentes níveis dentro da região que teria supostamente sido elevada. O momento em que teria havido o soerguimento desse planalto é assunto de forte controvérsia e debate, com estimativas variando do Cretáceo Inferior ou anterior ao Plioceno (GREEN, et al. 2009; GREEN et al., 2017).

De outro lado, há autores como Kounov et al. (2014) e Bierman et al. (2014), que apresentam evidências substanciais de estabilidade tectônica relativa e baixa taxa de erosão prevalentes em toda porção austral da África do Sul, durante o Cenozóico, inclusive sem reativação de falhas. Para esses autores a topografia atual, em grande parte, seria herdada do Cretáceo, sendo ligeiramente esculpida por desnudamento durante esse período. Interpretação que é a mesma de Green et al. (2009) e Green et al. (2017), para quem as grandes escarpas situadas além do Planalto do Karoo teriam sido elaboradas depois da ruptura do Gondwana, sendo provenientes de erosão prevalente no final do Paleógeno e início do Neógeno (Oligoceno).

Como podemos observar do perfil topográfico da fig. (03), o Planalto do karoo é uma superfície embutida sustentada pelo sistema de montanhas em rochas dobradas do CDC denominadas, regionalmente, de Serra e Montanhas Swartberg (GRAB; KNIGHT, 2015).

Em termos de evolução geomórfica da paisagem nos interessa três províncias geomorfológicas para análise: o Planalto Sul do Karoo (Psk), o Planalto de Roggeveld karoo (Prk) e as Serras Dobradas Cape Central (Sdcc), podendo ser visualizadas pelo mapa de províncias geomorfológicas da fig. (04).

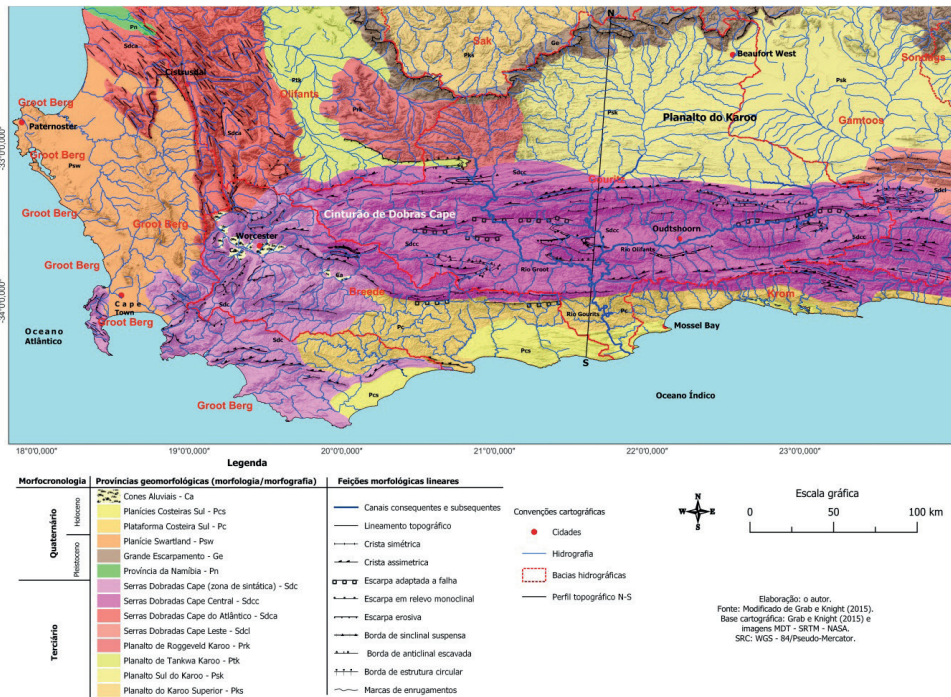


Fig. (04). Mapa de províncias geomorfológicas da porção austral da África do Sul. Elaboração: o autor.

Nossa tese é a de que o Planalto do Karoo e o do Roggeveld Karoo são superfícies embutidas que devem a sua existência a evolução geomórfica de sistemas de knickpoints da bacia do Rio Gourits, sobre rochas dobradas que condicionam uma evolução muito particular, análoga ao que Vervloet (2014, 2015; 2021) vem estudando na Região Serrana do Espírito Santo. Tal interpretação também havia sido utilizada por Oldknow e Hooke (2017) para explicar os processos de incisão fluvial do Rio Wilgerbosch mais ao leste da área em estudo.

Destaque deve ser dado, como pode ser observado neste mapa, ao Rio Gourits, no seu processo consequente ao romper os alinhamentos de serras dobradas leste-oeste do CDC e aos rios Groot e Olifants que possuem característica fortemente subsequente, encaixados em sinclinais dispostas neste alinhamento.

As outras províncias geomorfológicas que ocorrem na área e possuem compartimentação dependente desse sistema de evolução são as Planícies Costeiras do Sul (Pcs), Plataformas Costeiras (Pc), Grande Escarpamento (Ge) e o Planalto do Karoo Superior (Pks).

Geologia e tectônica da Região Serrana do Espírito Santo

O Espírito Santo está situado dentro dos domínios da Província Mantiqueira, unidade geotectônica Pré-Cambriana complexa definida por Almeida (1977, 1981), que se estende do centro leste da Bahia até o sul do país, delineando uma grande faixa de orientação NE-SO. Essa província configura-se como um sistema orogênico neoproterozóico-cambriano de natureza essencialmente diacrônica que engloba todo o conjunto de colagens responsáveis pela estruturação do embasamento da Plataforma Sul-Americana (BRITO-NEVES, 1999).

O período temporal que compreende a formação da Província Mantiqueira configura um lapso de tempo que teve início a 880 m.a. (Neoproterozóico) e término próximo de 480 m.a. (final do Cambriano), durante a Orogenia Neoproterozóica Brasileiro-Pan Africana (Orogênese Brasileira). Essa orogenia teve como resultante a amalgamação do Paleocontinente Gondwana Ocidental, na passagem para o período Cambriano (BRITO-NEVES, 1999), (HEILBRON, et. al. 2004), (HASUY, et al., 2012).

A Província Mantiqueira é um sistema orogênico subdividido em vários orógenos, com base em critérios geotectônicos e estudos geocronológicos. Estes orógenos são denominados de Orógeno Araçuaí, Ribeira, Brasília Meridional, Dom Feliciano e São Gabriel, segundo a proposta de compartimentação tectônica de Heilbron et. al. (2004).

O Planalto Atlântico Capixaba situa-se na transição entre os domínios do Orógeno Araçuaí e Ribeira, pois a percepção de uma zona de tectônica de conexão entre esses dois orógenos na região é bem evidente, como faz saber o trabalho de Karniol e Machado (2010).

Não há um consenso na literatura sobre a origem geotectônica dos orógenos Araçuaí e Ribeira. Para alguns autores eles seriam derivados de modelo baseado na orogenia intracontinental de alta pressão e temperatura por empilhamento de terrenos, com domínios distintos de metamorfismo (VAUCHEZ, et al. 2007; FOSSEN; CAVALCANTE; DE ALMEIDA, 2017; CAVALCANTE, et. al. 2019; MEIRA et al. 2019; MEIRA, et al. 2020; FOSSEN, et al. 2020). De outro lado, há autores para o qual eles seriam provenientes de uma geotectônica típica de sistema orogênico de colisão-subducção, com arco magmático e bacia oceânica confinada (PEDROSA-SOARES, et al. 2001; HEILBRON, et al., 2004; RICHTER, et al. 2016; HEILBRON; VALERIANO, 2019; PEDROSA-SOARES et al. 2020; CAXITO, et al. 2022; FONSECA, et al. 2023).

De certa forma as duas linhas de pesquisa concordam com o fato de que há uma geotectônica responsável pela formação de um sistema orogênico que, a despeito de não ser consensual a sua origem, houve formação de grandes eixos de dobras NE-SO, NNE-SSO e NNW-SSE.

As falhas inversas, zonas de cisalhamento e eixos alinhados de dobras atestam a origem orogênica das rochas que sustentam esse planalto de caráter residual visto nas imagens de satélite e MDT.

Essa orogenia seria responsável por uma organização litotectônica fundada na formação de núcleos de rochas anfíbolíticas e granulíticas que sustentam sistema de Knickpoints por onde os rios criaram níveis de base, condicionando a evolução do relevo.

As rochas mais antigas na região são os litotipos do Grupo São Fidelis (gnaisses e quartzitos) e Italva (ortognaisses e gnaisses leucocráticos), seguido pelas rochas do Complexo Nova Venécia (gnaisses e paragnaisses) que possuem a maior expressão espacial, conforme mapa da fig. (05).

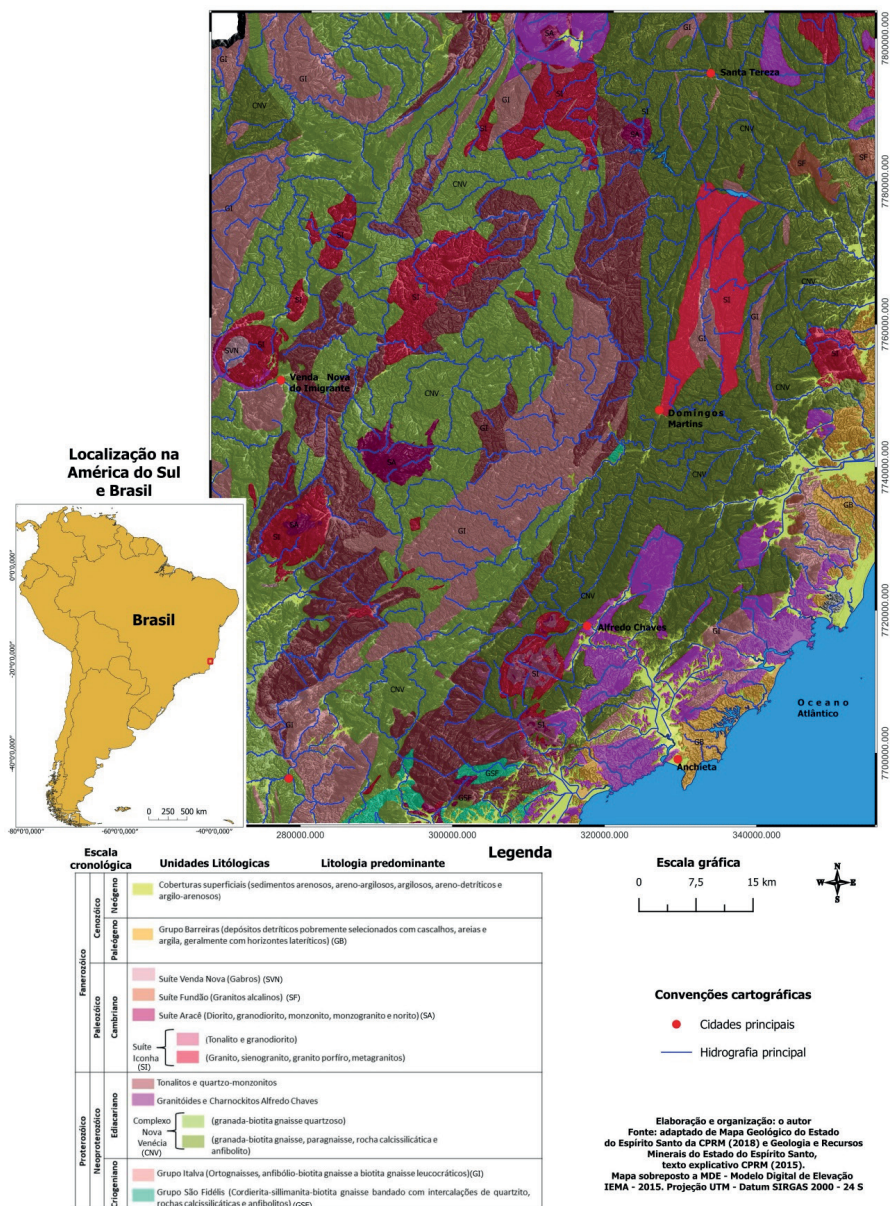


Fig. (05). Mapa de unidades litológicas e de localização geográfica do Planalto Atlântico Capixaba. Elaboração: o autor.

De idade mais recente ocorrem os granitoides Alfredo Chaves e as suítes intrusivas Iconha, Aracê, Fundão e Venda Nova. Essas suítes são compostas, em grande parte, por granitos, monzonitos, dioritos, granodioritos metagranitos, gabros e granitos pórfiros (VIEIRA; MENEZES, 2015).

No Planalto Atlântico Capixaba a configuração tectônica acompanha fielmente a complexidade litológica fig. (06).

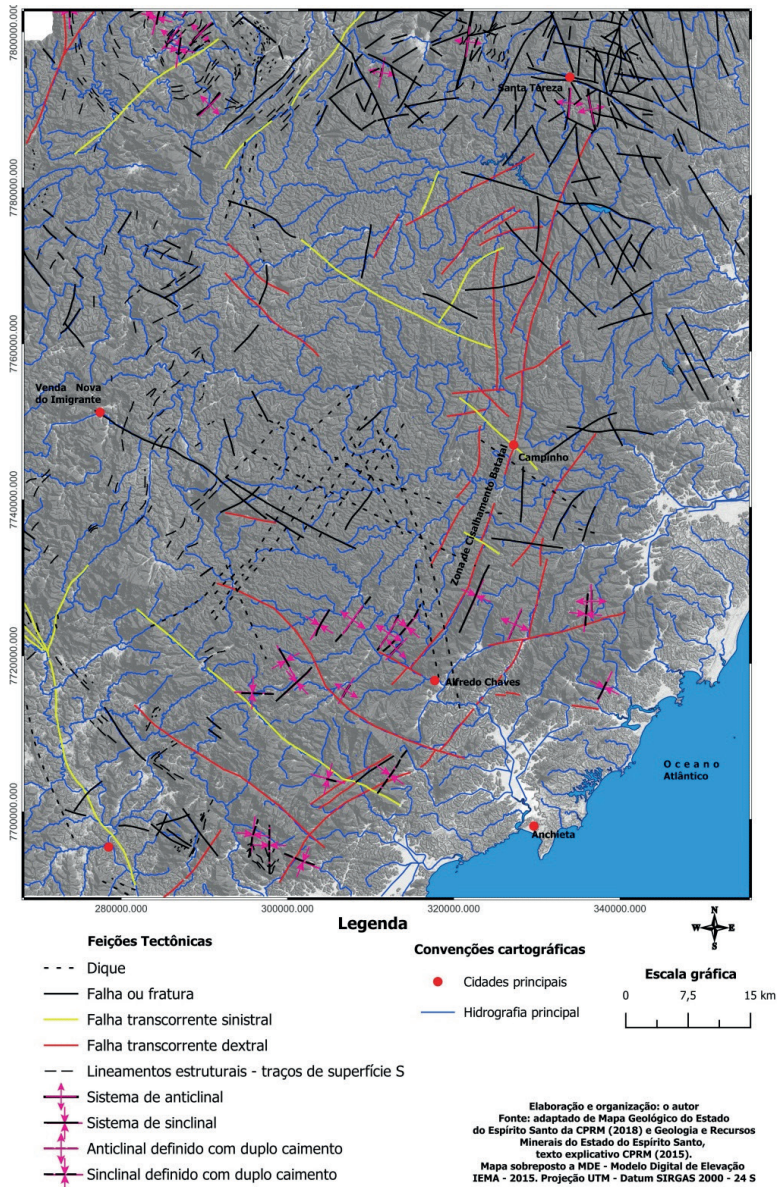


Fig. (06). Mapa tectônico do Planalto Atlântico Capixaba. Elaboração: o autor.

Sistemas de anticlinais e sinclinais ocorrem ao longo de toda a fachada leste do planalto, junto a falhas transcorrentes dextrais e sinistrais. Zonas de cisalhamento que possuem expressão regional cortam o planalto em todo o sentido N-S (FONSECA, et al. 2023).

Sistemas de falhas NW-SE cortam o planalto em diversos quadrantes. Uma falha de expressão regional, aqui denominada de Falha do Batatal e em zona de cisalhamento, ocorre no sentido N-S, saindo de Alfredo Chaves até as imediações de Santa Tereza, denominada de (VIEIRA; MENEZES, 2015).

Esses sistemas contribuem para uma relação compartimentação morfológica e tectônica que demarca as zonas de maior dissecação da superfície, sustentando formas de relevo escarpadas perfeitamente coincidentes com as falhas e eixos de dobras. De certa forma, chama atenção também, o sentido da drenagem E-W, cortando todas essas estruturas tectônicas, rompendo, em diversos setores, o nítido controle estrutural tectônico. Fato que levou Vervloet (2015) a defender a hipótese de que para tal processo ocorrer deveria haver num determinado período de tempo, o suprimento de carga do leito do tipo arenosa constante, para que os rios erodissem, por abrasão fluvial, a resistência das rochas.

Dobras de fundo e compartimentação geomorfológica do Planalto Atlântico Capixaba

Em termos de compartimentação geomorfológica o planalto capixaba possui características que vão ser parecidas com o que ocorre no Planalto do Karoo, ou seja, um peculiar escalonamento associado à maneira como se dispõe os sistemas de dobras, falhas e escarpas circundantes, condicionando fortemente os compartimentos de relevo.

Pelo mapa da fig. (07) é possível observar a principal província geomorfológica desse planalto, denominado aqui de Planalto Escalonado, segundo a metodologia de Grab e Knight (2015).

O caráter escalonado desse planalto é característico de um grande compartimento de relevo (fig. 08), sustentado por sistemas de Knickpoints que controlam a dissecação fluvial em todos os seus quadrantes. É circundado pelas Escarpas Contínuas e Fragmentadas, estando essa mais sujeita a erosão na fachada leste do planalto, ao passo que a outra possui maior solução de continuidade, na porção oeste e sul. Daí sua morfografia ser denominada de contínua, devido a sua peculiaridade marcante de possuir menores incisões fluviais, respondendo por maior uniformidade morfológica.

Trata-se, portanto, de um bloco rochoso resistente a erosão que é protegido pelos eixos de dobras e sistemas de falhas, atuantes no controle evolutivo dos knickpoints (VERVLOET, 2009; 2014; 2015; 2021).

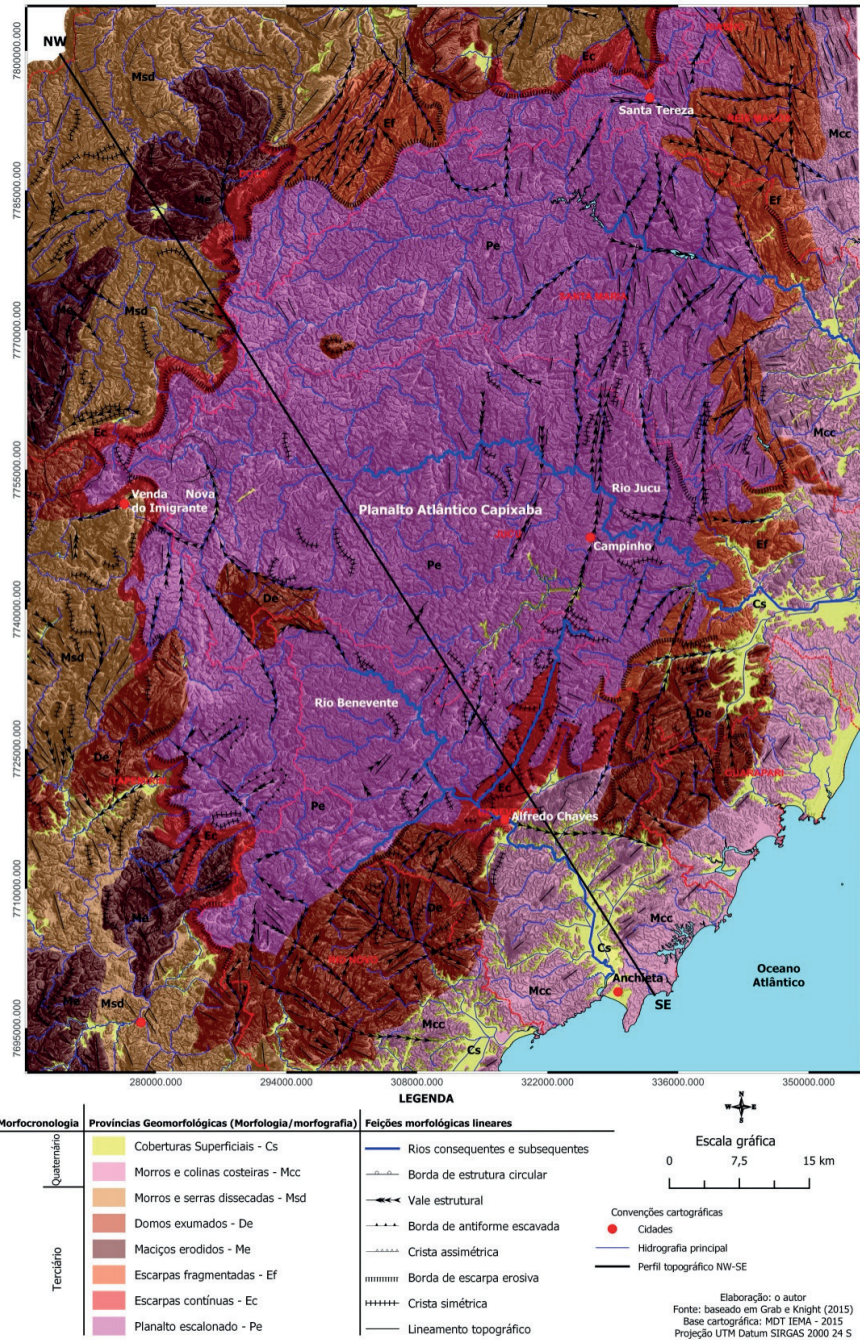


Fig. (07). Mapa de Provincias Geomorfológicas do Planalto Atlântico Capixaba. Elaboração: o autor.

Os níveis altimétricos são escalonados, estando o topo do planalto entre 800 e 1.000 metros de altitude, com desníveis relacionados a setores de vales rebaixados pela drenagem que não fica abaixo dos 800 metros. Em contrapartida, sua face leste é nitidamente compartimentada, com morros e colinas abaixo dos 200 metros de altitude, interpenetrada, em diversos setores, pelas planícies fluviomarinhas e costeiras.

Já na face oeste, os Morros e Serras Dissecadas situam-se entre altimetrias muito variadas, não sendo possível caracterizar uma uniformidade, embora no perfil topográfico é possível visualizar seu caráter também embutido, como ocorre com o Planalto do karoo, compartimentado entre as montanhas Swartberg e a grande escarpa sul africana.

De outro lado temos os compartimentos mais rebaixados tais como os Morros e Serras Dissecadas e os Maciços Erodidos, como terrenos em que a erosão vem atuando de forma mais intensa, onde as incisões fluviais dinamicamente foram mais pronunciadas.

Os grandes Domos Erodidos e os Morros e Colinas Costeiras completam o conjunto integrado de províncias geomorfológicas que caracterizam o Planalto Atlântico Capixaba, circundado toda a sua fachada leste, contribuindo pela sua grande expressão regional.

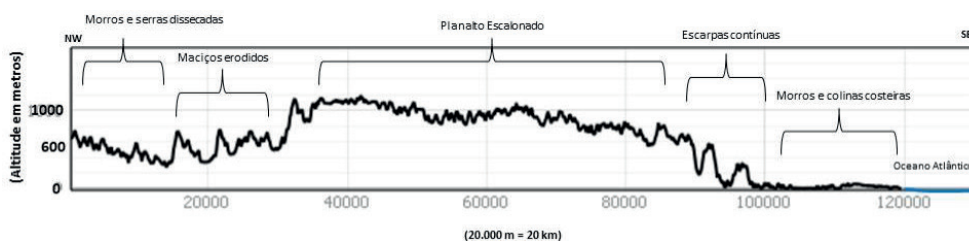


Fig. (08). Perfil topográfico NW-SE do Planalto Atlântico Capixaba. Localização vide fig. (07).
Elaboração: o autor.

São morfologicamente distintos, sendo os Domos Erodidos associados a suítes intrusivas de rochas graníticas, granodioríticas, sienograníticas de maior resistência aos processos erosivos diferenciais, ao passo que as colinas costeiras são sustentadas por rochas granodioríticas, charnockitos e, principalmente, sedimentos do Grupo Barreiras que ocorrem ao longo de quase todo o litoral, porém de forma irregular e expressivamente recortada.

DISCUSSÃO

Para compreendermos os processos geomórficos que respondem pela macro compartimentação do relevo nos planaltos em estudo, dois processos precisam ser discutidos: o seccionamento fluvial sobre estruturas ortogonais a direção dos canais fluviais e a incisão fluvial que controla os níveis de base do relevo (knickpoints).

Observando os mapas das figuras 04 e 07 é possível entender os principais

processos de seccionamento fluvial, levados a efeito pelos Rios Gourits, Groot e Olifants, na África do Sul, e Rio Benevente e Jucu, no Brasil. Estes rios seccionam estruturas dobradas dispostas no sentido totalmente ortogonal a direção dos canais, em marcante processo de consequência fluvial. São, neste sentido, canais do tipo consequente, nos trechos de secção e subsequente nos trechos em que estão encaixados sobre sistemas de falhas e/ou fraturas.

Entretanto, o mais importante são os setores onde é possível visualizar esses processos de seccionamento, como na fig. (09), pois são eles que irão condicionar os níveis de base regionais que determinarão o rebaixamento do relevo, junto a natureza das dobras que possuem forte relação com esse processo, pois são elas quem define graus distintos de resistência da incisão fluvial.

As províncias geomorfológicas evoluem na dependência direta da forma de dissecação das rochas sedimentares dobradas que oferecem níveis distintos de resistência à dissecação fluvial.

A rede de drenagem da bacia do Rio Gourits é o grande sistema que atua pelo esvaziamento das anticlinais e sinclinais das serras dobradas de Swartberg fig. (10).

Segundo Sklar e Dietrich (1998; 2001; 2004) o principal fator que determina a incisão fluvial, desde que não haja grandes modificações das variáveis hidráulicas (vazão, competência, capacidade e potência do escoamento), ao longo do tempo, é o suprimento de sedimentos para a carga do leito que precisa ser relativamente constante durante a vigência do processo de incisão fluvial. A carga do leito é quem responde pelos processos de abrasão fluvial devido ao atrito com o leito rochoso, sendo este o principal agente responsável pela incisão e independe do tipo de litologia do leito (SKLAR; DIETRICH, 2001).



Fig. (09). Na foto da esquerda, em segundo plano, o Cinturão de Dobras Cape – CDC, também denominado localmente de montanhas Swartberg, em setor rebaixado por seccionamento fluvial pronunciado, ocasionado por tributário do Rio Olifants, visada em direção a sul. Na foto inferior direita o local exato do seccionamento do sistema de dobras da foto esquerda, cortadas no sentido da drenagem e os knickpoints que controlam os níveis de base regionais. Visada para sul. Sete indica sentido do curso de água. Na foto superior direita, em primeiro plano, o imponente Planalto do karoo e, em segundo plano, a Grande Escarpa sul-africana. Para localização vide mapa da fig. (04). Fonte: fotos do autor.

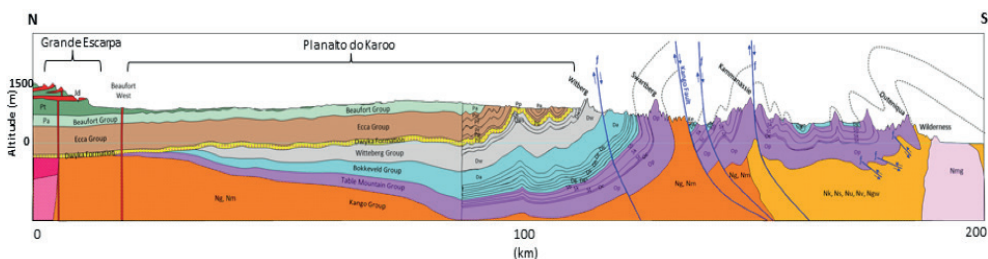


Fig. (10). Perfil geológico em seção transversal sobre a porção meridional da África do Sul. Localização vide fig. (01).

Fonte: Council for Geoscience (2008).

Esta constância do processo de seccionamento e incisão fluvial corrobora os estudos de Kounov et al. (2007) e Bierman et al. (2014), com relação a estabilidade tectônica da região, ou seja, a incisão fluvial dessas serras dobradas seria afetada caso não houvesse período de estabilidade climática e tectônica regional que respondesse por esse processo erosivo de rompimento das estruturas ortogonais ao canal.

A incisão fluvial é diretamente condicionada pela organização e distribuição espacial desses anticlinais e sinclinais, respondendo pela formação de superfícies interplanálticas embutidas que sustentam o caráter escalonado desses planaltos que tanto chamaram atenção de King (1967, 1972) e Patridge e Maud (1987).

No caso do Rio Benevente e Jucu os processos também são muito similares, pois se trata de canais fluviais que seccionam ortogonalmente as litoestruturas da zona de cisalhamento batatal e os eixos de dobras e sistemas de falhas ocorrentes de direção SO-NE ou NNE-SSO, fig. (10).

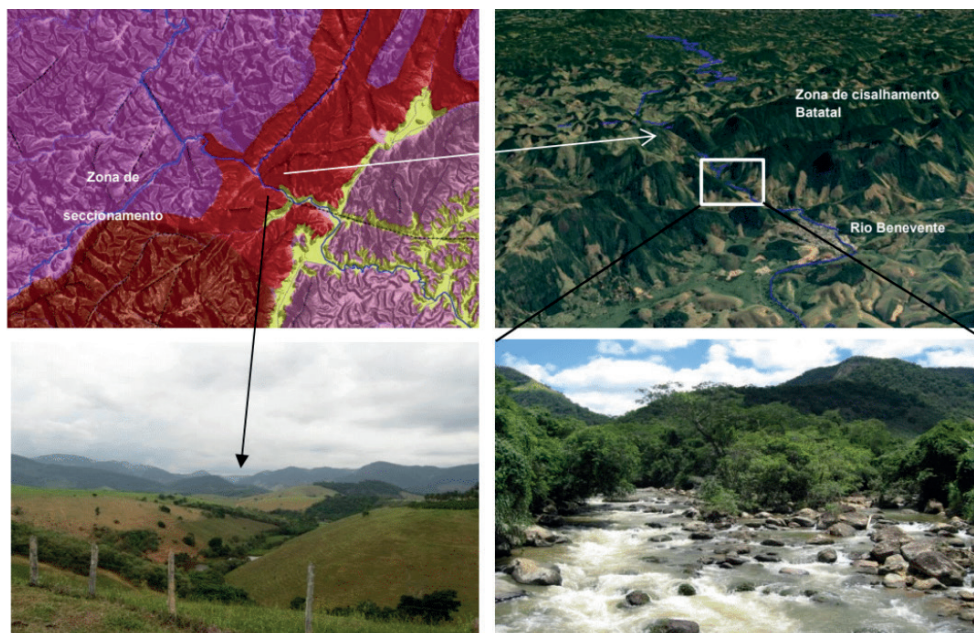


Fig. (10). O principal setor de seccionamento e incisão fluvial sobre sistemas de dobras da Zona de Cisalhamento Batatal ocasionado pelo Rio Benevente. Na imagem superior esquerda fragmento do mapa de províncias geomorfológicas da fig. 07; já a imagem superior direita foi extraída do 3D do Google Earth, com escarpas alinhadas. As fotos esquerda e direita ilustram este processo ao nível da paisagem e do canal fluvial do Benevente. Elaboração e fonte: o autor.

Neste caso, a incisão fluvial também é condicionada pelo flanco das dobras que, assim como ocorre no CDC, controla as taxas de resistência das rochas a abrasão fluvial, levada a efeito pelos canais fluviais. Neste contexto, observamos que tanto as dobras da fachada leste do Planalto Atlântico Capixaba, quanto as do CDC, condiciona os níveis de base da superfície controlando o rebaixamento desses planaltos.

Tanto a fachada atlântica do planalto capixaba quanto as montanhas do Cinturão de Dobras Cape vem sofrendo processos de recuo erosivo por essa drenagem subsequente ortogonal. No caso do Planalto do karoo elas vêm sendo erodidas mais lentamente do que os sedimentos menos resistentes dos depósitos do Supergrupo Karoo, ao norte. Neste

sentido, esse cinturão de dobras “irrompeu” da erosão da paisagem africana para formar as cordilheiras paralelas de montanhas que se estendem por 800 km ao longo da costa sul e sudoeste do Cabo. Na verdade, eles formam o litoral, ou se inclinam diretamente para o mar, ou são separados dele por uma planície costeira relativamente estreita, com colinas e morros bem setorizados e compartimentados.

No caso brasileiro, as escarpas leste do Planalto Atlântico Capixaba permanecem como os resíduos erosivos de maior resistência, protegidos por flancos e eixos de dobras dispostos ao longo de todos os quadrantes, sustentando o planalto do recuo erosivo que atinge essa região desde o final do Cretáceo e parece apresentar relativa estabilidade desde o final do Cenozóico.

CONCLUSÕES

Os planaltos do Karoo e Atlântico Capixaba se configuram como conjunto bem compartimentado de terras altas protegidas por sistemas de anticlinais e sinclinais da incisão fluvial. Nestes planaltos a drenagem fluvial tem se estabilizado após conseguir seccionar as litoestruturas menos resistentes do sistema de falhas e dobras, dispostas paralelamente ao sistema de drenagem.

Os níveis altimétricos de ambos os planaltos são similares, com os seus tetos situados entre 800 e 1.000 metros de altitude, caso do Brasil, e 600 a 900 metros, no caso africano. Ambos são protegidos da pronunciada dissecação fluvial por eixos de dobras profundas organizadas tectonicamente de forma ortogonal a drenagem que desagua diretamente no Oceano Atlântico e Índico. Os rios Gourits, Groot, Olifants, Benevente e Jucu são os principais canais que condicionam essa dissecação, estabelecendo graus sistemáticos de níveis de base sobre a qual os tributários se desenvolvem no processo de evolução.

Devido à escala macro de análise adotada neste trabalho o controle da superfície rochosa sobre a abrasão fluvial dos canais não pode ser diretamente associada aos flancos das dobras que controlam esses níveis de base, mas tal processo persiste de forma sistêmica em ambos os planaltos, podendo, tal tema, ser aprofundada em pesquisa posterior.

O método de investigação de Leopold e Langbein (1970) e a compartimentação geomorfológica de Grab e Knight (2015) aplicados neste trabalho se mostraram suficientemente adequados aos objetivos alcançados, junto aos procedimentos de cartografia geomorfológica, geológica, tectônica e trabalhos de campo realizados.

A compartimentação planáltica da porção meridional da África do Sul e da fachada atlântica capixaba do Planalto Brasileiro possuem similaridades geomórficas e morfográficas fortemente associadas a uma interpretação baseada na associação relevo-litoestrutura-hidrogeomorfologia. Atestamos que com essa associação fica mais fácil a compreensão

da cénidade geomorfológica tão peculiar a esses dois expressivos planaltos separados geograficamente.

REFERÊNCIAS

AB'SÁBER, A. N. **O relevo brasileiro e seus problemas**. In: AZEVEDO, A. (Org.). **Brasil, a Terra e o Homem: as bases físicas**. São Paulo: Editora Nacional, vol. 1, 1964, p. 135-250.

AB'SÁBER, A. N. **Megageomorfologia do Território Brasileiro**. In: CUNHA, S. B.; GUERRA, A. J. T. (Org.). **Geomorfologia do Brasil**. 2ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p. 71-106.

ALMEIDA, F. F. M. **Os Fundamentos Geológicos**. In: AZEVEDO, A. (Org.). **Brasil, a Terra e o Homem: as bases físicas**. São Paulo: Editora Nacional, vol. 1, 1964, p. 55-133.

ALMEIDA, F. F. M. **O cráton do São Francisco**. Revista Brasileira de Geociências, 7(4): 349-364, 1977.

ALMEIDA, F. F. M. **O cráton do Paramirim e suas relações com o do São Francisco**. SBG, Simpósio sobre o cráton do São Francisco e suas faixas marginais. Salvador: anais, p. 1-10, 1981.

BIERMAN, P. R.; COPPERSMITH, R.; HANSON, K.; NEVELING, J.; PORTENGA, E. W.; ROOD, D. H. **A cosmogenic view of erosion, relief generation, and the age of faulting in southern Africa**. The Geologic Society of America, GSA Today, v. 24, nº 9, september, 2014. Doi: 10.1130/GSATG206A.1.

BOOTH, P. W. K. **Thrust faults and fold vergence in the Palaeozoic middle and upper Witterberg Group, Cape Supergroup (Cape Fold Belt), Steytlerville: an interpretation of their relationship**. South African Journal of Geology, Johannesburg, vol. 105, p. 25-38, 2002,

BOOTH, P. W. K. **Stratigraphic, structural and tectonic enigmas associated with the Cape Fold Belt: challenges for future research**. South African Journal of Geology, Johannesburg, v. 114.3-4, p. 235-248, 2011. Doi:10.2113/gssajg.114.3-4.235

BORDY, E. M.; HEAD, H.; RUNDS, M. J. **Palaeoenvironment and provenance in the early Cape Basin of southwest Gondwana: sedimentology of the Lower Ordovician Piekenierskloof Formation, Cape Supergroup, South Africa**. South African Journal of Geology, Johannesburg, vol. 119.2 p. 399-414, 2016. Doi:10.2113/gssajg.119.2.399

BRÄUER, B.; RYBERG, T.; LINDEQUE, A. S. **Shallow seismic velocity structure of the Karoo Basin, South Africa**. South African Journal of Geology, Johannesburg, v. 110, p. 439-448, 2007. Doi: 10.2113/gssajg.110.2-3.439

BRITO-NEVES, B. B. de. **América do Sul: quatro fusões, quatro fissões e o processo acrecionário andino**. Revista Brasileira de Geociências, 29(3): 379-392, 1999.

CAXITO, F. A.; HARTMANN, L. A.; HEILBRON, M.; PEDROSA-SOARES, A. C.; BRUNO, H.; BASEI, M. A. S.; CHEMALE, F. **Multi-proxy evidence for subduction of the Neoproterozoic Adamastor Ocean and Wilson cycle tectonics in the South Atlantic Brasiliano Orogenic System of Western Gondwana**. Precambrian Research, 376, (2022), 106678. doi.org/10.1016/j.precamres.2022.106678

CAVALCANTE, C.; FOSSEN, H.; ALMEIDA, R. P.; HOLLANDA, M. H. B. M.; SILVA, M. E. **Reviewing the puzzling intracontinental termination of the Araçuaí-West Congo orogenic belt and its implications for orogenic development.** *Precambrian Research*, 322, p. 85–99, 2019. Doi: [org/10.1016/j.precamres.2018.12.025](https://doi.org/10.1016/j.precamres.2018.12.025)

CLOETINGH, S., LANKREIJER, A., DE WIT, M.J., MARTINEZ, I., **Subsidence history analysis and forward modelling of the Cape and Karoo supergroups.** In: WIT, M.J.; RANSOME, I.G.D. (Eds.). **Inversion Tectonics of the Cape Fold Belt, Karoo and Cretaceous Basins of Southern Africa.** Rotterdam: A.A. Balkema, 1992, pp. 239–248.

CONDIE, K.C. **Plate tectonics and Crustal Evolution.** London: Pergamon Press, Oxford, 1982.

COUNCIL FOR GEOSCIENCE. **Simplified Geological Map of the Republic of South Africa and the kingdoms of Lesotho and Swaziland.** Conselho para Geociências da África do Sul, 2008. Disponível em <http://www.geoscience.org.za/> Acesso em junho de 2023.

FAGERENG, A. **A note on folding mechanisms in the Cape Fold Belt, South Africa.** *South African Journal of Geology*, Johannesburg, vol. 115.2 p. 137-144, 2012. Doi:10.2n3/gssajg.115.2.137

FINDLAY III, C. P. **Influence of the Gondwanide Magmatic Arc and Cape Fold Belt on the Karoo Basin - South Africa.** Graduate Theses, Dissertations, and Problem Reports, 5597, West Virginia University, Virginia, USA, 2016. Disponível em <https://researchrepository.wvu.edu/etd/5597> Acesso em junho de 2023.

FONSECA, A.; NOVO, T.; FONTES-BOA, T.; KUCHENBECKER, M.; FRAGOSO, D. G. C.; PEIFER, D.; PEDROSA-SOARES, A. C.; GRAVE, J. **Control of inherited structural fabric on the development and exhumation of passive margins – Insights from the Araçuaí Orogen (Brazil).** *Geoscience Frontiers*, 14, 2023, 101628. Doi.org/10.1016/j.gsf.2023.101628

FOSSEN, H.; CAVALCANTE, C.; KONOPÁSEK, J.; MEIRA, V.T.; DE ALMEIDA, R. P.; HOLLANDA, M.H.B.M.; TROMPETTE, R. **A critical discussion of the subduction-collision model for the Neoproterozoic AraçuaíWest Congo orogen.** *Precambrian Research*, 2020, doi: <https://doi.org/10.1016/j.precamres.2020.105715>

FOSSEN, H., CAVALCANTE, G. C.; DE ALMEIDA, R. P. **Hot versus cold orogenic behavior: Comparing the Araçuaí-West Congo and the Caledonian orogens.** *Tectonics*, 36, 2017, p. 2159–2178. Doi.org/10.1002/2017TC004743

FRISCH, W.; MESCHEDÉ, M.; BLAKEY, R. **Plate Tectonics - Continental Drift and Mountain Building.** Berlin: Springer-Verlag, Heidelberg, 2011.

GRAB, S.; KNIGHT, J. **Landscapes and Landforms of South Africa—An Overview.** In: GRAB, S.; KNIGHT, J. (ed.). **World Geomorphological Landscapes.** Switzerland: Springer International Publishing, 2015, p. 01-09. DOI 10.1007/978-3-319-03560-4_1

GREEN, P.F.; SWART, R.; JACOB, J.; WARD, J.; BLUCK, B. **Thermochronology and landscape development of southern Africa.** PESGB/HGS, Africa Meeting, London, extended abstract, 2009.

GREEN, P. F.; DUDDY, I. R.; JAPSEN, P.; BONOW, J. M.; MALAN, J. A. **Post-breakup burial and exhumation of the Southern margin of Africa.** *Basin Research*, 29, p. 96–127, 2017. Doi: 10.1111/bre.12167

- HACK, J. *Drainage Adjustment in the Appalachians*. IN: MORISAWA, M. (ed.). **Fluvial Geomorphology**. A Proceedings Volume of the Fourth Annual Geomorphology Symposia Series held at Binghamton, New York, 1973, p. 51-69.
- HÄLBICH, I. W.; BEER, J. H.; DU PLESSIS, A.; DÜRRHEIM, R. J.; MAHER, M. J.; PITTS, B. E.; SMITH, G. *The Cape Fold Belt – Agulhas Bank Transect Across the Gondwana Suture in Southern Africa*. Global Science Transect 9, Washington: American Geophysical Union & Inter-union Commission on the Lithosphere, USA, 1993.
- HASUY, Y.; SENA COSTA, J. B. *Zonas e cinturões de cisalhamento*. Belém: UFPA, 1990, 144 p.
- HASUY, Y.; CARNEIRO, C. D. R.; ALMEIDA, F. F. M.; BARTORELLI, A. (Org.). *Geologia do Brasil*. São Paulo: Beca, 2012.
- HEILBRON, M. et al. *Província Mantiqueira*. In: MANTESSO-NETO, V. et al. (org.). *Geologia do Continente Sul-Americano: evolução da obra de Fernando Flávio Marques de Almeida*. Beca: São Paulo. Cap. XIII, p. 203-235, 2004.
- HEILBRON, M.; DE MORISSON VALERIANO, C. *Comment on “Tectono metamorphic evolution of the Central Ribeira Belt, Brazil: A case of Late Neoproterozoic intracontinental orogeny and flow of partially molten deep crust during the assembly of West Gondwana” by Meira et al.*. Tectonics, 39, (2020), e2019TC005897. Doi.org/ 10.1029/2019TC005897
- JOHNSON, M.R.; ANHAESSEUR, C.R.; THOMAS, R.J. *The Geology of South Africa*. Pretoria: Council for Geoscience of the South Africa, 2009.
- KARNIOL, T.; MACHADO, R. *Fluxo tectônico subparalelo ao Cinturão Ribeira no sul do Espírito Santo: análise das estruturas na seção Marechal Floriano-Ibatiba*. Revista Brasileira de Geociências, São Paulo, 40 (4): 455-467, dezembro de 2010.
- KEAREY, P.; KLEPEIS, K. A.; VINE, F. J. *Tectônica Global*. Tradução de Daniel Fragoço Godoy e Peter Christian Hackspacher, 3ª ed., Porto Alegre: Bookman, 2014.
- KILLINCK, A. M. *The geological structure of the Muizenberg Block, Cape Peninsula, South Africa*. South African Journal of Geology, Johannesburg, v. 119.4, p. 677-690, 2016. Doi:10.2113/gssajg.119.4.677
- KING, L. *Morphology of the Earth*. London: Oliver and Boyd, 1962, 699 p.
- KING, L.C. *South African Scenery*. 2ª ed. Edinburgh: Oliver and Boyd, 379 p., 1951.
- KING, L.C. *The Morphology of the Earth*. 2ª ed. Edinburgh: Oliver and Boyd, 1967.
- KING, L.C. *The Natal Monocline: Explaining the Origin and Scenery of Natal, South Africa*. Geology Department, University of Natal, Durban, report, 134 pp., 1972.
- KOUNOV, A.; NIEDERMANN, S.; WIT, M. J.; VIOLA, G.; ANDREOLI, M.; ERZINGER, J. *Present denudation rates at selected sections of the South African escarpment and the elevated continental interior based on cosmogenic ³He and ²¹Ne*. South African Journal of Geology, Johannesburg, v. 110, p. 235-248, 2007. Doi:10.2113/gssajg.110.2-3.23

LEOPOLD, L. B.; LANGBEIN, W. B. **Asociación e Indeterminación en Geomorfología**. IN: ALBRITTON, C. C. J. (ed.). **Filosofia de La Geología**. Companhia Editorial Continental S. A. México, Argentina, Espanã, Chile, 1970.

MARÉ, L. P.; KOCK, M. O.; CAIRNCROSS, B.; MOURI, H. **Application of magnetic geothermometers in sedimentary basins: an example from the western karoo Basin, South Africa**. South African Journal of Geology, Johannesburg, volume 117.1 p. 1-14, 2014. Doi:10.2113/gssaj.117.1.1

MEIRA, V. T., GARCIA-CASCO, A., HYPPOLITO, T., JULIANI, C., & SCHORSCHER, J. H. D. **Tectono-metamorphic evolution of the Central Ribeira Belt, Brazil: A case of late Neoproterozoic intracontinental orogeny and flow of partially molten deep crust during the assembly of West Gondwana**. Tectonics, 38, p. 3182–3209, 2019. Doi.org/10.1029/2018TC004959

MEIRA, V. T.; GARCIA-CASCO, A.; HYPPOLITO, T.; JULIANI, C.; SCHORSCHER, J. H. D. **Reply to comment by Heilbron and Valeriano on “Tectono metamorphic evolution of the Central Ribeira Belt, Brazil: A case of late Neoproterozoic intracontinental orogeny and flow of partially molten deep crust during the assembly of West Gondwana”**. Tectonics, 39, (2020), e2020TC006307. Doi.org/10.1029/2020TC006307

NADALIN, R. J.; NADALIN, L. F. **Construindo e interpretando mapas geológicos**. In: NADALIN, R. J. (Ed.). **Tópicos Especiais em Cartografia Geológica**. 2ª ed., Curitiba: Departamento de Geologia, UFPR, 2016, p. 335-372.

NEWTON, A.R.; SHONE, R.W.; BOOTH, P.W.K. (2009). **The cape fold belt**. In: SON, M. R. J.; ANHAESSEUR, C.R.; THOMAS R.J. (Eds.). **The Geology of South Africa**. Pretoria: Council for Geoscience, chapter 24, 2009, pp. 521– 530.

OLDKNOW, C. J.; HOOKE, J. M. **Alluvial terrace development and changing landscape connectivity in the Great Karoo, South Africa. Insights from the Wilgerbosch River catchment, Sneeuwberg**. Geomorphology, 288, p. 12-38, 2017. Doi.org/10.1016/j.geomorph.2017.03.009

OLLIER, C. D.; MARKER, M. E. **The great escarpment of Southern Africa**. Z. Geomorph. Suppl., 54, p. 37-56, 1985.

OLSEN, K. H. **Continental rifts: evolution, structure, tectonics**. Publication N° 264 of the International Lithosphere Program, ELSEVIER, Amsterdam, Lausanne, New York, Oxford, Shannon, Tokyo 1995.

PATON, D.A.; UNDERHILL, J.R. **Role of crustal anisotropy in modifying the structural and sedimentological evolution of extensional basins: the Gamtoos Basin, South Africa**. Basin Research, 16, 2004, p. 339–359.

PARTRIDGE, T.C.; MAUD, R.R. **Geomorphic evolution of southern Africa since the Mesozoic**. South African Journal Geology, Johannesburg, 90, p. 179–208, 1987.

PEDROSA-SOARES, A. C.; NOCE, C. M.; WIEDEMANN, C. M.; PINTO, C. P. **The Araçuaí-West-Congo Orogen in Brazil: an overview of a confined orogen formed during Gondwanaland assembly**. Precambrian Research, 110, p. 307–323, 2001.

PEDROSA-SOARES, A. C.; DELUCA, C.; ARAUJO, C. S.; GRADIM, C.; LANA, C. DE C.; DUSSIN, I.; SILVA, L. C.; BABINSKI, M. **O Orógeno Araçuaí à luz da geocronologia: um tributo a Umberto Cordani**. In: BARTORELLI, A.; TEIXEIRA, W.; BRITO-NEVES, B. B. (Org.). **Geocronologia e evolução tectônica do Continente Sul-Americano: a contribuição de Umberto Giuseppe Cordani**. São Paulo: Solaris Edições Culturais, 2020, pp. 250-272.

RICHTER, F.; LANA, C.; STEVENS, G.; BUICK, I.; PEDROSA-SOARES, A. C.; ALKMIM, F. F.; CUTTS, K. **Sedimentation, metamorphism and granite generation in a back-arc region: Records from the Ediacaran Nova Venécia Complex (Araçuaí Orogen, Southeastern Brazil)**. *Precambrian Research*, 272, p. 78–100, 2016. Doi.org/10.1016/j.precamres.2015.10.012

SKLAR, L.; DIETRICH, W. E. **River longitudinal profiles and bedrock incision models: stream power and the influence of sediment supply**. In: TINKLER, K. J.; WOHL, E. E. **Rivers over rock: fluvial processes in bedrock channels**. American Geophysical Union: Washington, DC, 1998, p. 237-260, (geophysical monograph 107).

SKLAR, L.; DIETRICH, W. E. **Sediment and rock strength controls on river incision into bedrock**. *Geology*, v. 29, nº 12, p. 1087 – 1090, 2001.

SKLAR, L.; DIETRICH, W. E. **A mechanistic model for river incision into bedrock by saltating bed load**. *Water Resources Research*; v. 40, nº 6, 2004.

SUMMERFIELD, M. **Global Geomorphology – An introduction to the study of landforms**. New York, USA: Routledge, 2013.

TANKARD, A. J.; JACKSON, M. P. A.; ERIKSSON, K. A.; HOBDA, D. K.; HUNTER, D. R.; MINTER, W. E. L. **Crustal Evolution of Southern Africa**. Berlin: Springer, 1982.

TANKARD, A.; WELSINK, H.; AUKES, P.; NEWTON, R.; STETTLER, E. **Tectonic evolution of the Cape and Karoo basins of South Africa**. *Marine and Petroleum Geology*, Amsterdã, 26, p. 1379–1412, 2009.

VAUCHEZ, A.; EGYDIO-SILVA, M.; BABINSKY, M.; TOMMASI, A.; UHLEIN, A.; LIU, D. **Deformation of a pervasively molten middle crust: insights from the neoproterozoic Ribeira-Araçuaí orogen (SE Brazil)**. *Terra Nova*, 19, 278–286, 2007.

VERVLOET, R. J. H. M. **Condicionantes morfológicos e estruturais na dinâmica fluvial da bacia hidrográfica do Rio Benevente – Espírito Santo**. 2009, 481 f. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Geografia Física, FFLCH, USP, São Paulo, 2009.

VERVLOET, R. J. H. M. **Associação entre fatos geomórficos e os dobramentos de fundo na evolução de uma rede de drenagem na margem atlântica do Planalto Brasileiro: o caso da bacia hidrográfica do Rio Benevente – ES**. *Revista GEOUSP Espaço e Tempo*, 2013. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2013.75446

VERVLOET, R. J. H. M. **O papel das estruturas litológicas e tectônicas na evolução da rede hidrográfica da Região Serrana do Espírito Santo: o caso da bacia hidrográfica do Rio Benevente**. Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Geografia Física – FFLCH/USP, São Paulo, 2014, 313 p.

VERVLOET, R. J. H. M. **Elementos de Geomorfologia Estrutural – Estudo aplicado a Região Serrana do Espírito Santo**. 1ª edição, Vitória: Editora Liro, 2015.

VERVLOET, R. J. H. M.; CAMPOS, F. L. ***Dobras de fundo e geomorfologia estrutural na evolução do relevo em margem Atlântica do Planalto Brasileiro: o caso da bacia hidrográfica do Rio Benevente – ES.*** Anais do XIII Simpósio Nacional de Geomorfologia, UFJF, Juiz de Fora, 2021.

VIEIRA, V. S.; MENEZES, R. G. (org.). ***Geologia e Recursos Minerais do Estado do Espírito Santo: texto explicativo do mapa geológico e de recursos minerais.*** Belo Horizonte: CPRM, 2015.

VILJOEN, M. J.; REIMOLD, W. U. ***An Introduction to South Africa's Geological and Mining Heritage.*** Randburg: Mintek & Geological Soc. da África do Sul, 1999.

YAGUAJAY: EL VALLE COSTERO DE LOS INGENIOS: UNA ZONA ARQUEOLÓGICA HISTÓRICA Y UN ATRIBUTO MÁS DE LA RESERVA BUENAVISTA, CUBA

Data de aceite: 01/12/2023

José Eusebio Chirino Camacho

Investigador Agregado del Centro de Servicios Ambientales de Sancti Spíritus (CITMA) Yaguajay, Sancti Spiritus, Cuba

Leonardo Cruz Quiñones

Director General del Centro de Servicios Ambientales de Sancti Spíritus (CITMA), Yaguajay, Sancti Spiritus, Cuba

Adilson Tadeu Basquerote

Universidad para el Desarrollo del Alto Valle do Itajaí (UNIDAVI), Santa Catarina, Brasil.

Eduardo Pimentel Menezes

Universidad Estatal del Río de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, Brasil

RESUMEN: Hasta hoy, no se ha sacado a la luz científica, el tema relacionado con el desarrollo azucarero en Yaguajay, provincia de Sancti Spíritus, Cuba, durante la colonia. La región catalogada por José E. Chirino Camacho con una ponencia sobre la Ruta del Esclavo en la Casa del África en 1914, como: Valle Costero de Los Ingenios; con el fin de que esta, al estar en Yaguajay no se confundiera nunca con el Valle de Los Ingenios de Trinidad. Ambas zonas, en la

actual provincia de Sancti Spíritus, al norte y sur respectivamente. Desde 1645, que se reporta el primer trapiche en las Sabanas de Camaján y a lo largo de toda la época de la colonia hasta la centralización de esta industria se disgregaron por el Valle 15 ingenios. Testigos constructivos se encuentran todavía, aunque no todos con calidad. Luego de una gran prospección de campo y análisis bibliográfico sobre el tema se comprobó la presencia de restos de los Ingenios Encarnación, Santa Catalina, Océano, Soberano, Belencita, Claudio, Lusiana, Urbasa y Roque, este último el que más al extremo este se localiza, en la zona de Mayajigua. Con esta presentación se comienza por el Gabinete de Arqueología del CSASS, CITMA, un trabajo directo sobre esta Industria Colonial, con el fin de mostrar la importancia de tal región en el desarrollo histórico del propio territorio. Una cualidad más, es que El Valle Costero de Los Ingenios se encuentra en la actual Reserva de La Biosfera Buenavista.

INTRODUCCIÓN

Entre los privilegios que pudo tener la presencia aborigen en Yaguajay actual núcleo principal de la Reserva Buenavista

lo permitió el hecho de que, geográficamente la Bahía Buenavista posee tres cayerías, presentadas en el Cuadro 1.

Cayeras	Nombre de las Cayerías
La de Afuera:	Cayo Frágoso, francés, Las Brujas, Ensenacho, Santa María, Los Caimanes.
La Cayería del Medio:	Los llamados cayos de la Herradura (un sub archipiélago de muchas islas pequeñas, la mayoría de manglar con excepción de Cayo Pueblo Viejo.
El grupo Insular Los Cayos de Piedra,	Aguada, Lucas, Salina, Fábrica, Cueva, Ají Grande, Ají Chico, Eremita, Obispo, Caguanes y Palma.

Cuadro 1- Cayerías de la Bahía Buenavista

Fuente: Datos de la pesquía (2023).

Tal privilegio que fue lo que permitió que, en el bojeo a Cuba, Sebastián de Ocampo observara la primera costa desconociendo las otras “tres costas interiores” para llegar a tierra firme; eso hizo que se desconociera la presencia aborigen en esas áreas hasta 1703 que se habla de ellos en el acta del Ayuntamiento de Remedios:

El Cabildo de este día trató del buen abasto de carne y casabe que siempre debe haber en La Villa y de que unos indios que habitan los cayos [...] bárbaros y que no se tiene dominio de ellos ninguna justicia de la Isla por la misma razón referida, los cuales o son y han sido de mucha utilidad para esta república así en los bastimentos (abastecimientos) [...] (FORTÚN; FOYO, 1930, p. 75).

Por la misma razón y lo bajo de los fondos y sin posibilidad de buenos puertos, también el proceso de colonización y poblamiento iberoamericano demoró en la región, aun hasta varios años después de la fundación de la Villa de San Juan de Los Remedios. Veamos que dice Fortún (CHIRINO, BASQUEROTE, MENEZES, 2020b, p. 65696):

Realizada la conquista, pasaron estos terrenos a manos del Capitán Diego de la Coloma, que las poseyó a nombre de la corona española. Estaban dedicadas a la crianza de ganado, a punto de suministrar abundante carne para la Florida y las Flotas del Rey. También se cultivó en ellos en esa época la caña de azúcar que se molía en un pequeño ingenio, cuyos restos existían en la Sabana de Camaján en 1645 [...].

Como puede verse el asentamiento de pobladores españoles se produjo muy tardío en relación con el poblamiento de las Villas de Trinidad y Sancti Spiritus. Pero, como se ha podido comprobar la producción de azúcar comenzó muy temprano y con ello el desarrollo del territorio que ocupa el actual Valle Costero de Los Ingenios de Yaguajay. El cuadro 2, destaca los objetivos de la pesquía.

OBJETIVOS
Objetivo general
Situar por primera vez en los caminos de la investigación científica el potencial arqueológico histórico que se presenta en el actual Valle Costero de los Ingenios en Yaguajay. Destacando su importancia como un atributo más de la actual Reserva de la Biosfera Buenavista.
Objetivos Específicos
Mostrar el proceso de investigación de campo y documentación histórica que ha dado lugar al encuentro de la ciencia con este potencial aparentemente perdido.
Presentar el mapa y censo de ese potencial como elemento fundamental para el comienzo de nuevos proyectos investigativos más profundos en esa zona arqueológica industrial. El significado histórico y la influencia de tales procesos industriales en la actual situación demográfica de Yaguajay: sus tradiciones, presencia de generaciones nuevas de aquellos esclavos, entre otros.
Algunas propuestas de cómo se podría incorporar este potencial como producto turístico dentro de la Reserva de la Biosfera Buenavista con incidencia en el Desarrollo local de Yaguajay, como municipio.

Cuadro 2- Objetivos de la pesquisa.

Fuente: Preparado por los autores (2023).

DESARROLLO DE LA INVESTIGACIÓN

A partir del uso de documentos geográficos se lograron los siguientes datos:

Características físico-geográficas: El Municipio Yaguajay, está ubicado al norte de la provincia de Sancti Spíritus en los 22° 19' latitud N y los 79° 14' longitud W; tiene una extensión de 1519.32 km², de ellos 13.72 km², lo constituyen los cayos, 460.69 km² de área marina y 1044.91 km² son de tierra firme. Limita al norte con La Bahía de Buena Vista, al este con la Provincia de Ciego de Ávila, al oeste con la provincia de Villa Clara y al sur con los municipios de Cabaiguán, Taguasco y Jatibonico. El municipio forma parte del Ecosistema Sabana – Camagüey (CHIRINO, BASQUEROTE, MENEZES, 2020a).

Factores Naturales: En el territorio, impera un clima tropical húmedo por su carácter costero y de alturas; predominan las precipitaciones anuales, regularmente, con un promedio alto. Por su condición boscosa, llueve en abundancia; y, en época de los aborígenes, debió ser más húmedo. Según el Nuevo Atlas Nacional de Cuba (Inst. Geografía, 1989: mapa no. 5 de Horas de sol anuales), los días despejados para Yaguajay corresponden a los meses de marzo y abril; para el resto del año, predominan los días parcialmente nublados, los que alcanzan su máxima expresión en junio y septiembre (CHIRINO, BASQUEROTE, MENEZES, 2020a).

Por otro lado, los vientos predominan del NE, aunque en marzo y abril azotan desde el S. Al valorar la circulación atmosférica, se aprecia que el territorio ha sido azotado, desde 1875 hasta 2017, por veintinueve ciclones, con una mayor incidencia en los meses de septiembre y octubre (se ha tomado más de un siglo como datos de referencia)¹, lo cual nos indica que este tipo de fenómeno natural debió afectar con mayor frecuencia el territorio en épocas anteriores a la señalada (CHIRINO, BASQUEROTE, MENEZES, 2020a).

¹ Dato extraído del Estudio Geográfico Integral del Municipio de Yaguajay T-II (Colectivo de Autores: 1994, p. 37) aportados por la Estación Meteorológica de Caibarién, con la adición del Huracán Irma en 2017, el que con categoría cinco ha sido hasta hoy el que más ha dañado el entorno geográfico municipal.

Distribución de las diferentes zonas geográficas del territorio: Yaguajay, posee la característica especial de ser el único municipio del país que ocupa toda la costa norte de una provincia. Presenta varias regiones naturales bien definidas, distribuidas sublatitudinalmente con relación a la estructura geológica.

1- Al norte, en la bahía de Buena Vista encontramos Los Cayos de Piedra, los que poseen grandes valores ecológicos y paisajísticos de origen cársico con muy buena vegetación y fauna y más de noventa cuevas y abrigos rocosos(CHIRINO, BASQUEROTE, MENEZES, 2020a).

2- Al sur de la línea costera, aparece la llanura Corralillo-Chambas donde existe intrusión salina y peligro de inundación en zonas muy bajas. En la parte más al sur de esta llanura, aparecen suelos de gran calidad para la agricultura que debieron ser muy boscosos antes de la conquista. Esa zona es la que se ha nombrado Valle Costero de Los Ingenios (figura 1). Desde la primera mitad el Siglo XVII fue utilizada inteligentemente para el desarrollo agrícola azucarero por los colonialistas, producciones que se extendieron hasta la época moderna, desapareciendo la industria en los primeros años del Siglo XXI (CHIRINO, BASQUEROTE, MENEZES, 2020a).



Figura 1- Mapa del Valle Costero de Los Ingenios en el Municipio de Yaguajay.

Fuente: Datos de la pesquisa (2023).

3- En el centro del municipio, se extienden de NW a SE las alturas calcáreas de Bamburanao-Meneses y Cueto- Jatibonico con una elevación máxima de 336 m s.n.m. Mas de 30 ríos y arroyos bajan con sus aguas desde estas alturas hacia el Valle Costero (CHIRINO, BASQUEROTE, MENEZES, 2020b).

4- Al sur de la misma está la porción ondulada y diseccionada de la llanura Cabaiguán-Jatibonico que es surcada en el extremo SE del territorio por el río Jatibonico del Norte. La Llanura Costera se extiende por más de 60 km paralela a la vertiente norte de las sierras de Bamburanao, Meneses-Cueto, Matahambre y Jatibonico. Muy plana, se sumerge en la costa baja acumulativa en la que se forman grandes humedales y lagunas costeras muy ricas en especies de aves; la costa debió tener gran importancia en la vida económica de las comunidades aborígenes y más tarde a los colonizadores. En la actualidad es muy rica en especies de la flora y la fauna. Toda la Llanura ocupa más de 520 km², pero, las tierras fértiles de esta: El Valle Costero de Los Ingenios que es la parte más al extremo sur de este entorno, posee una extensión 313.45 km² aproximadamente (CHIRINO, BASQUEROTE, MENEZES, 2020b). La figura 2, presenta la reserva de la Biosfera de Buenavista y el Valle Costero de los ingenios.

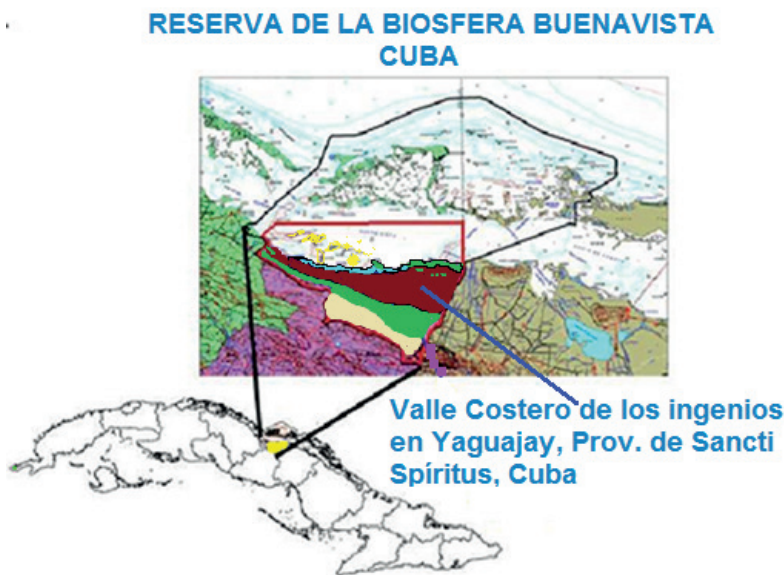


Figura 2- reserva de la Biosfera de Buenavista y el Valle Costero de los ingenios.

Fuente: Datos de la Pesquisa (2023).

Se trabajó en los archivos del Museo Municipal de Yaguajay y Archivo de Remedios en busca de toda bibliografía que aportara datos sobre todo lo relacionado con la industria azucarera desde el Siglo XVII hasta 1920. Incluyendo la Monografía de Bello (Herminio Bello Escobar Historiador de Yaguajay desde la década del 40 hasta 1984). Por otra parte, sirvieron de base bibliográficas y como referencias geográficas los análisis de las Cartas de Vives y otros mapas geodésicos de GEOCUBA para el territorio, así como el Estudio Geográfico Integral del Municipio de Yaguajay, norte de la provincia de Sancti Spíritus, Cuba. (1994) y el Libro Historia Local de Yaguajay (COLECTIVO DE AUTORES, 2009).

Pero, lo que más datos arrojó fueron las prospecciones de campo y los testimonios de habitantes más viejos de los diferentes lugares, con los que pudimos descubrir hasta aquellas locaciones perdidas en los entornos geográficos de las zonas en las que, apenas queda restos y huellas de ingenios de los que los elementos arquitectónicos habían desaparecido (CHIRINO, BASQUEROTE, MENEZES, 2020a).

Las diferentes prospecciones de campo permitieron encontrar las evidencias de los siguientes ingenios: Lusiana, Aurora, Camaján, Urbasa, Roque, Claudio, Santa Catalina y Encarnación (Figura 3) (de los dos últimos quedan restos de la casa de vivienda y el Barracón de Cartaya respectivamente.) y comprobar que los ingenios Rosa María, el Belencita y Noriega quedaron bajo las nuevas estructuras de los centrales.



Figura 3- Barracón de Cartaya, lo que queda del Ingenio Encarnación.

Fuente: Datos de la pesquisa (2023).

Nela, Narcisa y Vitoria respectivamente quedando del penúltimo la torre de ladrillos en buen estado y una parte; el 50% del Barracón de esclavos y la mitad de lo que fue de la casa de vivienda, aún se usan como vivienda. Del Ingenio Océano de Boffil quedan restos del tanque de agua, restos de una caldera y restos de un fortín. Además, el trabajo de campo permitió ubicar la totalidad (incluyendo de los que aún existen elementos arquitectónicos) en las respectivas coordenadas geográficas.

A partir del año 2015, se introdujo en el sistema de monitoreo a sitios arqueológicos (que hasta ese momento sólo se enfocaba a los sitios aborígenes) todos los demás sitios históricos incluyendo aquellos en que aún existen elementos constructivos y esa labor fue comprometiéndolo a los tenentes de la tierra donde estos se encuentran hoy a su conservación y del mismo modo todos los sitios localizados se encuentran en la estrategia

de estudio del Gabinete de Arqueología del CSASS, tarea que se comenzara a ejecutar con un Proyecto en las actuales ruinas del Ingenio Soberano en 2024 (se prevé trabajar una semana de excavaciones cada año en ese sitio) Sería además aprovechada como un taller práctico para otros especialistas invitados a esas tareas. La Figura 4, expone las ruinas actuales del ingenio Soberano.



Figura 4- Ruinas actuales del Ingenio Soberano.

Fuente: Datos de la pesquisa (2023).

Datos históricos localizados:

Primeros momentos de la colonización:

Veamos que nos dice Chirino en su artículo “Primeros asentamientos iberoamericanos en el municipio Yaguajay, norte de la actual provincia de Sancti Spiritus, Cuba: transito económico de la comunidad primitiva a la colonia:

Mientras ya en la temprana fecha de 1513, comienza el poblamiento del sur, hasta nosotros llega como primera noticia de la introducción del español en el territorio, la ocupación de la Hacienda Yaguajay, por parte del Capitán Don Luis de La Coloma, en 1600. Sobre este asunto se ha podido obtener las siguientes notas históricas, de cómo fue poblándose la zona de referencia: 1600: Realizada la conquista, pasaron estos terrenos a manos del Capitán Diego de la Coloma, que las poseyó a nombre de la corona española. Estaban dedicadas a la crianza de ganado, a punto de suministrar abundante carne para la Florida y las Flotas del Rey. También se cultivó en ellos en esa época la caña de azúcar que se molía en un pequeño ingenio, cuyos restos existían en la Sabana de Camaján en 1645 (...) que fuera atacado y quemado por los enemigos (CHIRINO, BASQUEROTE, MENEZES, 2020a, p. 965696).

Por comunicación personal de Herminio Bello Escobar (Historiador de Yaguajay, fallecido en 1984): “Este ingenio de Camaján fue el 5to. Que se hizo en toda Cuba.”

Si algo, a criterio del autor, causó una gran distancia en el tiempo entre el primer trapiche (1600) y la creación del segundo (1848) se explica en la siguiente cita:

La nula posibilidad de la creación de puertos con calado suficiente en el norte, debido a la lejanía de las aguas profundas de tierra firme donde pudieran atracar grandes navíos (téngase en cuenta que la bahía de Buena Vista, en su interior, es de aguas bajas y someras). Evidentemente esto imposibilitó la navegación por el área de grandes y medianas embarcaciones de vela, las que, además de su calado hasta la quilla, poseen la "orza" (pieza de madera que sobresale hacia el fondo y que asegura la estabilidad de la embarcación por la altura de su velamen). Este fue un factor muy determinante pues la condición de isla, de Cuba, hizo siempre que la navegación fuera la única posibilidad y garantía para el desarrollo del comercio con otras naciones y en especial Europa. (CHIRINO, BASQUEROTE, MENEZES, 2020b, p. 83487).

Es evidente que, la falta de bahías o puertos de calado interrumpió por 248 años el desarrollo económico a mayor escala en el valle. El autor infiere que el trapiche de Camaján debió crearse para suministrar azúcar a la Villa de San Juan de Los Remedios y quizás apoyar con algo de este producto a los colonizadores de La Florida.

Veamos la siguiente cita en relación con datos aportados sobre este ingenio: En el Archivo de Santa Clara, Hay un Legajo que parece ser el inventario de las haciendas del Capitán Don Diego de la Coloma, y en una de sus cláusulas dice:

En Hato sitio de ganado menor nombrado Yaguajay en 23 de marzo de 1645 su merced el Señor Diego Díaz Alcalde Ordinario, en presencia del Escribano se hizo inventario de los bienes y esclavos y demás cosas del Ingenio que hay en dicha Hacienda en la forma siguiente: Previamente dicho Hato y sitio nombrado Yaguajay, linda con el Sitio nombrado San Agustín y Guaynabo, Hdas. De dicho Diego de la Coloma [...] una casa grande de vivienda, bufete, mesas, sillas, armarios, cocina grande, gallinero, tres casas viviendas de esclavos, un cepo, una casa purga, una casa de repartir azúcar, un negro Maestro de azúcar nombrado Mateo Ambuica de cuarenta años, una negra, una mujer llamada Gracia Angola de treinta años con varios hijos, otros negros, un trapiche desarmado con lo que le pertenecía, de tres masas [...] prestó juramento Mateo Ambuica que estaba como Mayordomo [...] La certificación la dio en Santa Clara el Alcalde Esteban Díaz de Acebedo el diez y siete de noviembre de mil seiscientos noventa y seis. (FORTÚN, 1930, p. 153).

Es evidente que el documento concuerda con la zona nombrada Camaján actualmente porque sigue lindando con la zona Guaynabo. Como puede verse ya en esta época temprana de la colonización de Yaguajay, existían esclavos negros y para esa época (1645) fue destruido por "los enemigos" como no existen otros reportes relacionados con piratas, pudo ser algunos grupos de aborígenes alzados que todavía existieran en el territorio, a penas 45 años después de la tardía presencia conquistadora española, teniendo en cuenta una zona tan poblada por grupos nativos.

La influencia de la rebelión de los "Indios Cayos" pudo ser la presencia aún en la zona tan tardíamente colonizada. Veamos como lo expresa y cita Chirino *et al.* (1994), cuando expresó que no dudamos de la enorme influencia que debió tener la rebelión de los Indios Cayos, la más grande y violenta que se produjo durante las primeras décadas de la conquista. Veamos que nos dice Felipe Pichardo Moya al respecto:

En 1527 los alzados dieron muerte a siete españoles y varios indios de paz [...] en 1519, se creía que estaban dominados, el mismo Gobernador Gonzalo de Guzmán pudo ser testigo de cómo salieron en número de unos cincuenta de unas isletas al norte de Camagüey, uniéndose otros salidos de un despoblado existente entre Puerto Príncipe y Sancti Espíritus [...] (PICHARDO, 1945, p. 26).

Otra cita que pudiera ofrecer más datos de la existencia y resistencia de los aborígenes a la colonización de la zona se expone a continuación:

[...] de las sublevaciones, era la más importante era la de “Los Indios Cayos” que se produjo entre la zona comprendida entre Bayamo y el Río Zaza. Estos indígenas eran llamados así porque habitaban los cayos adyacentes a la provincia de Camagüey. En 1524, más atrevidos y numerosos, mataron varios españoles y amenazaron la seguridad de los caminos [...] Solo una segunda epidemia de viruela, al diezmar la población aborígen, hizo decaer las fuerzas rebeldes (PÉREZ DE LA CRUZ, 1988, p. 95).

En prospecciones e indagaciones solo queda un pozo de 21 varas, cuyo perfecto empedrado desde el fondo; siempre se ha dicho por los viejos contemporáneos de generación en generación que era ese el pozo del ingenio Camaján. A continuación, se expone en el cuadro 3 la lista de ingenios ya localizados en la actualidad el Valle Costero de Los Ingenios, según su puesta en funcionamiento por orden cronológico.

Año	Ingenios
1600	Trapiche Camaján. Propiedad de Don Diego de la Coloma.
1848	Ingenio Dos Amigos o Santa Catalina. Propiedad de Don José Carbó ubicado en la zona de Carbó, siendo el primero en toda la jurisdicción de Remedios que utilizó las líneas férreas a partir de 1872 para el transporte de caña.
1850	Ingenio Soberano, Propiedad de Don Juan González Abreu. Ubicado en la zona de Júcaro.
1851	Ingenio Claudio. Propiedad de Don José Vergara. Ubicado en Claudio
1852	Ingenio Belencita. Propiedad de Don Francisco García Capote. (Narcisa).
1856	Trapiche de San Antonio de Mayajigua. Propiedad de Don José Pérez Suárez.
1856	Trapiche Constancia. Propiedad de Don Miguel Fernández. Ubicado en la zona de Aguada al oeste de Mayajigua, fue incendiado en tres ocasiones.
1856	Trapiche de Roque San Rafael. Propiedad de Doña María Gregoria González.
1858	Trapiche Rosa María. Propiedad de Don Eduardo Echarte. (Nela).
1858	Trapiche Luciana. Centeno. Propiedad de Doña Luciana Hernández.
1858-1859	Ingenio Encarnación. Propiedad de Don José Cartaya. Situado al noroeste del pueblo.
1860	Ingenio Océano, Boffil. Propiedad de Don José Boffil. Situado al oeste de Narcisa, fue en su antiguo batey donde acamparon las tropas de Máximo Gómez durante su estancia en nuestro territorio (29 de 1898 al 1 de enero de 1899).
1860	Ingenio Urbasa. Propiedad de Bluensa y Cartaya. Ubicado al este del pueblo de Yaguajay, cerca del camino real que comunicaba con Mayajigua, en 1895 fue destruido por los mambises.
1860	Ingenio Aurora. Propiedad de Don Eduardo Sansaricq Shelton. Destruído por la tea incendiaria el 6 de septiembre de 1896. Estaba ubicado al nordeste del pueblo.
1851-1861	Ingenio Noriega, Propiedad de Don Noriega y CIA. (Vitoria).

Cuadro 3 - Relación de ingenios localizados en el Valle Costero de Los Ingenios, según su puesta en funcionamiento por orden cronológico²:

Fuente: Datos de la pesquisa (2023).

² Fuentes: Monografía histórica de Yaguajay de Herminio Bello Escobar: “Fechario histórico del municipio. 1980. Inédito”; Archivo del Museo Municipal de Yaguajay.

Varias citas nos muestran en La Monografía Histórica de Herminio Bello Escobar (1980.inédita) los siguientes datos:

El ingenio Belencita en 1852, contaba con una dotación de 87 esclavos 67 eran de origen africanos -50 hombres y 17 mujeres- y 14 eran de origen chino [...] mientras las mujeres negras se dedicaban a las actividades domésticas los hombres a las labores del campo en los cañaverales. Los chinos trabajaban en la fábrica. (BELLO, 1980, p. 52).

[...] Volviendo a Yaguajay diremos que, al demolerse el corral de este nombre el 1845 y repartidas sus tierras se establecieron nuevos vecinos en su fértil valle dedicándose casi todos al cultivo de la caña [...] de ese modo tuvieron origen los ingenios "Belencita" (Narcisa), "Santa Catalina", "Soberano" y Aurora de los señores Capote, Carbó, González Abreu y Sansaricq, respectivamente (BELLO, 1980, p. 51).

Gran conmoción reinaba en el año 60 (1860) en que se fomentaron los ingenios "Centeno" Lusiana y "Caguanes" Rosa María, habiendo tirado este último una vía férrea al mar para llevar sus frutos al embarcadero" [...] En 1891, el "Central Narcisa" ya era un gran ingenio con alumbrado eléctrico, hacía doce mil bocoyes³, poseía treinta y seis kilómetros de vía férrea y había absorbido a los antiguos ingenios "Soberano", "Océano", "Encarnación", "Aurora", "Urbaza" y "Luciana". Era su dueño D. Mariano C. Artiz. (BELLO, 1980, p. 53).

Si bien no se tienen ideas precisas sobre las fechas de construcciones de muelles; en el mapa que se presenta aparecen enumerados por orden cronológicos estas construcciones obligatorias para el acceso de las maquinarias que darían origen a estos ingenios y que más tarde, ya en producción serían por donde saldría la azúcar producida. El primer muelle se crea en el Estero Real con la fundación del primer poblado del Municipio, Mayajigua (1800), aunque este después fuera mejorado y en el área se crearan almacenes y viviendas etc. El segundo muelle fue creado en Júcaro (se afirma que fue por este muelle que entro la maquinaria de los ingenios de Yaguajay) El 3ro. Fue el muelle de Carbó, que sirvió de enlace con el exterior al Ingenio Belencita y más tarde al Central Narcisa (Figura 5). El 4to, fue exclusivo del Ingenio Océano (Boffil). Testimonio de José Perna Tejeda (El Gallego):

"Yo nací en el muelle de Júcaro; mi padre era su responsable y quien manejaba el pescante (Grúa), él me dijo que toda la modernización del Central Narcisa entró por ese muelle que estaba más abierto a la bahía, ahí se ven todavía las zapatas de los almacenes y la pesa, además queda toda la horconadura".

3 Entiéndase como toneladas (ver sinónimos de la palabra "Bocoyes").



Figura 5- Evidencias actuales de los ingenios Belencita y Narcisa.

Fuente: Datos de la pesquisa (2023).

Hoy día aún se mantienen esas ruinas. No obstante, en la monografía histórica de Herminio Bello Escobar, se plantea: “En 1850 entraron por el muelle actual de Vitoria 250 esclavos”. Este dato nos hace inferir que entró la mayoría de la fuerza de trabajo que construyó y fomentó los ingenios de Yaguajay. Este muelle fue mejorado por el Ingenio Noriega y el que se usó hasta los años 60 del Siglo XX por los centrales Narcisa y Vitoria para todo el comerciú y exportación de azúcar en patanas hacia los EEUU por el puerto de Cayo Francés.

Aunque hasta los años 20 del Siglo XX, el transporte hasta la Villa de Remedio era por el muelle de Carbó, con un vapor nombrado Habana (en el que el 2 de enero de 1899, partió el Generalísimo Máximo Gómez Báez hacia Ginaguayabo, Remedios luego de más de tres meses de estancia en el Central Narcisa con el campamento de sus fuerzas en el ingenio Océano o Boffil).

Había comenzado la centralización y se producía un nuevo paso en la industrialización azucarera.

Veamos en la figura 6, otro dato interesante, en este caso con la presencia de negros esclavos en Yaguajay en un censo de 1886.

PARTIDO DE YAGUAJAY.—J. DE REMEDIOS.—DEPARTAMENTO OCCIDENTAL.																										
CLASES Y CONDICIONES.		CENSO DE POBLACION. (1866)													TOTAL											
		VARONES.											* NIEMBRAS.													
		0 a 1 año.	1 a 10.	11 a 12	13 a 15	16 a 20	21 a 30	31 a 40	41 a 50	51 a 60	61 a 70	71 a 80	81 a 100	Reed. men.		0 a 1 año.	1 a 10.									
DE COLOR	Blanco.....	15	142	81	27	801	54	21	»	»	»	»	»	501	12	137	99	17	192	31	9	»	»	»	427	1,618
	Colonos asiáticos..	»	»	»	»	77	7	»	»	»	»	»	»	77	»	7	»	»	»	»	»	»	»	»	»	77
	Lib. pardos.	4	11	5	3	17	7	2	»	»	»	»	»	49	7	9	5	7	13	3	1	»	»	»	»	45
	Lib. morenos.	2	2	1	1	12	4	2	»	»	»	»	»	24	4	3	1	4	7	2	2	»	»	»	»	28
	Recl. pardos.	8	28	11	97	13	5	»	»	»	»	»	»	160	2	4	5	1	15	8	13	1	»	»	»	30
Recl. morenos.	10	20	23	»	246	146	18	»	»	»	»	»	460	5	83	57	80	148	29	13	1	»	»	»	316	
Emancipados..	»	»	»	»	4	»	»	»	»	»	»	»	4	»	»	»	»	»	»	»	»	»	»	»	»	4
Totales.....	89	168	73	128	670	216	88	3	»	»	»	»	1,965	80	166	97	59	375	68	25	1	»	»	»	841	2,806

Figura 6. Imagem del censo de la población.

Fuente: Palezuela (1863, p. 668).

Habían 896 esclavos de ambos géneros pardos y morenos existían en Yaguajay en 1866 según el Diccionario Geográfico de Cuba (Palezuela, 1863). Por otro lado, que encontramos de estos ingenios en la actualidad? El Cuadro 4 presenta los ingenios en la actualidad y sus condiciones.

Ingenios	Condiciones
Ingenio Camaján	El pozo en perfecto estado y por la posición en que se encuentra que debió ser allí el batey de ese ingenio, la casa, etc., está al este, a la vera del viejo camino a la Villa de Remedios desde Yaguajay. Fue redescubierto por José Chirino Camacho y Alejandro Delgado en 2016.
Ingenio Dos Amigos o Santa Catalina	Restos de la casa de vivienda. Hoy una sola pared que sirve de sostén a una vaquería de los dueños actuales.
Ingenio Soberano	Las paredes de piedra conservando algunas habitaciones y posible área de calderas.
Ingenio Claudio	Quedan disgregados por tierras cultivadas hoy restos de tejas, ladrillos y otros elementos de su estructura. Fue redescubierto por José Chirino Camacho y Alejandro Delgado en 2016.
Ingenio Belencita	Se pueden observar hoy: Su torre de ladrillos, Una puerta o reja con el nombre, su barracón de esclavos (solo el 40% y habitado actualmente), La casa de Vivienda (50%) y un fortín. El resto quedó bajo la construcción del Central Narcisa, hoy también en ruinas desde los primeros años del Siglo actual.
Trapiches San Antonio de Mayajigua y Constanza de La Aguada	No aparecen restos.
Trapiche o Ingenio Rosa María	Fue cubierto totalmente por la construcción del Ingenio Nela, hoy también en ruinas desde principios del Siglo actual.
Ingenio San Roque	Aparecieron restos en la actual zona de La Canoa en Mayajigua compuestos por restos de hierros, tejas, ladrillos y otros. Fue redescubierto por José Chirino Camacho y Alejandro Delgado en 2016.
Ingenio Luciana de Centeno	Aparecen los huecos de las calderas y muchos restos de hierro y fragmentos de construcción y se comprobó que los vecinos del lugar habían recogido de esos restos de hierros para venderlos como Materia Prima. Fue redescubierto por José Chirino Camacho y Alejandro Delgado en 2016.
ingenio Encarnación	Qeda su barracón de esclavos, nombrado actualmente "Barracón de Cartaya" una joya de la arquitectura colonial a punto de perderse si no se restaura y se le da uso. El pozo y otros implementos en propiedad de nuevos dueños del terreno.
ingenio Océano (Boffil)	Queda el tanque de agua con construcción de la época, restos de un fortín y algunos restos de calderas en uso para agua de los actuales dueños del terreno.
Ingenio Urbaza	queda los huecos de las calderas, muchos restos de construcciones. Fue redescubierto por José Chirino Camacho y Alejandro Delgado en 2016.
Ingenio aurora	Quedan el pozo y restos de elementos de construcción se supo durante las prospecciones que varios vecinos de la zona construyeron sus viviendas con los ladrillos de aquellas ruinas que hoy ya no están. Fue redescubierto por José Chirino Camacho y Alejandro Delgado en 2016. El pozo, de unas 5 varas, posee una construcción de su zapata igual al de Camaján, creada con lajas perfectamente puestas.
ingenio Noriega	Quedó destruido con la construcción del Ingenio moderno de Vitoria, quedan hoy las bases de viejos tanques de miel y restos de su muelle, hoy convertido en centro recreativo en Playa Vitoria.

Cuadro 4- ingenios en la actualidad y sus condiciones.

Fuente: Preparado por los autores (2023).

Es importante destacar la incidencia que ha tenido en la sociedad actual de Yaguajay la presencia ancestral de aquellos ingenios en el valle:

1. Los apellidos de personas negras en la actualidad, Carbó, Cartaya, Font, Sansaricq, Noriega, responde a los apellidos de los colonos que compraron esclavos y como era ley y costumbre los declaraban con sus apellidos. El que llegaba de África, o de China perdía su nombre.
2. La presencia en Yaguajay -en su parte más llana-, al este del río Yaguajay o Máximo, del Barrio África conformado por familias negras en su mayoría hasta los años 70 del Siglo XX y actualmente es mayoría esta población.
3. Las tradiciones culturales, como El Cabildo del Barrio África y la presencia de bailes y trajes, instrumentos musicales de origen africano.
4. Los grupos étnicos de origen esclavo más representados en el territorio son el Congo y el Lucumí estas, constituyen las culturas bantú o yoruba respectivamente. Con sus consecuentes ritos, alteres etc.

PROPUESTA DE ESTRATEGIA DE ESTUDIOS:

Prever excavaciones futuras con prioridad, según el orden en se sitúan en la lista a continuación:

1. Áreas del Barracón de Cartaya.
2. Áreas del actual Barracón de Narcisa.
3. Áreas de lo que se cree fuera el Ingenio Camaján (por ser el primero y conocerse los diferentes locales que tuvo en su época.
4. Áreas del Ingenio Soberano.
5. Áreas del Ingenio Océano.
6. Continuar rescatando en todos los centros e instituciones de archivos existentes cuanto dato sea posible obtener sobre la historia del Valle Costero de Los Ingenios en Yaguajay.
7. En las áreas de los demás ingenios hoy desaparecidos pudieran realizarse calas de pruebas a partir de posibles reconstrucciones en el terreno.
8. Para llevar a cabo esta estrategia El Gabinete de Arqueología del CSASS, deberá comenzar a partir del 2024 la creación de proyectos con un mínimo de duración de tres años (con un periodo de 15 días de excavaciones por años) con el fin de ir rescatando más información y al mismo constituya un taller para , al mismo tiempo ir entrenando a los que actúen en esta tarea que es la Arqueología Colonial-Industrial.

Pero, Como puede incidir a partir de su uso turístico este patrimonio en la localidad? José E. Chirino Camacho, al presentar en su ponencia en la Casa del África (2016) a la que se hace referencia anteriormente en este trabajo, propuso un Sendero Interpretativo, que más tarde fue citado por Miguel Alejandro Delgado Méndez en su tesis de Maestría, 2019.

La Figura 7, presenta como introducir esta región histórica en la ruta del esclavo en cuba y en desarrollo turístico del territorio.

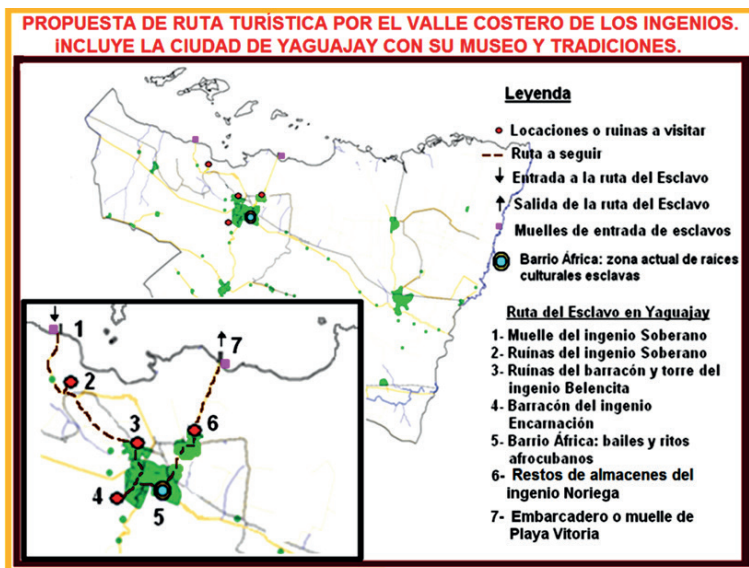


Figura 7. propuesta de como introducir esta región histórica en la ruta del esclavo en cuba y en desarrollo turístico del territorio.

Fuente: José Eusebio Chirino Camacho (2016).

El sendero o ruta que se propone tendría, si se usa desde los polos turísticos Cayo Santa María o Cayo Coco; alrededor de unos 18 km, está previsto para hacerlo en “jeep safari”, con desembarco en el Muelle de Júcaro, que hay que adecuar y la salida sería por el muelle de Playa Vitoria que también hay que adecuar. El escenario real se irá presentando a los visitantes por guías especializados y como se puede observar en el mapa del recorrido los visitantes podrían encontrarse con los restos del núcleo principal de lo que fue el Valle Costero de Los Ingenios y las tradiciones populares que hoy persisten y se practican en Yaguajay y que son de origen esclavo. La figura 7 presenta los muelles de Vitoria (Arriba, hoy convertido en un área gastronómica) y debajo los estacones del muelle de Júcaro, listo para entablarlo y ponerlo en funcionamiento en favor de la Ruta del Esclavo en Yaguajay.



Arriba, Motel Playa Vitoria (sobre el viejo espigón del muelle del ingenio del mismo nombre en tiempos de la colonia); una instalación ideal para terminal marítima turística. Debajo los estacaones del muelle de Júcaro (Listo para ser restaurado). Por ambos , entraron cientos de esclavos mercancias y maquinarias al Valle Costero de Los Ingenios en Yaguajay y se exportó azúcar.

Figura 7- Muelles de Vitoria.

Fuente: Datos de la pesquisa (2023).

CONCLUSIONES

Con el censo arqueohistórico del Valle Costero de Los Ingenios en Yaguajay, provincia de Sanctí Spíritus se concluye una tarea que comenzó desde el 2010, se logra conocer toda la distribución industrial y arquitectónica que se distribuye (con lo que fueron sus plantaciones cañeras) en algo más de 300 Km², al norte de la provincia de Sancti Spíritus.

Por primera vez sale a la luz de la Arqueología Histórica cubana como potencial arqueológico histórico para el estudio de una zona que será, por sus aportes de gran importancia para Cuba. En este sentido, el Valle Costero de Los Ingenios de Yaguajay se incluye como uno de los atributos culturales más importantes de la Reserva de La biosfera, Buenavista, aprobada por la Unesco en el Norte de tres provincias centrales de Cuba y de la cual Yaguajay es su núcleo principal.

RECOMENDACIONES

Comenzar por parte del Gabinete del CSASS, de inmediato la elaboración de los primeros proyectos de estudio de terreno incluyendo excavaciones a largo plazo a en las zonas donde estuvieron enclavados los ingenios “Camaján” y las actuales ruinas del Soberano en Júcaro.

REFERÊNCIAS

COLECTIVO DE AUTORES. **Historia Local del Municipio de Yaguajay**. Sancti Spíritus. Editorial Luminarias. 2009.

CHIRINO, C. j. E.; BASQUEROTE, A.T.; MENEZES, E.P. Primeros asentamientos iberoamericanos en el Municipio Yaguajay, provincia de Sancti Spíritus, Cuba: Transito económico de la comunidad primitiva a la colonia. **Braz. J. of DEVELOP.**, Curitiba, v. 6, n. 9, 2020, p. 65696-65710, sep. ISSN 2525-8761.

CHIRINO, C. j. E.; BASQUEROTE, A.T.; MENEZES, E.P. Salas Expositivas Naturales en Cuevas Arqueológicas del Parque Nacional Caguanes: Una propuesta para conservación, educación, ciencia, turismo y desarrollo local. **Braz. J. of Develop.**, Curitiba, v. 6, n. 10, p. 83483-83499, oct. 2020. ISSN 2525-8761

CHIRINO, *et al.* **Estudio Geográfico Integral del Municipio de Yaguajay, norte de la provincia de Sancti Spíritus, Cuba**. La Habana, (CITMA-Geocuba). 1994.

CHIRINO, C. j. E. Yaguajay, la Ruta del Esclavo. Ponencia presentada en vanto internacional Casa del África la Habana. 2016 (Inédito).

BELLO, E. H. **Monografía Histórica de Yaguajay**. (Inédito) Archivo del Museo Municipal de Yaguajay. 1980.

FORTÚN, M. FOYO, J. A. Reseña histórica del territorio municipal de Yaguajay, Imprenta Pérez Sierra y Cía., La Habana. 1930.

FORTÚN, M. **Anales y efemérides de San Juan de los Remedios**, T. 2, Imprenta Pérez Sierra y Cía., La Habana. 1930.

PALEZUELA, L. Diccionario Geográfico de Cuba. La Habana, Cuba. 1863.

PÉREZ DE LA CRUZ, F. **Los Primeros rebeldes de América**. Editorial Gente Nueva, La Habana. 1988.

7-PICHARDO, M. **Los indios de Cuba en sus tiempos históricos**, Imprenta Siglo XX, La Habana. 1945.

ADILSON TADEU BASQUEROTE: Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina, com estágio de Doutorado Sanduíche no Instituto de Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa (IGOT/UL). Mestre em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Especialista em Práticas pedagógicas interdisciplinares: Educação Infantil, Séries Iniciais do Ensino Fundamental e Médio (UNIFACVEST). Graduado em Pedagogia pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER) e em Estudos Sociais- Geografia pela Universidade de Santa Cruz do Sul. Professor no Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí (UNIDAVI). Compõe o corpo editorial, científico e de pareceristas de editoras e revistas científicas na área de Ensino e de Educação Geográfica. Possui experiência na Educação Geográfica e Ambiental, dedicando-se em especial ao uso das TIC no Ensino e na aprendizagem, Ensino e Aprendizagem, Recursos didáticos. Paralelamente, pesquisa os seguintes temas: Agroecologia, Agricultura Familiar, Gênero em contextos rurais, Associações agrícolas familiares e Segurança alimentar.

<http://orcid.org/0000-0002-6328-1714>

<http://lattes.cnpq.br/8318350738705473>

A

África 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 62, 63, 65, 67, 71, 72, 85, 88

Aluno 7, 8, 9, 12, 13

Avaliação 31

B

Básica 7, 10, 13, 14, 18, 19

Brasil 9, 10, 12, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 32, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 40, 41, 43, 44, 46, 47, 49, 62, 65, 66, 68, 72

Brasileira 14, 16, 20, 21, 28, 66, 68

C

Capitalista 20, 25

Cerrado 20, 23, 24, 25, 27

Cidadania 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 26, 28

Cidade 8, 10, 11, 14, 25, 27, 30, 31, 32

Cinematografia 1, 6

Conflito 90

Conhecimento 8, 9, 10, 11, 12, 34

Cultura 1, 2, 3, 5, 6, 8, 9, 29, 30, 34, 35, 39, 40, 44, 45

D

Dados 10, 24, 30, 49

Desenvolvimento 11, 19, 20, 21, 22, 24, 28, 29, 31, 41, 42, 51, 52, 89

Diversidade 1, 5, 37

Dobras 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 56, 59, 62, 63, 64, 65, 71

E

Educação 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 18, 21, 29, 42, 89

Ensino 1, 7, 8, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 29, 38, 89

Espaço 2, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 26, 28, 30, 45, 70

Estudo 1, 2, 8, 9, 10, 11, 12, 20, 29, 32, 47, 48, 50, 51, 55, 61, 70

F

Falhas 46, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 56, 59, 62, 64, 65

Filmes 2, 3, 4, 5

Fome 16, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 28

Fonte 3, 8, 9, 10, 31, 32, 33, 35, 38, 39, 42, 43, 44, 63, 64

G

Garimpo 29, 42, 43, 44

Geografia 1, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 19, 26, 27, 28, 30, 32, 45, 70, 89

Geomorfologia 46, 66, 70, 71

Global 1, 2, 4, 6, 10, 42, 68, 70

Globalização 1, 2, 3, 6, 21

I

Indígena 20, 26, 29, 30, 32, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 40, 41, 43, 44

Informação 5, 10, 25

L

Lugar 3, 5, 9, 10, 11, 23, 30, 37, 41, 74, 84

M

Metodologia 7, 16, 18, 49, 59

Metrópoles 23

Movimentos 16, 17, 18, 19, 20, 27

Multiculturalismo 1, 2, 3, 5, 6

N

Natureza 11, 19, 28, 29, 42, 44, 54, 56, 62

P

Paisagem 11, 46, 47, 50, 54, 64, 65

Pesquisa 1, 2, 7, 8, 16, 18, 29, 49, 56, 65, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 80, 82, 87, 89

Planalto 21, 22, 23, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 64, 65, 70, 71

Poder 3, 4, 5, 10, 20, 31, 37, 43, 44, 45

Políticas 17, 21, 22, 23, 24, 25, 44, 45

Problema 28

Professor 7, 8, 11, 12, 13, 15, 35, 39, 89

R

Rochas 47, 50, 51, 52, 54, 55, 56, 57, 59, 61, 62, 64

Roraima 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 42, 43, 44, 45

S

Sociais 3, 5, 7, 8, 9, 11, 12, 14, 16, 17, 18, 19, 21, 23, 27, 28, 89

Sociedade 1, 2, 3, 4, 5, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 18, 28, 29, 31, 34, 36, 38, 39, 42, 45

Solo 25, 26, 42, 80, 84

T

Tecnologia 1, 5, 9, 28

Teórico 90

Território 11, 16, 18, 21, 23, 24, 27, 28, 30, 34, 36, 38, 41, 42, 45, 66, 89

Trabalho 1, 7, 8, 9, 11, 12, 16, 18, 20, 23, 24, 38, 39, 40, 56, 65

V

Violência 24, 26, 43, 44





Y

Yaguajay 72, 73, 74, 75, 76, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88

Yanomami 29, 30, 33, 34, 40, 41, 42, 43, 44





GEOGRAFIA E SOCIEDADE:

compreendendo as dinâmicas globais

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br

GEOGRAFIA E SOCIEDADE:

compreendendo as dinâmicas globais

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br